

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MATHAUS VIANA CAMPOS

**A INFLUÊNCIA DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA PARA A  
CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA SEGURANÇA**

UBERLÂNDIA

2020

MATHAUS VIANA CAMPOS

**A INFLUÊNCIA DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA PARA A  
CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA SEGURANÇA**

Dissertação apresentada ao Programa em Pós-Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGRI/UFU) como requisito do título de Mestre em Relações Internacionais. Sob Orientação do Prof. Dr. Flávio Pedroso Mendes.

Linha de Pesquisa: Segurança Internacional

UBERLÂNDIA

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C198 2020	<p>Campos, Mathaus Viana, 1994- A influência das Empresas de Segurança Privada para a construção do discurso de segurança [recurso eletrônico] / Mathaus Viana Campos. - 2020.</p> <p>Orientador: Flávio Pedroso Mendes. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais. Modo de acesso: Internet. Disponível em: <a href="http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.582">http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.582</a> Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Relações Internacionais. I. Mendes, Flávio Pedroso ,1982-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 327</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRI				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 44, PPGRI				
Data:	04 de agosto de 2020	Hora de início:	10:00	Hora de encerramento:	11:55
Matrícula do Discente:	11812RIT010				
Nome do Discente:	Mathaus Viana Campos				
Título do Trabalho:	A INFLUÊNCIA DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA PARA A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA SEGURANÇA				
Área de concentração:	Política internacional				
Linha de pesquisa:	Segurança Internacional				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	O comando do mar no século XXI: implicações para os EUA e para o Brasil				

Reuniu-se, por meio de tecnologia de webconferência do Instituto de Economia e Relações Internacionais, em sessão pública, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores Doutores: Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta - UFS; Mário Tito Almeida - UNAMA; Flávio Pedroso Mendes - UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Flávio Pedroso Mendes - UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do

Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Pedroso Mendes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/08/2020, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta, Usuário Externo**, em 12/08/2020, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIO TITO BARROS ALMEIDA, Usuário Externo**, em 16/08/2020, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2171635** e o código CRC **6FF8D756**.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Jane e Sérgio Campos, por não medirem esforços para que eu pudesse trilhar no caminho acadêmico. Vocês são responsáveis por tudo que eu alcancei hoje, obrigado.

Gostaria de agradecer também aos meus familiares, minhas primas, Mayara Campos, Débora e Rafaela Viana, ao meu tio, Humberto Joel Campos, e em especial, minhas avós, Dalva Cardoso e Maria dos Anjos, por todo o suporte emocional durante esses anos em que estive longe de casa, e pelas palavras de carinho.

Agradeço aos meus amigos que estiveram presentes comigo nesse caminho, Taís Carareto, Felipe Ribeiro e Carol Barbosa que sempre estavam ao meu lado tanto nos momentos mais felizes de descontração, quanto nos momentos mais difíceis. Bem como, Nara Marques, que dividiu a experiência de estar longe de casa e assim passamos por tudo juntos. Aos meus amigos que apesar de estarem longe, Tássia Melo e Família Luan Reality, sempre me proviam um lugar de confiança e conforto.

Agradeço aos professores do programa por compartilharem seus conhecimentos, em especial Áureo Toledo, Bárbara Motta, Débora Prado e Haroldo Ramanzini. Assim como agradeço, Marrielle Maia por me proporcionar um ambiente aconchegante de aprendizado durante o estágio docência, e Vinicius por sempre gentilmente se dispor a ajudar. Desta forma, agradeço ao Prof. Flávio Pedroso pela orientação.

Agradeço por fim, pessoas incríveis que foram essenciais para que esta pesquisa chegasse a uma etapa final, Brenda Castro, Matheus Silveira e Lygia Ferreira. Obrigado!

## RESUMO

Tendo em vista o amplo mercado de atuação das Empresas de Segurança Privada (ESP), esta pesquisa tem base uma perspectiva discursiva e estratégica em relação a segurança, na qual, entende que a indústria produzida por essas empresas tem transformado e abrangido seus serviços, começando com dispositivos militares, vendas de armas e policiamento, chegando, hoje, em serviços de provisão de conhecimento não material, como no caso, a obtenção e análise de inteligência. Dessa forma, essa pesquisa tem como objetivo principal, analisar a influência das Empresas de Segurança Privada (ESP) na construção de entendimentos de segurança no caso da Colômbia em 1998 e do Peru em 2001. Dessa maneira, a hipótese que foi testada nesse trabalho foi levantada a partir dos estudos de Anna Leander, dos quais, entendem que as ESP participam de forma direta e indireta dos discursos de segurança. Para tal, foi utilizado o estudo de casos, através do método do *process tracing*. Bem como, argumentos teóricos fundamentados por autores da escola de Copenhague. Portanto, a dissertação teve como resultado a confirmação da hipótese, visto que, as ESP nos casos apresentados, fizeram além do que estavam contratualmente propostas a fazerem, moldando assim o entendimento dos agentes envolvidos nos casos.

Palavras-chave: Empresas de Segurança Privada. Segurança. Colômbia. Peru.

## **ABSTRACT**

Having in mind the broad market in which Private Security Companies (ESP) operate, this research is based on a discursive and strategic perspective of security, in which it understands that the industry made by these companies has transformed and expanded their services, since military devices, arms sales and policing, up until today, providing non-material knowledge, such as, obtaining and analyzing intelligence. Thus, this research has as main objective, to analyze the influence of Private Security Companies (ESP) in the construction of security understandings in the case of Colombia in 1998 and Peru in 2001. In this way, the hypothesis that was tested in this work was raised from the studies of Anna Leander, of whom, they understand that the ESP participate directly and indirectly in the safety speeches. For this, case studies were used, through the process traicing method. As well as, theoretical arguments grounded by authors from the Copenhagen school. Therefore, the dissertation resulted in the confirmation of the hypothesis, since, in the cases presented, the ESP did more than what they were contractually proposed to do, thus shaping the understanding of the agents involved in the cases

Keywords: Empresas de Segurança Privada. Security. Colombia. Peru.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Pessoal militar nacional total da ativa nos EUA/ano.....	42
Gráfico 2 – Gastos militares dos EUA em milhões de dólares .....	43
Quadro 1 – Principais atividades de segurança .....	49
Figura 1 – Tipologia de empresas por variedade de serviços.....	53
Figura 2 – Tipologia das empresas por contratos .....	55
Figura 3 – Tipologia das empresas por eixos de objetos e meios de segurança.....	55
Figura 4 – Esboço causal da <i>theory-testing</i> detalhado .....	68
Figura 5– Operacionalização resumida do caso Colômbia .....	86
Figura 6 – Operacionalização resumida do caso Peru .....	86
Foto 1 – Família Bowers no peru em 2001.....	90

## **LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS**

ADC	Aviation Development Corporation
EMSP	Empresas Militares de Segurança Privada
ESI	Estudos de Segurança Internacional
ESP	Empresas de Segurança Privada
EUA	Estados Unidos da América
FNCC	Força Nacional de Combate Colombiana
ONU	Organizao das Naoes Unidas
PAF	Força Aérea Peruana
UNICEF	Fundo das Naoes Unidas para a Infância
WFP	World Food Program

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>PANORAMA DO CAMPO DE SEGURANÇA INTERNACIONAL .....</b>	<b>17</b>
2.1	Contribuições da Escola de Copenhague para os estudos da Segurança Internacional ...	17
2.2	Uma discussão sobre discurso, securitização e relações de poder.....	24
2.3	Dos limites à expansão conceitual.....	31
<b>4</b>	<b>A INFLUÊNCIA E ATUAÇÃO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA: UM ENFOQUE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA E CONTENÇÃO DE AMEAÇAS .....</b>	<b>40</b>
4.1	A força do setor privado: do ambiente favorável ao boom da indústria.....	40
4.2	Uma breve investigação em torno das ESP e de seus tipos de serviços .....	44
<b>5</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DO ENTENDIMENTO DE SEGURANÇA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>
5.1	Process Tracing e a comparação de casos como mecanismo de análise .....	57
5.2	Os casos da Colômbia e Peru.....	60
5.3	Plano Causal e análise de casos .....	67
5.3.1	O plano causal no caso da Colômbia .....	69
5.3.2	O plano causal no caso do Peru.....	72
5.4	A importância do discurso, do ato de fala e da audiência no processo da securitização.	76
5.5	Influenciadoras ou executantes? Comparação de casos e a consequência da atuação das ESP.....	86
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>93</b>
	REFERÊNCIAS.....	97

## 1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, a guerra tem representado um grande fator de mudanças para a história e para o Sistema Internacional. A própria área de estudo das Relações Internacionais, primordialmente, foi produzida em torno das discussões desses eventos bélicos, visto que nas teorias consideradas *mainstream*, o foco principal está em entender o porquê de os Estados entram conflitos para conquistar ou exercer poder.

Apesar do avanço teórico, esse fenômeno ainda é muito visto por uma visão Estadocêntrica. Dessa forma, agentes de extrema importância são deixados de fora da análise, como as Empresas de Segurança Privada (ESP). Todavia, atualmente há um intenso engajamento teórico sobre esses agentes, permitindo assim uma mudança no modo de entender o encaminhamento de conflitos, guerras e até o próprio campo da Segurança Internacional.

Esses agentes, apresentados aqui como ESP, de acordo com Singer (2003) são organizações incentivadas por profissionais que negociam serviços profissionais diretamente ligados à guerra. Estas empresas surgem a partir da segunda metade do século XX e dão início ao processo de privatização militar, provendo serviços anteriormente fornecidos pelos governos nacionais.

Referente a ascensão dessas empresas, o fim da Guerra Fria contribuiu para uma dispersão de poder das grandes potências em relação a região da conhecida “periferia do mundo”, auxiliando em uma evolução das tensões existentes nos países desta região, para conflitos. Associado a esse fator, uma grande demanda dos Estados por serviços de segurança especializados fez com que essas empresas tivessem cada vez mais mercado e força no cenário internacional, não apenas por esse motivo, mas também pela virtude do serviço oferecido, uma vez que as empresas ofereciam aos contratantes treinamento militar de alta qualidade e serviços de ex-militares especializados.

Durante a década de 1990, esse processo de mudanças no mercado de segurança, como privatização de serviços públicos, ficou mais evidente. Principalmente com a operação militar dos Estados Unidos na Guerra do Golfo, ficou entendido que esses serviços privados alcançavam uma maior “eficiência” em relação aos seus objetivos (KELLETT, 1987; ARRIGUI, 1996; SINGER, 2008). Consequentemente, a utilização desses atores ficou mais comum nas intervenções militares e em ações do processo de manutenção da paz.

Com o início da Guerra ao Terror<sup>1</sup>, a indústria de ESP teve um crescimento tão rápido que, de acordo com Palou-Loverdos e Armendáriz (2011), estima-se que em 2006 mais de 181 ESP estavam trabalhando com pouco mais de 48.000 funcionários, somente no Iraque. Já em 2010, havia mais de 150.000 funcionários contratados distribuídos entre Iraque e Afeganistão. Dessa forma, fica evidente a importância de analisar essas empresas em relação a sua capacidade de agir ou influenciar dentro do Sistema Internacional, considerando as questões econômicas e de segurança.

Maior parte dos estudos em relação a esses agentes tem sido guiado a partir dos principais desafios das Relações Internacionais, concentrando-se em questões de soberania, política, aspecto jurídico e estratégias de segurança. Bem como envolvem todos os assuntos referentes a contratação dessas empresas em ambientes públicos e as implicações sociais, econômicas, políticas da privatização desse setor.

Dessa maneira, nessa dissertação, o estudo levantado está engajado com a perspectiva discursiva e estratégica em relação a segurança, na qual, a indústria produzida por essas empresas tem transformado e abrangido seus serviços, começando com dispositivos militares, vendas de armas, segurança e policiamento. Hoje, essa indústria está causando mudanças no entendimento da Segurança Internacional, com serviços de provisão de conhecimento não material, como no caso, a obtenção e análise de inteligência.

Conseqüentemente, esse trabalho terá como foco o fenômeno dessas mudanças para o entendimento de Segurança, tanto no âmbito estatal quanto no campo epistemológico de segurança.

As motivações que levaram a escolha desse tema surgiram de questionamentos encontrados durante o trabalho de conclusão de curso. Nele foi trabalhado o papel das ESP na intervenção norte americana no Iraque, concluindo então que a utilização de tais empresas não são apenas escolhas estratégicas de segurança, são a extensão dos interesses dos países que as contratam. Além dos interesses políticos da intervenção, há uma economia gerada pelos conflitos e intervenções, uma vez que as empresas reduzem os gastos do governo com tropas, e sendo empresas norte americanas, contribuem com grande parte de lucro para o país.

Durante a pesquisa de monografia, muitas vezes utilizando teorias positivistas para análise, ficou transparente que toda analítica de poder era voltada para atores estatais, e apesar

---

<sup>1</sup> Em 2001, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush declarou publicamente a Guerra ao Terror, a qual se tornou a maior campanha política do mundo na tentativa de combater o terrorismo.

das ESP serem contratadas pelo Estado, elas fazem parte de uma esfera privada. Consequentemente, a perspectiva de poder em relação as empresas, no decorrer das intervenções, ficavam fora da linha analítica por estar sendo exercida por um ator não estatal. Logo, as indagações em relação ao tema foram levantadas.

Os entendimentos de Segurança Internacional, bem como parte dos estudos das Relações Internacionais, são baseados de acordo com teorias que geralmente dão maior agência ao Estado. Essa concepção é tão relevante que, ao pensarmos em guerras e conflitos, a ideia de monopólio da força é direcionada ao Estado, como aponta Felipa Pestana tendo base Max Weber, “o monopólio legítimo da violência, de modo a fornecer segurança aos cidadãos, era o símbolo da soberania e a própria razão para a existência de um Estado” (PESTANA, 2016, p. 1182). Levando em consideração essa questão, foi entendido que a partir dessa visão que temos em relação ao Estado, monopólio da força, guerras, as análises dos casos em que essas empresas estão inseridas são limitadas. Portanto, essa compreensão nos leva ao problema dessa pesquisa.

Dessa forma, a contribuição desse trabalho para o estudo das Relações Internacionais se caracteriza pelo desenvolvimento de uma pesquisa envolvendo novas abordagens para se analisar a atuação das ESP e seu impacto para o entendimento de Segurança. Portanto, a pergunta problema que norteará este trabalho é: como as ESP têm influenciado os discursos de segurança? Para chegar a uma explicação, procurou-se apresentar as abordagens da Escola de Copenhague em relação ao fenômeno da securitização, e suas novas abordagens para analisar casos de empresas atuando como servidoras de inteligência, especificamente no caso dos massacres da Colômbia<sup>2</sup> e do Peru<sup>3</sup>.

Nesse sentido, o emprego de métodos científicos é imprescindível, já que serão úteis para a produção desta pesquisa. Logo, entende-se por método um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que permitem alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS; MARCONI, 2003). À vista disso, para alcançar o objetivo geral deste trabalho, que se encontra em analisar a influência das ESP na construção de entendimentos de segurança no caso da Colômbia em 1998 e do Peru em 2001, foi utilizado, quanto ao método de abordagem, o método dedutivo, pois “partindo das

---

<sup>2</sup> Neste caso, a Airscan – empresa sediada na Flórida – fornecia serviços de vigilância aérea na Colômbia, quando em dezembro de 1998, na cidade de Santo Antônio, juntamente a um helicóptero colombiano, lançou uma bomba em uma aldeia matando 17 civis, dentre eles, 7 crianças (MILLER, 2002).

<sup>3</sup> No Peru, em abril de 2001, um avião norte americano que sobrevoava o rio Amazonas, operado por funcionários de uma empresa de segurança privada, chamada *Aviation Development Corporation*, juntamente com a agência de inteligência dos EUA, derrubaram um avião matando um missionário e seu bebê (ROSENBERG, 2006).

teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 103). Nessa dissertação, foi utilizada os fundamentos teóricos da securitização, e fatos históricos, como os casos da Colômbia e Peru a maneira de explicar quais são os mecanismos causais que contribuíram para a hipotética transformação do entendimento de segurança.

Ainda tendo como base o objetivo, a presente pesquisa terá como método a investigação explicativa, a qual busca identificar fatores que contribuem e que determinam o acontecimento de fenômenos. De acordo com Gil (2002), este método necessita de uma pesquisa mais profunda da realidade, pois explica a razão dos acontecimentos. Desta maneira, utilizamos o método histórico, que consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Referente as técnica de pesquisa, realizou-se o uso da documentação indireta, dessa forma será adotada a pesquisa bibliográfica e documental que busca desenvolver uma pesquisa com base em material já elaborado, composto principalmente de livros e artigos científicos, notícias relacionadas aos casos utilizados, bem como relatórios encontrados em tribunais e cortes internacionais de direitos humanos, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Ademais, esta pesquisa contará com um acervo de produções sobre o objeto de estudo, também abordando temas que volvem a temática da prática da privatização do setor militar.

Similarmente, esta pesquisa tratará de um estudo de caso, o qual consiste, na investigação profunda e exaustiva de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado reconhecimento. Porém, de acordo com Yin (2010), a forma de estudo de caso que se encaixa a este trabalho é a explanatória, na qual estabelecerá uma relação causal das variáveis históricas com o objeto de estudo e seu fenômeno estudado, bem como utilizará de organizações como unidade de análise. Portanto, os casos levantados aqui foram escolhidos ao modo de que cada um apresentasse uma forma diferente de ação em relação a segurança, mas que ao mesmo tempo seguissem uma lógica de resultado em comum.

Pensando em uma maneira geral, a escolha de se utilizar casos para entender a movimentação dos agentes em relação ao entendimento compartilhado de segurança se dá a partir da ilustração de como esses entendimentos são construídos, via que no caso da Colômbia e do Peru, apesar de ambos estarem na mesma perspectiva de atuação das empresas de coleta de dados e informação e percepção de ameaças, nos dois casos as variáveis eram distintas. Então, a partir de diferentes variáveis disponíveis, o fenômeno estudado pode ser visto nos dois casos.

Somado ao estudo de caso com caráter explanatório, o método aplicado foi o *Process-Tracing*, o qual é entendido como “a procedure for identifying steps in a casual process leading to the outcome of a given depend variable of a particular case in a particular historical context<sup>4</sup>” (GEORGE; BENNET, 2005, p. 176). O ganho neste método está na nova forma de aprender e avaliar empiricamente as preferências e percepções dos agentes, os seus objetivos, propósitos e as especificidades das situações enfrentadas por eles no contexto a ser analisado (VENESSON, 2008; HENRIQUES; LEITE; TEIXEIRA JUNIOR, 2015).

Quanto a abordagem do problema, a utilização da análise de dados se dará de maneira qualitativa, a qual depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação (GIL, 2002).

Deste modo, a estrutura desta dissertação contara com três capítulos, de forma com que cada um represente um objetivo específico. No primeiro capítulo, busca-se alcançar o objetivo específico número um, situado em identificar os fundamentos teóricos em torno das relações de poder no campo da segurança. Bem como, elucidar esse campo através da teoria da securitização da escola de Copenhague a partir da abordagem, primeiramente, de como a segurança era vista segundo a perspectiva realista (tradicional), para que, ao abordar a escola de Copenhague e suas contribuições, o leitor entendesse a diferença teórica nas abordagens, tornando a compressão deste trabalho mais fácil.

O segundo capítulo foi reservado para caracterizar as ações das ESP em relação ao setor de segurança atribuindo seus impactos a ele, através do fenômeno de casos de coleta de informação e percepção de ameaças. Logo, nele almejou-se apresentar o ambiente favorável que levou a consolidação das ESP no sistema internacional, bem como entender quais são os tipos de atuação desses agentes, finalizando, assim, com a descrição dos casos escolhidos para serem analisados.

O terceiro e último capítulo ficou responsável por analisar de que forma o discurso de segurança é alterado nos casos da Colômbia em 1998 e do Peru em 2001. Para isso, será feito um esboço de modelo causal a partir das técnicas do *process tracing*. A análise dos casos e de seus desdobramentos foram fundamentais para que o objetivo geral fosse alcançado.

---

<sup>4</sup> “um procedimento para identificar as etapas em um processo casual que leva ao resultado de uma determinada variável dependente de um caso particular em um contexto histórico particular” (GEORGE; BENNET, 2005, p. 176. Tradução nossa).



Por fim, para concluir a pesquisa, levando em consideração a problemática e esses objetivos, a hipótese que foi testada nesse trabalho foi levantada a partir dos estudos de Leander (2005), dos quais entendem que as ESP participam de forma direta e indireta dos discursos de segurança. A forma de que essa participação tem influenciado em grandes mudanças na prática da segurança. Dessa forma, esta hipótese foi confirmada, a partir da análise dos casos. No caso da Colômbia, a Airscan foi capaz de identificar uma ameaça (na qual não era verdadeira, como comprovado por relatório após o incidente) e ainda assim conseguiu passar esse entendimento para as entidades do processo de securitização e aplicar seu plano de ação, ocasionando no sucesso da securitização. Da mesma forma, no caso do Peru, a *Aviation Development Corporation* (ADC) conseguiu convencer a Força Aérea Peruana (PAF) de que, apesar das informações se apontassem contra as alegações, o avião de uma família de missionários era de fato um avião que, além de suspeito, era utilizado para o tráfico de armas. Por consequência, as empresas conseguiram alterar, influenciar e construir noções/entendimentos de segurança.

## **2 PANORAMA DO CAMPO DE SEGURANÇA INTERNACIONAL**

Para responder a problemática dessa dissertação, este capítulo trabalhará, inicialmente, os Estudos de Segurança Internacional a partir da visão da escola de Copenhague, apontando como se deu a virada do pensamento desse campo em relação as novas abordagens construtivistas. Assim, será abordado os elementos teóricos em relação a securitização, do jeito que se faça entender como o processo de tornar algo uma ameaça, parte da linguagem, do discurso.

Dessa forma, dando continuidade através das concepções de identidade e interesse, se tornará imprescindível para entender as relações de poder dentro da Segurança Internacional, para que posteriormente sejam aplicadas no terceiro capítulo desta dissertação.

### **2.1 Contribuições da Escola de Copenhague para os estudos da Segurança Internacional**

Nos estudos das Relações Internacionais, os eventos históricos são a base da elaboração das teorias. No período entre guerras, o surgimento da disciplina advém, de acordo com Tanno (2003), da necessidade de estabelecer arranjos políticos com base em conhecimentos teóricos que aprofundassem as dinâmicas interestatais.

Nos Estudos de Segurança Internacional, até o término da segunda guerra mundial, a área era consolidada pela perspectiva realista como o principal paradigma das Relações Internacionais. Durante esse período, as análises dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) eram baseadas em um cenário internacional anárquico, perante a busca constante da sobrevivência estatal. Dessa forma, os ESI buscavam analisar as ameaças estatais internas e externas, priorizando o Estado como ator unitário da agenda de segurança.

Antes de adentrar nas contribuições da Escola, é necessário, para uma compreensão mais completa da discussão a seguir, elucidar as questões em relação ao próprio conceito inicial de segurança.

Grande parte das questões de segurança envolvem dois fatores específicos: a sua referência e sua abrangência. Sendo assim, quando se fala de segurança, é assumido que há um objeto ou uma entidade que deve assegurar ou ser assegurada (TOMÉ, 2010). A partir desse ponto desse pensamento, a segurança pode ser entendida tanto em um âmbito nacional, quanto em um âmbito internacional, levando em consideração que o seu objeto pode ser o meio ambiente, o indivíduo e/ou o próprio Estado (ALENCAR, 2015). Nesse caso, a tendência dos estudos de segurança é de abordar Estados e indivíduos como objetos de referência. Para a perspectiva realista (tradicional), nesse ponto, o Estado é a referência exclusiva de segurança.

Consolidada assim por muito tempo, o conceito de segurança foi vinculado a premissa da segurança para o Estado e pelo próprio Estado. Durante a Guerra Fria, as questões de *high politics*, ou seja, “issues of war and Peace, nuclear deterrence and crisis management, summit diplomacy, arms control and alliance politics” (WIRTZ, 2007, p. 366)<sup>5</sup>, geravam mais preocupação para os governos do que as questões de *low politics*, entendidas como ambiente, energia, fluxos migratórios, superpopulação, saúde e subdesenvolvimento (TOMÉ, 2010).

Adquirindo uma noção mais de defesa, essa linha de raciocínio tradicional tem eminentes expoentes em Edward H. Carr, Hans Morgenthau e Kenneth Waltz, na qual baseiam-se em conceitos de poder. Assim, “um ator com suficiente *poder* que atinja uma posição dominante adquiriria como resultado a sua *segurança*” (RUDZIT, 2005, p. 299, grifo do autor). Conseqüentemente, o entendimento sobre o termo segurança nesse momento está diretamente vinculado a uma dimensão militar, onde o objeto de referência seria tanto os interesses nacionais, quanto a integridade estatal.

---

<sup>5</sup> "Questões de guerra e paz, dissuasão nuclear e gestão de crises, diplomacia de cúpula, controle de armas e alianças políticas " (WIRTZ, 2007, p. 366. Tradução nossa).

Entretanto, após o fim da Guerra Fria, os ESI e a disciplina de Relações Internacionais sofreram grandes mudanças. Na academia, começaram a crescer demandas por uma nova agenda de pesquisa para a Segurança Internacional. Como aponta Duque (2009), essa conjuntura abriu espaço para novas abordagens que já estavam ganhando intensidade no campo das Relações Internacionais. Este caso também pode ser visto em:

Over the past decade, the field of security studies has become one of the most dynamic and contested areas in International Relations. In particular, it has become perhaps the primary forum in which broadly social constructivist approaches have challenged traditional – largely Realist and neorealist – theories on their “home turf”, the area in which some of the most vibrant new approaches to the analysis of International politics are being developed, and the realm in which some of the most engaged theoretical debates are taking place<sup>6</sup> (WILLIAMS, 2003, p. 511).

Portanto, a área de Segurança Internacional, por seu grande alinhamento com a perspectiva realista e sua roupagem nacionalista, tinha sido alvo de muitas críticas (STRITZEL, 2011; RUDZIT, 2005; HUYSMANS, 1999; GUZZINI, 2011; BALZACQ, 2011), essencialmente por não pautar a elementos sociais e sociológicos do processo de segurança.

Com o fim da Guerra Fria, no fim da década de 1980, novas vertentes que questionam justamente essas perspectivas *mainstream* (realistas), surgiram na Teoria das Relações Internacionais. A concepção de uma análise mais reflexiva também refletiu na área da Segurança Internacional. De acordo com Motta e Pimentel (2013, p. 4), “aspectos subjetivos tais como ‘identidade’, ‘percepção’, entre outros, passaram a ser considerados em um campo que anteriormente era orientado por uma concepção de segurança avaliada, pelas capacidades objetivas dos Estados”.

Consequente ao focar e limitar a literatura da área – como durante o conflito bipolar – apenas em aspectos estratégicos e militares, deixando de lado aspectos subjetivos, os estudos de segurança acabavam por legitimar políticas que repetiam a mesma lógica responsável pela manutenção da ordem da Guerra Fria (TANNO, 2003). Todavia, já era possível notar um distanciamento a essa reprodução em alguns blocos acadêmicos:

Na academia europeia, a despeito do comprometimento com a promoção de certos interesses, estes tendem a ser, em geral, menos associados às lógicas nacionais e mais

---

<sup>6</sup> “Na última década, o campo dos estudos de segurança tornou-se uma das áreas mais dinâmicas e contestadas nas Relações Internacionais. Em particular, tornou-se talvez o principal fórum em que as abordagens socialmente construtivistas desafiaram as teorias tradicionais - principalmente realistas e neorealistas. em seu “território doméstico”, a área em que algumas das novas abordagens mais vibrantes para a análise da política internacional estão sendo desenvolvidas e o domínio em que alguns dos debates teóricos mais engajados estão ocorrendo” (WILLIAMS, 2003, p. 511. Tradução nossa).

direcionados à promoção de interesses de natureza internacionalista. A partir disso é possível compreender a grande quantidade de centros de estudos para a paz na Europa, em detrimento de institutos destinados à conformation de estratégias nacionais, o que é regra nos Estados Unidos. Centros de estudo para a paz têm por objetivo promover um ambiente internacional mais pacífico, procurando esquivarem-se de análises mais nacionalistas de segurança. (TANNO, 2003, p. 49-50).

À vista disso, foi dado início aos debates com a finalidade de redefinir os limites teóricos do campo de Segurança Internacional. Primordialmente, o movimento de redefinição começou pelo próprio conceito de segurança.

À princípio, a diferença entre os conceitos mais abrangentes de segurança se baseava na perspectiva mais idealista da literatura nessa área. Fundamentada em estudos que ressaltavam a paz, ao invés de poder – como na perspectiva realista –, essa corrente retomava pensamentos de Martin Wight. Entendendo que apesar da anarquia internacional, o autor não acreditava na naturalização das guerras, em um contexto caracterizado pela Sociedade Internacional – indo além do conceito de Sistema Internacional – as Relações Internacionais assumiriam um espaço não somente de conflito, mas também de cooperação. Logo:

Difícilmente pode ser negada a existência de um sistema de Estados, e admitir que tal sistema existe acarreta admitir em parte a existência de uma sociedade, pois uma sociedade corresponde a um certo número de indivíduos ligados por um sistema de relacionamentos com certos objetivos comuns. (WIGHT, 2002, p. 97).

Nessa perspectiva o entendimento de segurança seria mais amplo, pois ao se reduzir ameaças externas ao Estado, buscando a cooperação, como resultado, as ameaças para o Sistema Internacional seriam reduzidas igualmente, portanto de acordo com Rudzit (2005, p. 299, grifo do autor), “não é uma falácia falar sobre um interesse coletivo, assim, *segurança* adquire um sentido mais amplo: ela pode ser usufruída ou perseguida em comum”.

Ao sustentar essa linha de raciocínio, os idealistas atestam que o conceito de segurança lhes permitiria a não vê-la somente em termos holísticos – marcando oposição em relação a perspectiva realista – mas também focar diretamente na natureza do problema da guerra, sendo que como a “guerra é a maior ameaça proveniente do problema de segurança nacional, a solução para tal eliminaria em grande parte este problema da agenda internacional” (RUDZIT, 2005, p. 299). Colocando o termo de segurança nesse sentido, ela não seria derivada do poder<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Na visão tradicional, “um ator com suficiente poder que atinja uma posição dominante adquiriria como resultado a sua segurança” (RUDZIT, 2005).

Neste contexto de abrangência epistemológica, houve o surgimento da Escola de Copenhague, a qual foi criada em 1985 e se estabeleceu como um dos principais estudos da área de Segurança Internacional. Dentre as principais contribuições da Escola de Copenhague, a formulação da nova agenda de segurança é a mais importante. Em decorrência ao fim da Guerra Fria, muitos autores passaram a incluir outros temas não militares nas suas análises de segurança (RUDZIT, 2005), constatando que temas de segurança podem vir de cinco principais setores: ambiental, econômico, político, militar e social (BUZAN; HANSEN, 2012).

Others questions have come from academia: from peace research, from feminists, from international political economy, and from security (and strategic) studies. Their move has generally taken the form of attempts to widen the security agenda by claiming security status for issues and referent objects in the economic, environmental and societal sectors, as well as the military-political ones that define traditional security studies<sup>8</sup> (known in some places as strategic studies) (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 1).

O alargamento dessa área categorizou mudanças além da perspectiva temática, como visto acima. A interseção entre esses conhecimentos ocasionou maior interação analítica, ou seja, os conceitos e fundamentos teóricos passaram a sofrer mudanças a partir do choque desses setores. Como por exemplo, a busca de entender os elementos da globalização e seus efeitos para área de segurança.

Com o aumento da globalização, transbordando para outras áreas, houve uma mudança no ambiente político internacional, o que nos leva diretamente para o mundo pós 11 de Setembro, o qual mudou a dinâmica internacional e fez surgir um novo ambiente. De acordo com Avant (2005), “trouxe consigo novas formas de guerra e a fusão da segurança com uma variedade de outros aspectos econômicos”. Assim, a segurança “nacional” tornou-se difícil de distinguir da segurança internacional ou global, e as fronteiras entre a segurança interna e a externa se cruzaram.

Principalmente na década de 1990, esse processo alterou a Ordem Internacional e contribuiu decisivamente para a reformulação do conceito de segurança internacional. Tendo considerações de diversas áreas de estudo como o feminismo, os pós-modernos e os

---

<sup>8</sup> “Outras perguntas vieram da academia: da pesquisa sobre a paz, das feministas, da economia política internacional e dos estudos de segurança (e estratégicos). Seu movimento geralmente assumiu a forma de tentativas de ampliar a agenda de segurança, reivindicando status de segurança para questões e referentes objetos nos setores econômico, ambiental e social, bem como os político-militares que definem os estudos tradicionais de segurança (conhecidos em alguns lugares como estudos estratégicos)” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 1. Tradução nossa).

construtivistas, a redefinição do conceito de segurança buscou, inicialmente, questionar quem é o sujeito da segurança (OLIVEIRA, 2009).

Em oposição a concepção idealista da segurança, a globalização não necessariamente denota o surgimento de uma sociedade harmoniosa, neste caso, apesar do aprofundamento do impacto de fluxos e padrões inter-regionais de interação social:

A consciência da interligação crescente não apenas gera novas animosidades e conflitos, como pode também alimentar políticas reacionárias e uma xenofobia arraigada. Uma vez que um segmento significativo da população mundial não é diretamente afetado pela globalização, ou fica basicamente excluído de seus benefícios, ela é um processo profundamente desagregador e, por isso mesmo, vigorosamente contestado (HELD; MCGREW, 2001, p. 13-14).

A Segurança Internacional nesse novo momento atinge uma maior abrangência de análise. Assim, é preciso destacar quatro elementos fundamentais dessa mudança, segundo Aravena (2002): i) a segurança internacional vai além dos componentes militares; ii) a segurança internacional é transnacional, global e interdependente; iii) a segurança internacional é produzida por uma pluralidade de atores, tendo o Estado deixado de ser o ator exclusivo; iv) a segurança internacional no século XXI amplia a agenda e exige maior cooperação e parceria.

Diferente da realidade da Guerra Fria, onde os Estados ainda viam a segurança atrelada a proteção do território nacional, o movimento de mudanças era reafirmado progressivamente. Os teóricos da interdependência eram um exemplo desse movimento, argumentavam que com o surgimento de novas ameaças e novas agendas, o fascínio com poder militar era insuficiente (OLIVEIRA, 2009), pois os novos desafios – econômicos, ambientais, energéticos e de saúde – “não podem ser enfrentados pela força militar, que é a maneira normal pela qual os Estados têm enfrentado as ameaças a sua segurança” (KENEDDY, 1993, p. 129 apud VILLA; REIS, 2006, p. 38).

Nesse sentido, esses novos desafios consolidaram um aspecto importante dentro da literatura dos estudos de segurança abrangente: a abertura de novas agendas de segurança. Com essa mudança o entendimento das agendas de segurança foi estabelecido, cada setor passou a ter um olhar mais específico, com uma agenda e quadros analíticos igualmente específicos. De acordo com Tanno (2003), a segurança internacional passou a defender que cada setor analítico teria sua própria lógica, com regras, agentes, discursos e principalmente objetos de referência específicos dentro desse campo, que poderia ou não incluir o Estado. Ainda sobre os setores, a autora continua:

O setor militar seria dominado pelas relações de força, o setor político pelas relações de autoridade e reconhecimento externo, o setor econômico pelas relações de comércio, produção e finanças, o setor societal pelas relações entre identidades coletivas e, por fim, o setor ambiental seria caracterizado pelas relações entre as atividades humanas e a biosfera. (TANNO, 2003, p. 59).

Por essa razão, as análises de segurança precisam ter a característica de integração, pois, de acordo com Buzan (1990 apud TANNO, 2003), nenhum setor poderá ser examinado separadamente e ainda fornecer uma análise completa da segurança internacional. Por meio dessas mudanças o entendimento de segurança muda também, assim “‘security’ is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 23).

Essas mudanças foram possíveis graças a influência do construtivismo na escola de Copenhague. Este modo de analisar a segurança talvez tenha uma continuidade histórica da região, pois “os pesquisadores europeus, em oposição aos seus pares americanos, sempre encontraram maior dificuldade em produzir conhecimento exclusivamente para promover interesses nacionais” (TANNO, 2003, p. 52). No âmbito da segurança, as pesquisas europeias contêm maior visão internacionalista, principalmente pela conformação de uma ordem internacional mais pacífica (WÆVER, 1998).

Esta concepção fica explícita no início das produções da escola, na qual tinham maior destaque de pesquisas com temáticas que abordassem a ideia de europeização, como nos livros *European Polyphony: Perspectives beyond East-West Confrontation* (WÆVER; LEMAITRE; TROMER, 1989), *The European Security Order Recast* (BUZAN et al, 1990) e *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe* (WÆVER et al., 1993). A relevância dessa abordagem é clara. Primeiramente com o fim da Guerra Fria, houve uma crescente preocupação com a segurança regional, pois posteriormente a segurança estaria cada vez mais vinculada às questões como migração e identidades nacionais (TANNO, 2003).

A preocupação construtivista de entender o mundo social, bem como as identidades e os interesses dos agentes, está vinculada a essa perspectiva Europeia, apesar de grande parte de sua contribuição ter vindo de Alexander Wendt, naturalizado nos Estados Unidos. O Construtivismo, de uma forma mais sucinta, argumenta que esse mundo social é construído por estruturas e processos intersubjetivos coletivos (WENDT, 1992). Portanto as contribuições dessa corrente para a área de Segurança Internacional serão mais fáceis de serem identificadas, ao modo de que vão contrariar a concepção realista de segurança, a qual acredita na naturalidade da estrutura e singularidade de atores como aponta Waltz (1979, p. 94, tradução nossa)

“contando que os Estados principais sejam atores principais, a estrutura da política internacional é definida em termo deles”.

Conseqüentemente, a primeira contribuição dessa corrente para a escola de Copenhague está no entendimento de que “as estruturas de ideias e os agentes se constituem mutuamente, em um processo dinâmico e que abre espaço para a mudança social perpetrada pelos agentes” (DUQUE, 2009, p. 467-468). Ao contrário da perspectiva racional que acredita que essas relações são imutáveis, naturais e pré-estabelecidas (WALTZ, 1979). Assim, de acordo com Wendt (1999), dependendo do grau de internacionalização da cultura política compartilhada no sistema, mais o padrão de interação entre os Estados pode se modificar além da cultura realista anárquica e conflituosa.

Com efeito, a Escola de Copenhague desenvolveu um conjunto de conceitos e quadros analíticos para assegurar uma análise de segurança internacional mais abrangente (TANNO, 2003). Ao reconhecer que as interações entre os agentes e a característica de construção social do mundo para a segurança internacional, Wæver (1995) enfatiza também – a partir dessa realidade social – que as questões de segurança, da mesma forma, ocorrem por meio de discursos proferidos pelos atores mais interessados em estabelecer estas questões.

## **2.2 Uma discussão sobre discurso, securitização e relações de poder**

A teoria da Securitização surge, então, em uma conjuntura onde há a incorporação da utilização da linguagem como nova referência metodológica com implicações tanto epistemológicas quanto ontológicas (MOTTA; PIMENTEL, 2013). Portanto, o papel da linguagem para os Estudos de Segurança Internacional também é pertinente. Da maneira de que a construção linguística da realidade social resultaria em práticas discursivas que constituem as identidades e interesses dos agentes na política internacional (FINNEMORE; SIKKINK, 2001).

A abordagem discursiva “apresenta-se, então, como criadora, como um elemento a mais na construção das análises sobre política internacional” (CAMPOS, 2016, p. 61). Essa característica, vinculada ao terceiro debate das Relações Internacionais, reconhecida como virada linguística, buscava apresentar a relação entre a linguagem e realidade.

Neste espaço os trabalhos de Nicolas Onuf, Kratochwill e Fierke são imprescindíveis para entender essa relação. Esses autores, de acordo com Frizzera (2013), buscam focar na linguagem como ponto crucial de termos de compreensão dos significados e interpretação do



relacionamento entre a palavra e o mundo. Onuf destaca os estudos sobre “ato de fala”<sup>9</sup>, primeiramente formulado por Austin (1963), o qual baseia-se na premissa de que o discurso é uma forma de ação.

Onuf, Kubáľková e Kowert (1998) sugerem que os atos de fala podem se encaixar em três categorias, chamadas de Assertivos, Diretivos e de Comissivos<sup>10</sup>. Para Onuf, Kubáľková e Kowert (1998), os atos de fala assertivos informam o agente sobre o mundo, como as coisas são e funcionam, bem como informam quais são as consequências que provavelmente acontecerão se as informações forem desconsideradas. No caso do ato de fala diretivo, Frizzera (2013, p. 60) aponta que esse ato nos fornece instruções: “o que fazer, o que irá acontecer se falharmos em fazer algo”. No caso do terceiro ato, comissivo, “involve promises. Speakers make promises that hearers accept. Commissive speech acts give form to rules when hearers, as speakers, respond with promises of their own”<sup>11</sup> (ONUF; KUBÁĽKOVÁ; KOWERT, 1998, p. 68).

Analisando esses princípios, é possível notar que os atos de fala apontam o importante papel da linguagem na construção do mundo social e suas relações. A linguagem assim, de acordo com Onuf, Kubáľková e Kowert (1998), é constitutiva e não apenas representa o mundo como ele é, logo ela pode criar um cenário diferente acerca de um problema social ou sobre a fonte que gera a insegurança. Como observa Huysmans (2002, p. 44-45): “language is not just a communicative instrument used to talk about a real world outside of language; it is a defining force, integrating social relations”<sup>12</sup>. Portanto a linguagem e o ato de fala têm enorme relevância para o entendimento de segurança, porque eles têm poder de securitizar.

Nesse momento é válido salientar o entendimento de dois conceitos chaves sendo utilizados neste trabalho. A relação entre o termo linguagem e discurso aparecerá constantemente sendo postas como sinônimos, visto que é difícil estabelecer uma linha divisória entre ambas. Entretanto de maneira mais sucinta entende-se que o discurso é uma prática da linguagem e a entende como um intermediário entre o sujeito e a realidade social (PIOVESAN et al., 2006).

---

<sup>9</sup> Do inglês *Speech-act*

<sup>10</sup> Tradução livre de *Assertive, Directive and commissive*.

<sup>11</sup> "Envolve promessas. Oradores fazem promessas que os ouvintes aceitam. Atos de fala comissiva dão forma às regras quando os ouvintes, como oradores, respondem com suas próprias promessas" (ONUF; KUBÁĽKOVÁ; KOWERT, 1998, p. 68. Tradução nossa).

<sup>12</sup> "A linguagem não é apenas um instrumento comunicativo usado para falar sobre um mundo real fora da linguagem; é uma força definidora, integrando as relações sociais" (HUYSMANS, 2002, p. 44-45. Tradução nossa).

Dessa forma, a linguagem desempenha um papel crucial nas interações sociais, pois é através dela que os indivíduos interagem no mundo social (BAKTHIN, 2002). Essa mediação é feita através do discurso, mais especificamente pelos discursos que estão sempre situadas em um contexto cultural, histórico e institucional, ou seja, “o discurso torna possível tanto a permanência e a continuidade, quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade na qual vive” (PIOVESAN et al., 2006, p. 2). Isto posto, a discussão em torno da influência da linguagem para o entendimento da segurança será mais clara, principalmente quando a discussão for retomada mais a frente.

O conceito de securitização proposto pela Escola de Copenhague é o exemplo mais explícito dessa relação entre a linguagem e formação da realidade dentro dessa literatura. De acordo com Buzan, Wæver e Wilde (1998, p. 30) “securitization, like politicization, has to be understood as an essentially intersubjective process”<sup>13</sup>. Se um problema é uma questão de segurança, não é algo que os agentes e indivíduos decidam sozinhos. Para que uma questão seja considerada como de segurança, é necessário que seja estabelecido socialmente por meio de práticas compartilhadas (DUQUE, 2009).

Whether an issue is a security issue is not something individuals decide alone. Securitization is intersubjective and socially constructed: Does a referent object hold general legitimacy as something that *should* survive, which entails that actors can make reference to it, point to something as a threat, *and* thereby get others to follow or at least tolerate actions not other- wise legitimate? This quality is not held in subjective and isolated minds; it is a social quality, a part of a discursive, socially constituted, intersubjective realm<sup>14</sup> (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 31, grifo do autor).

Para trabalhar a concepção do compartilhamento desse entendimento, a Escola de Copenhague utiliza-se também do conceito de “ato de fala”. A securitização é o encontro do processo comunicativo transportado para a esfera de segurança (DUQUE, 2009).

Para a Escola, palavras ligadas a ameaças não são somente signos linguísticos, mas estão carregadas de demandas de medidas a serem tomadas. Portanto, de acordo com Duque (2009)

---

<sup>13</sup> “A securitização, assim como a politização, deve ser entendida como um processo essencialmente intersubjetivo” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 30. Tradução nossa)

<sup>14</sup> “Se uma questão é uma questão de segurança, não é algo que os indivíduos decidam sozinhos. A securitização é intersubjetiva e socialmente construída: um objeto de referência possui legitimidade geral como algo que deve sobreviver, o que implica que os atores podem fazer referência a ele, apontar para algo como uma ameaça e, assim, fazer com que outros sigam ou pelo menos tolerem ações que não seriam de outra forma legítimas? Essa qualidade não é mantida em mentes subjetivas e isoladas; é em uma qualidade social, uma parte de um reino intersubjetivo discursivo, socialmente constituído” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 31, grifo do autor. Tradução nossa).

isso é reforçado se o agente securitizador é um representante do Estado e tem a capacidade de implementar medidas. Logo:

What then is security? With the help of language theory, we can regard "security" as a speech act. In this usage, security is not of interest as a sign that refers to something more real; the utterance itself is the act. By saying it, something is done (as in betting, giving a promise, naming a ship).<sup>23</sup> By uttering "security," a state-representative moves a particular development into a specific area, and thereby claims a special right to use whatever means are necessary to block it<sup>15</sup> (WÆVER, 1995, p. 55).

A partir desse momento, tanto em um nível epistemológico quanto para este trabalho, o termo segurança passa a ter um sentido abrangente, não somente em relação a questões relacionadas ao objeto de referência ou aos desafios da segurança, mas em um complexo de variáveis ligadas à questão da sobrevivência. Bem como todas as consequências da busca da sobrevivência, principalmente quando a própria palavra “segurança já aciona o gatilho desencadeador do movimento de securitização” (MOTTA, 2014, p. 24). Nesse sentido, a segurança está diretamente vinculada à perspectiva da securitização, pois, ao lidar com sobrevivência, significa entender quais ameaças são pertinentes.

Portanto, para se estudar a securitização é necessário estudar os discursos de securitização. Nesse tipo de discurso, o agente securitizador faz referência não só à sobrevivência de uma unidade, como também à prioridade de ação para conter uma ameaça à existência da unidade (DUQUE, 2009). Operacionalmente, “in naming a certain development a security problem, the "state" can claim a special right, one that will, in the final instance, always be defined by the state and its elites”<sup>16</sup> (WÆVER, 2007, p. 73, grifo do autor).

A definição e os critérios exatos do processo de securitização são constituídos pelo estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial, com capacidade de ter efeitos políticos substanciais (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998). Logo, mesmo que a lógica geral da securitização esteja posta, há limites para essa teoria. A securitização não é criada exclusivamente pelo discurso da ameaça existencial - movimento de securitização (*Securitizing move*) – e sim quando há outras decorrências, como quando a audiência aceita esse movimento.

---

<sup>15</sup> “O que é então segurança? Com a ajuda da teoria da linguagem, podemos considerar "segurança" como um ato de fala. Nesse uso, a segurança não interessa como um signo que se refere a algo mais real; o próprio enunciado é o ato. dizendo isso, algo é feito (como apostar, dar uma promessa, nomear um navio) .<sup>23</sup> Ao proferir "segurança", um representante do estado move um desenvolvimento particular para uma área específica e, assim, reivindica um direito especial de usar quaisquer meios são necessários para bloqueá-lo” (WÆVER, 1995, p. 55. Tradução nossa).

<sup>16</sup> “Ao nomear um determinado desenvolvimento como problema de segurança, o Estado pode reivindicar um direito especial, que será, em última instância, sempre definido pelo estado e suas elites” (WÆVER, 2007, p. 73, grifo do autor. Tradução nossa).

Porém, “accept does not necessarily mean in civilized, dominance-free discussion; it only means that an order always rests on coercion as well as on consent” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 25).

De acordo com os autores (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998), a imposição de uma demanda em relação a ameaças existenciais pode ser um problema. Se não houver sinais de aceitação a securitização não é cumprida e bem-sucedida. Neste ponto, as preocupações com os meios para se alcançar o sucesso da securitização são abafadas, ou seja, o processo da securitização não é cumprido “apenas pela quebra de regras (que podem assumir muitas formas), nem unicamente por ameaças existenciais (que podem levar a nada), mas por casos de ameaças existenciais que legitimam a quebra de regras” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 25).

No entanto, apesar da aceitação da audiência ser muito relevante, ainda é necessário entender o processo histórico pelo qual as ameaças são definidas e as medidas que propostas e implementadas. Então, neste caso o processo político que geralmente é dado como subentendido por trás do processo de securitização por grande parte dos autores, vai ser crucial para compreender como se dá o sucesso da securitização. O primeiro passo para essa compreensão está na identificação das elites de segurança e seus públicos, ou seja, a audiência pela qual a questão de segurança é relevante e cujo consentimento é buscado pelos atores securitizadores (BALZACQ, 2011).

A identificação dessas elites pode ser uma tarefa fácil, de acordo com Zimmermann (2017), elas são as que fazem a reivindicação da segurança, dessa forma podendo ter várias audiências, sendo elas públicas, ou escondidas. Neste ponto, a aceitação ou rejeição pode ser tanto uma etapa formal e legal, ou pode consistir em consentimento e apoio moral (BALZACQ, 2011). Em consequência, o autor argumenta que isso pode permitir uma distinção em habilitar ou capacitar audiências que influenciariam no debate, apresentando aprovação ou desapontamento. Logo, para isso “successful securitizers are supposedly able to draw on existing narratives and collective memories of past lessons”<sup>17</sup> (GUZZINI, 2011, p. 336).

Em uma análise mais complexa, o ápice do sucesso da securitização estaria, em última instância, em conseguir tornar em rotina o processo que move a securitização, com diferentes

---

<sup>17</sup> “Os securitizadores bem-sucedidos são supostamente capazes de se valer de narrativas existentes e memórias coletivas de lições passadas” (GUZZINI, 2011, p. 336. Tradução nossa).

agentes securitizadores e diferentes conjuntos de audiências, assim “the successful end of the securitization spectrum is marked by the ability of political elites to implement emergency measures without the need to further legitimize their actions”<sup>18</sup> (WATSON, 2009, p. 28). Melhor explicando, tornar o processo em práticas institucionalizadas estabelecidas (OLSSON, 2015).

Essa noção está ligada ao segundo passo para a compreensão, ou seja, o conceito de dessecuritização. Entendido por “not to have issues phrased as ‘threats against which we have countermeasures’ but to move them out of this threat-defense sequence and into the ordinary public sphere”<sup>19</sup> (WÆVER, 1995 apud BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 29). Neste trabalho, ao contrário de muitos autores que veem esse conceito como oposto ou anterior ao de securitização, vai ser aplicado o conceito como uma consequência da securitização. Pois entender a dessecuritização como um processo ajuda a remover o pensamento da securitização como algo irrefutável, mas sim tornar esse processo normal e rotineiro a fim de adquirir uma necessidade de um consentimento comum de uma certa forma.

Por isso, o terceiro passo, como abordado acima, é importante, pois a partir desse processo a institucionalização é possível. Então ao identificar esse processo dessa forma surge uma forma de entender essa dinâmica desde o movimento securitizador até suas negociações entre os agentes e audiências.

Consequentemente, a aplicação desse processo facilitará o entendimento de como ameaças são identificadas, pois conforme Villa e Santos (2011 apud SILVA, 2016), as ameaças são construídas, são trazidas da condição inicial, na qual tem uma determinada natureza transformada para adquirir uma nova natureza, ou seja um novo significado. A securitização, dessa forma, pode concernir a ameaças reais ou não. Portanto, a segurança é “a self-referential practice, because it is in this practice that the issue becomes a security issue not necessarily because a real existential threat exists but because the issue is presented as such a threat”<sup>20</sup> (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 24).

---

<sup>18</sup> “O fim bem-sucedido do espectro da securitização é marcado pela capacidade das elites políticas de implementar medidas emergenciais sem a necessidade de legitimar ainda mais suas ações” (WATSON, 2009, p. 28. Tradução nossa)

<sup>19</sup> “Não ter questões expressas como ameaças contra as quais temos contramedidas, mas movê-las para fora dessa sequência de defesa contra ameaças e colocá-las na esfera pública comum” (WÆVER, 1995 apud BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 29. Tradução nossa)

<sup>20</sup> “Uma prática auto referencial, porque é nesta prática que o problema se torna um problema de segurança não necessariamente porque existe uma ameaça existencial real, mas porque o problema se apresenta como tal” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 24. Tradução nossa).

Em vista disso, os pressupostos teóricos sobre quem são os sujeitos desse processo são essenciais, principalmente porque a posição do ator pode determinar o sucesso da securitização. Logo “security is thus very much a structured field in which some actors are placed in positions of power by virtue of being generally accepted voices of security, by having the power to define security”<sup>21</sup> (BIGO, 1996 apud BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 31). Entretanto, este poder não é absoluto, não há agente que consiga garantir a capacidade de fazer as pessoas aceitarem essa reivindicação. Assim:

Nor is anyone excluded from attempts to articulate alternative interpretations of security. The field is structured or biased, but no one conclusively “holds” the power of securitization. Therefore, it is our view that one cannot make the actors of securitization the fixed point of analysis—the practice of securitization is the center of analysis. In concrete analysis, however, it is important to be specific about who is more or less privileged in articulating security. To study securitization is to study the power politics of a concept<sup>22</sup> (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1989, p. 31).

Com base nessa concepção, os estudos da securitização buscam entender mais precisamente quem securitiza; quais suas questões (em relação a ameaças); para quem, em outras palavras, quais são os objetos de referência; por que; quais seus resultados e sob quais condições, ou seja, o que explica se a securitização foi bem-sucedida.

Segundo essa complexidade, é visto que a relação entre esses sujeitos não é simétrica. Alguns agentes com autoridade política têm uma maior capacidade para definir a segurança, “isso indica que nem sempre o agente securitizador advém de estruturas governamentais do Estado, ainda que essa seja a situação mais recorrente dada a sua capacidade de mobilização política, de recursos, estrutura e acesso à violência” (PEREIRA, 2011, p. 66). Esse dinamismo dos atores deve ser atrelado à concepção dos diferentes setores descritos anteriormente.

A segurança, nesse sentido, varia dependendo do setor e da complexidade do processo da securitização. Todavia, ainda assim é possível identificar conexões periódicas relacionado a política. Dado que a securitização para Buzan, Wæver e Wild (1998) é o movimento que leva

---

<sup>21</sup> “A segurança é, portanto, um campo estruturado no qual alguns atores são colocados em posições de poder em virtude de serem vozes de segurança geralmente aceitas, por terem o poder de definir a segurança” (BIGO, 1996 apud BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 31. Tradução nossa)

<sup>22</sup> “Nem ninguém está excluído das tentativas de articular interpretações alternativas de segurança. O campo é estruturado ou enviesado, mas ninguém “detém” conclusivamente o poder da securitização. Portanto, é nossa visão que não se pode fazer dos atores da securitização o ponto fixo de análise — a prática da securitização é o centro da análise. Na análise concreta, entretanto, é importante ser específico sobre quem é mais ou menos privilegiado na articulação da segurança. Estudar a securitização é estudar a política de poder de um conceito” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1989, p. 31. Tradução nossa).

a política para além das regras do jogo, podendo ser entendido que a segurança é a versão mais extremista da politização.

Em teoria, qualquer assunto público pode ser posicionado no espectro que varia do não-politizado [significando que o Estado não lida com ele e de nenhum modo é tido como um tópico de debate público e de decisões], passando por politizado [significando que o tópico é parte de uma política pública requerendo uma decisão governamental e alocação de recursos], indo até o securitizado [significando que o tópico é apresentado como uma ameaça existente, requerendo medidas de emergência, o que justifica ações fora dos limites normais do processo político] (RUDZIT, 2005, p. 308).

Assim, a princípio, dependendo das circunstâncias, qualquer assunto está presente dentro desse aspecto. Portanto, esse processo tem envolvimento em diversos setores, bem como é relevante entender que o discurso para a escola de Copenhague não é necessariamente a causa da existência de uma ameaça real, mas sim, depende de um processo complexo e intersubjetivo apresentado como uma ameaça.

### **2.3 Dos limites à expansão conceitual**

Embora a teoria da securitização tenha contribuído para a expansão e o aprofundamento do entendimento de segurança, adotando concepções para além dos aspectos materiais, tradicionais, esta teoria foi alvo de muitas críticas, tanto dentro do construtivismo, como por teóricos sociológicos e pós-estruturalistas. Dessa forma, nesta sessão será apresentado as aberturas teóricas da teoria da securitização e como através das críticas, o trabalho de autores para expandir o conceito de securitização é indispensável para esse trabalho.

Muitos autores têm buscado aprofundar o entendimento das matrizes intelectuais da teoria da securitização, desde suas implicações políticas, filosóficas e sociológicas até a aproximação com o conjunto teórico pós-estruturalista (MOTTA, 2014). Este entendimento por atribuir leituras de diversas bases, conseqüentemente desenvolve visões heterogêneas. Conforme destaca Stritzel (2011, p. 348), “it seems that securitization scholars are currently exposed to three different readings of the core idea of securitization”<sup>23</sup>. Sendo que:

Para o primeiro grupo, a securitização é vista como um ato político, visão esta derivada de uma avaliação pós estruturalista da teoria schmittiana e da incorporação do conceito de política trazido por Hannah Arendt. O segundo grupo aponta a securitização como uma metalinguagem, pois a percebe enquanto gramática universal que pode ser encontrada em múltiplos contextos culturais e configurações sociais. Já

---

<sup>23</sup> “Parece que os estudiosos da securitização estão atualmente expostos a três diferentes leituras da ideia central da securitização” (STRITZEL, 2011, p. 348. Tradução nossa).

o terceiro grupo vê a securitização como uma prática inserida em um contexto porque acredita que esse processo envolve complexas dinâmicas sociolinguísticas e sociopolíticas. (MOTTA, 2014, p. 29).

Essas escolas são provenientes de um investimento para expandir as fronteiras do conceito tradicional de securitização, particularmente porque esse conceito, apesar de representar um avanço dentro dos estudos de segurança, ainda tem sua capacidade explicativa muito limitada. Importante frisar que, a essência da escola de Copenhague sobre a segurança é tradicionalista/realista ao tratar dela como um Estado de exceção, que leva seus membros a reforçarem que, ao proferirem atores de segurança – geralmente representantes do Estado ou das elites – desenvolvem um caso como uma área especial onde medidas extraordinárias devem ser adotadas. Da mesma forma “security is characterized in terms of a ‘specific modality’ marked by urgency, priority of action and the breaking free of ‘normal rules’ of politics”<sup>24</sup> (STRITZEL, 2011, p. 347).

Em virtude das limitações conceituais, os aprofundamentos dos teóricos estão em diversas áreas e em perspectivas distintas. Para que a teoria da securitização alcance seu potencial, as formulações dela devem ser mais desenvolvidas. Sendo que, segundo Williams (2011) esse desenvolvimento pode ser visto em dois raciocínios.

A primeira linha de raciocínio, encontra-se na ideia de que a segurança como um ato de fala é limitada por uma versão da teoria social que é muito fina e muito formal para capturar as dinâmicas, estratégias e formas concretas que os atos de securitização podem tomar. Já a segunda adverte que a Escola de Copenhague é radicalmente subdesenvolvida pois salienta que a securitização é um processo interativo, onde a relação entre atores securitizadores e a audiência é crucial, resultando na incapacidade de ver as diferentes formas que os atos de securitização tomam dependendo do contexto e do público (WILLIAMS, 2011). Tendo esses temas como inspiração, será visto como os fundamentos da Escola de Copenhague tem sido revista por autores.

Ao encarar o discurso como uma forma de ação, é possível entender que existem duas vertentes relacionadas a forma de perceber esse discurso. Apesar de partirem do mesmo pressuposto, a visão construtivista e a pós-estruturalista tratam o discurso de modo distinta. Conforme aponta Motta (2014) enquanto o construtivismo segue uma orientação sociológica,

---

<sup>24</sup> “A segurança é caracterizada em termos de uma modalidade específica marcada pela urgência, prioridade de ação e quebra das regras normais da política” (STRITZEL, 2011, p. 347. Tradução nossa).



o pós-estruturalismo segue uma orientação estética e literária, e essas visões distintas acabam produzindo entendimentos diferentes de como se dá o processo de securitização.

By referring to performativity, constructivists assume that the speaker of the word is the performer, and language remains this performer's tool. As such, language becomes the tool through which the performer establishes or responds to normative intents. By contrast, when poststructuralists claim that language is performative, they signify that language itself is the performance, independent of the agent's intentions<sup>25</sup> (DEBRIX, 2003, p. 6-7).

Essa percepção de Debrix (2003) elucidada como as novas abordagens da teoria da securitização agem em relação aos atos de fala. Por um lado, os construtivistas se orientam por regras e assumem que devem tratar às criações e produções de fala, porque seriam muito importantes para entender a co-constituição dos agentes internacionais. Enquanto os pós-estruturalistas compreendem que devem interpretar as relações como uma realidade textual, ou, como uma série de discursos fabricados.

Outra forma de enxergar essa diferença é pela distinção das vertentes filosóficas e sociológicas. Para Balzacq (2011) a vertente filosófica reduz a segurança como um procedimento convencional, onde as condições de sucesso do ato de fala (*felicity circumstances*) devem prevalecer completamente para que o ato aconteça. No caso da abordagem sociológica, a securitização é melhor entendida como um processo estratégico, ou seja, pragmático. Que ocorre como parte de uma configuração de circunstâncias, “including the context, the psycho-cultural disposition of the audience, and the power that both speaker and listener bring to the interaction” (BALZACQ, 2011, p. 2). Conduzindo essa concepção para uma análise mais direta do entendimento de securitização:

Securitization theory elaborates the insight that no issue is essentially a menace. Something becomes a security problem through discursive politics.<sup>2</sup> However, within securitization theory there are various ways to characterize this insight. On one side, those working in a poststructuralist tradition believe in a “social magic” power of language, a magic in which the conditions of possibility of threats are internal to the act of saying “security.” ‘The word “security”, argues Wæver (1995:55), a pioneer of securitization studies, ‘is the act... by saying it something is done.’ In short, ‘security is a speech act’(...) Thus, I call it “philosophical.”. Others, including those with a social theory influence, talk about securitization primarily in terms of practices, context, and power relations that characterize the construction of threat images. The argument is that while discursive practices are important in explaining how some

---

<sup>25</sup> “Ao se referir à performatividade, os construtivistas presumem que o falante da palavra é o performer, e a linguagem continua a ser a ferramenta desse performer. Como tal, a linguagem se torna a ferramenta por meio da qual o performer estabelece ou responde a intenções normativas. Em contraste, quando os pós-estruturalistas afirmam que a linguagem é performativa, significa que a própria linguagem é a performance, independente das intenções do agente” (DEBRIX, 2003, p. 6-7. Tradução nossa).

security problems originate, many develop with little if any discursive design. This variant is termed “sociological.” It inspires most of the contributions of this volume<sup>26</sup> (BALZACQ, 2011, p. 1).

Essa perceptiva não altera somente o entendimento da securitização, como também divide intelectualmente através da ideia dos limites da audiência. Na visão filosófica “the audience is a formal - given - category, which is often poised in a receptive mode” (BALZACQ, 2011, p. 2). Contrariando esse ponto de vista, a visão sociológica, “não encara a audiência como uma entidade já previamente constituída, mas sim como uma categoria emergente que deve ser identificada empiricamente antes de ser considerada como um nível de análise” (MOTTA, 2014, p. 35). Logo, a securitização “can be discursive and non-discursive; intentional and non-intentional; performative but not ‘an act in itself. In short, security problems can be designed or they can emerge out of different practices, whose initial aim was not in fact to create a security problem” (BALZACQ, 2011, p. 2).

Pondo em pauta esse contexto, será levado em consideração neste trabalho esta visão mais completa em relação a audiência, na qual em um movimento de securitização, tanto os agentes securitizadores, quanto a audiência vão constituir um processo intersubjetivo de negociações sobre em que termos será realizada a securitização (MOTTA, 2014). Através desse raciocínio, Balzacq (2011) aprimora o conceito de audiência, destacando que para uma questão seja declarada uma ameaça, uma audiência empoderante<sup>27</sup> devem acordar com o agente securitizador, logo o autor define audiência empoderante, como: “the audience which: a) has a direct causal connection with the issue; and b) has the ability to enable the securitizing actor to

---

<sup>26</sup> “A teoria da securitização elabora o insight de que nenhum problema é essencialmente uma ameaça. Algo se torna um problema de segurança por meio da política discursiva. 2 No entanto, na teoria da securitização, há várias maneiras de caracterizar esse insight. Por um lado, aqueles que trabalham em uma tradição pós-estruturalista acreditam em um Poder da linguagem “magia social”, magia em que as condições de possibilidade de ameaças são internas ao ato de dizer “segurança”. A palavra “segurança”, argumenta Wæver (1995: 55), um pioneiro dos estudos de securitização, ‘é o ato ... ao dizer que algo é feito.’ Em suma, ‘segurança é um ato de fala’ (...) Assim, eu o chamo de “filosófico”. Outros, incluindo aqueles com influência da teoria social, falar sobre securitização principalmente em termos de práticas, contexto e relações de poder que caracterizam a construção de imagens de ameaças. O argumento é que, embora as práticas discursivas sejam importantes para explicar como alguns problemas de segurança se originam, muitos se desenvolvem com pouco ou nenhum Qualquer desenho discursivo. Esta variante é denominada “sociológica”. Ela inspira a maioria das contribuições deste volume” (BALZACQ, 2011, p. 1. Tradução nossa).

<sup>27</sup> Do original ‘*Empowering Audience*’.

adopt measures in order to tackle the threat. In sum, securitization is satisfied by the acceptance of the empowering audience of a securitizing move”<sup>28</sup> (BALZACQ, 2011, p. 9).

Portanto, o sucesso da securitização vai depender muito da capacidade do agente securitizador de se identificar com os sentimentos, necessidades e interesses dessa audiência empoderada (EDELMAN, 1988). Melhor dizendo, para alcançar o sucesso o agente securitizador, deve ajustar seu idioma, ou seu discurso, à experiência do público. Como Reafirma Burke (1955), para uma persuasão eficaz, o argumento em um discurso (falante) deve ressoar com o idioma da audiência (ouvinte), pelo gesto, tonalidade do som, ordem, imagem, atitude, ideia e identificações de maneiras de interação. Assim, de fato, os agentes securitizadores “develop maps of target populations based on both the stereotypes (of the referent subject) they themselves hold and those they believe to prevail among that segment of the public likely to become important”<sup>29</sup> (SCHNEIDER; INGRAM, 1993, p. 336).

A manifestação dessas críticas foi tão importante que um dos precursores da teoria da securitização identificou nelas o limite de sua teoria. Segundo Wæver (2011, p. 469) “securitization theory itself suffers: this fixation of form becomes the essential blind spot that every theory has”. No entanto, uma teoria de segurança contemporânea deve ser capaz de explorar mudanças na própria forma de segurança. Em outras palavras, o limite de um conceito é mais informativo do que é falta de qualquer distinção, principalmente porque “even a blind spot brings insight, because only through clearly defined operations does anything emerge with clarity”<sup>30</sup> (WÆVER, 2011, p. 469).

A partir da intersubjetividade do convencimento do agente securitizador, pode se notar que para que haja o sucesso, deve-se haver um contexto. Ao contrário da visão primária do ato de fala que deixava esse ponto em segundo plano, a vertente sociológica e sociolinguística da segurança, considerava as fundações da realidade social em que o discurso está localizado (MOTTA, 2014). Ao verificar esse fator, Balzacq et al. (2010) argumenta que:

---

<sup>28</sup> “O público que: a) tem uma conexão causal direta com a questão; e b) tem a capacidade de permitir que o agente de securitização adote medidas para enfrentar a ameaça. Em suma, a securitização é satisfeita com a aceitação do público capacitador de um movimento de securitização” (BALZACQ, 2011, p. 9. Tradução nossa).

<sup>29</sup> “Elabore mapas de populações-alvo com base nos estereótipos (do assunto referente) que eles próprios possuem e naqueles que acreditam prevalecer entre aquele segmento do público que provavelmente se tornará importante” (SCHNEIDER; INGRAM, 1993, p. 336. Tradução nossa).

<sup>30</sup> “Mesmo um ponto cego traz insight, porque somente por meio de operações claramente definidas é que algo emerge com clareza” (WÆVER, 2011, p. 469. Tradução nossa).

Discursive formations and speech acts are not sufficient to understand how security operates. Scholars need not only to account for the performative nature of utterances, but also to examine the (perlocutionary) effects of these words, as well as the conditions of possibility of security practices.<sup>31</sup> (BALZACQ et al., 2010, p. 2).

Por tanto, para entender a relação entre o agente securitizador, o discurso e o contexto em que ele está inserido, segundo Balzacq (2011) e Wilkinson (2007) é preciso analisar a semântica da linguagem em interação com as circunstâncias contextuais em que ela foi utilizada. Logo:

There is no reason to assume that these are ‘universal’ contexts within which speech acts (always) function, if only the right conditions apply. Looking for case-independent generic scope conditions for (de)securitization therefore misses the point. Indeed, the empirical theory of security that combines those discursive layers and dynamics in regional interaction requires analysis that is very rich empirically if it is to explain the political dynamics, threat constructions and hence discursive processes in the first place<sup>32</sup> (GUZZINI, 2011, p. 8).

Para buscar essa análise mais empírica descrita por Guzzini (2011), neste trabalho será abordado o conceito de tradução de Stritzel. Nas palavras de Barbara Motta:

O conceito de tradução sugere que os significados de segurança são produzidos por práticas iterativas, ou seja, por um processo realizado inúmeras vezes em que a difusão e a transformação dos entendimentos de segurança ocorrem mediante uma sequência de atos repetidos. A vantagem explicativa desse conceito estaria na sua compreensão processual da segurança, uma vez que consegue incorporar uma perspectiva histórica e empírico-reconstrutiva, situando os movimentos de securitização em um conjunto temporal e espacial. (MOTTA, 2014, p. 32).

Para uma perspectiva de tradução significados sempre aparecem em diferentes grupos de relação, sendo reproduzidas em histórias específicas e são sempre produzidas em campos sociais específicos também (STRITZEL, 2011). Concordando com o autor, Balzacq (2011) destaca que a visão de segurança não deve ser focada na dinâmica discursiva do agente, e sim deve acrescentar fundações da realidade em que esse discurso está localizado, pois, para se

---

<sup>31</sup> “As formações discursivas e os atos de fala não são suficientes para entender como a segurança opera. Os estudiosos precisam não apenas dar conta da natureza performativa dos enunciados, mas também examinar os efeitos (perlocucionários) dessas palavras, bem como as condições de possibilidade das práticas de segurança. (BALZACQ et al., 2010, p. 2. Tradução nossa).

<sup>32</sup> “Não há razão para supor que esses são contextos “universais” dentro dos quais os atos de fala (sempre) funcionam, se apenas as condições certas se aplicarem. Procurar condições de escopo genérico independentes de caso para (des) securitização, portanto, perde o ponto. A teoria empírica da segurança que combina essas camadas discursivas e dinâmicas na interação regional requer uma análise que é muito rica empiricamente para explicar a dinâmica política, as construções de ameaças e, portanto, os processos discursivos em primeiro lugar” (GUZZINI, 2011, p. 8. Tradução nossa)

capturar inteiramente o significado de qualquer discurso é necessário situá-lo social e historicamente (MOTTA, 2014).

Considerando essas novas variáveis a característica intersubjetiva da segurança, deve ser ressaltada, de acordo com Balzacq et al. (2010), os pressupostos discursivos e de atos de fala não são suficientes para entender como a segurança opera, para isso, é preciso levar em consideração a natureza performativa do enunciado e principalmente examinar o efeito deles, bem como as condições de possibilidades de práticas de segurança.

Ao adotar essa interpretação complementada de novas variáveis, a concepção entorno do movimento securitizante e do agente securitizador também será afetado. De acordo com Wilkinsin (2011, p. 94) “Securitization presents a linear and stepwise dynamics of security construction, starting with a securitizing actor who constructs a referent object and a threat narrative”. Logo, esta dinâmica vista como um processo de barganha, onde o agente securitizador adapta suas estratégias, levando em consideração o contexto, com a finalidade de conseguir a aceitação da audiência (MOTTA, 2014). Dessa forma, o processo intersubjetivo de securitização é formado por “securitizing actor, referent object, threat narrative and audience-developing simultaneously and being mutually constitutive”<sup>33</sup> (WILKINSON, 2007, p. 95).

Dessa forma, entende-se que a corrente sociológica abre muitos espaços para novas análises utilizando fundamentos da Escola de Copenhague, essencialmente porque essa visão encara a segurança como um processo pragmático, o qual é uma configuração de circunstâncias como já abordado. Logo, “a linguagem gera uma sucessão de consequências não somente devido à sua simples elocução, mas também em razão de uma conformação de práticas, contextos e poder” (MOTTA, 2014, p. 31).

Em vista disso, se faz necessário articular sobre as capacidades, relações de poder e o posicionamento do agente securitizador no sistema internacional, pois elas irão influenciar em um processo de securitização. Mencionando as condições facilitadoras do sucesso da securitização, Guzzini (2011, p. 41) argumenta “the validity that accrues to an argument by ‘force’ of the reputation and positional power of the agent”<sup>34</sup>. Essa validação pode ser vista como ação relacional a qual Balzacq (2005) a chama de competência linguística, em:

---

<sup>33</sup> “Ator securitizador, objeto referente, narrativa da ameaça e público - desenvolvendo-se simultaneamente e sendo mutuamente constitutivos” (WILKINSON, 2007, p. 95. Tradução nossa).

<sup>34</sup> “A validade que resulta em um argumento pela ‘força’ da reputação e poder posicional do agente” (GUZZINI, 2011, p. 41. Tradução nossa)

I retain the broad focus on linguistic competence, according to which the power of security utterances derives from the social position of the speaker; but I add that language has an intrinsic force that rests with the audience's scrutiny of truth claims, with regard to a threat, being made by the speaker<sup>35</sup> (BALZACQ, 2005, p. 173).

Nesse sentido o poder de persuasão – ou seja poder em si – supõe que o agente securitizador sabe o que está acontecendo e trabalha pensando em interesses em comum, pois nesse sentido o conhecimento sobre a possível ameaça é relacionado a confiança e a posição de poder do mesmo (BALZACQ, 2005). O poder de garantir a aceitação da audiência ajuda o agente securitizador a fundir seu horizonte com o público, o qual tem o poder de reconhecer as reivindicações apresentadas pelo orador (WHITE, 1992). Portanto, segundo Huysmans (1999, p. 19), “a main question becomes ‘who can utter “security” successfully or legitimately?’, with the ‘who’ strongly referring to societal positions rather than individual subjects”<sup>36</sup>. Como consequência, passamos a ampliarmos o entendimento original proposto pela Escola de Copenhague em relação ao ato de securitização.

Dessa forma para concluir o capítulo, entendemos que a Escola de Copenhague é muito importante para o entendimento primordial da segurança dentro deste trabalho, ao modo de que ao apontar a segurança como relacionada a ideia de sobrevivência, nota-se a importante demanda de posições contra ameaças. O ponto importante nesse aspecto é assimilar a diferença na maneira de se estudar a segurança internacional em relação aos estudos mais tradicionais de segurança, concebendo assim novas formas de se analisar esse fenômeno, de tal forma que seja compreendida a necessidade de entender a segurança como um dispositivo discursivo.

A partir desse ponto, este arcabouço teórico passa a ser interessante para esse trabalho, pois ao pensar a segurança dessa forma, será imprescindível para analisar atores, ou melhor, agentes provedores de segurança para além do Estado. De modo essencial também, apresentar nesses estudos o processo da construção de uma ameaça, para que aspectos de um ponto específico de um enunciado acarreta um demasido de conjuntos que ajudam na formação da segurança internacional. Portanto, elucidar esse campo através de autores clássicos para a literatura é valioso, todavia, a lição a ser tirada neste caso é que a Escola de Copenhague ao ignorar algumas concepções deixa deficiências. Assim, como resultado, foi fortalecido os

---

<sup>35</sup> “Eu mantenho o amplo foco na competência linguística, de acordo com a qual o poder dos enunciados de segurança deriva da posição social do falante; mas acrescento que a linguagem tem uma força intrínseca que depende do escrutínio do público das reivindicações de verdade, no que diz respeito a uma ameaça, sendo feita pelo locutor” (BALZACQ, 2005, p. 173. Tradução nossa).

<sup>36</sup> “A questão principal passa a ser ‘quem pode pronunciar’ segurança ‘com sucesso ou legitimamente?’, com o ‘quem’ referindo-se fortemente a posições sociais em vez de sujeitos individuais” (HUYSMANS, 1999, p. 19. Tradução nossa).

fundamentos clássicos com novas visões com autores, ampliando assim a forma de se entender a segurança internacional.

Em vista disso, este enquadramento teórico, trouxe muitas indagações em relação ao objeto de estudo. Em primeiro lugar, ao pensar segurança de uma perspectiva tradicionalista ou até mesmo os fundamentos iniciais da escola de Copenhague, não foi possível perceber como alguns agentes influenciam no processo de construção de ameaças, não estando somente atreladas ao Estado. Porém, com a expansão conceitual e as revisões teóricas dos autores primários da escola, uma nova interpretação pode ser feita: todos os agentes, se postos em determinadas posições, em um cenário favorecido, podem além, de contribuir, dar início ao processo de securitização. Consequentemente, as indagações que levaram a esta pesquisa, foram levantadas, de modo parcial, dessa discussão teórica.

## 4 A INFLUÊNCIA E ATUAÇÃO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA: UM ENFOQUE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA E CONTENÇÃO DE AMEAÇAS

O presente capítulo terá como finalidade descrever a atuação das ESP em suas diversas áreas. À princípio, será apresentado o ambiente histórico em que essas instituições se estabeleceram, a qual remete ao contexto da Guerra Fria. Em seguida, será exposto a estrutura de serviços das ESP, analisando seus maiores serviços e identificando seus tipos por eles. Para finalizar neste capítulo será feita uma breve descrição de dois casos.

Para melhor se identificar a maneira de atuar dessas empresas, este capítulo contara com a apresentação de dois casos diferentes que estão inseridos na categoria de análise de serviços de inteligência, o caso da Colômbia e a empresa Airscan e o caso do Peru com a *Aviation Development*.

### 4.1 A força do setor privado: do ambiente favorável ao boom da indústria

Compreendendo que o fim da Guerra Fria abriu possibilidades para empreendimentos de direito civil, os Sul-africanos e os ingleses avistaram uma possibilidade no mercado para a consolidação de serviços militares na gestão privada. Com o desfecho do Apartheid e da Guerra Fria, os dois grupos de países assimilaram que em seu continente e na península arábica, havia muito desemprego, por diversas razões, dentre elas, o fim desse regime, correlacionado com o fim das esferas de influências de países estrangeiros nessas regiões. Este fator abriu uma lacuna nos serviços de segurança, levando esses países a pensar na oportunidade de lucro dentro desse setor, utilizando das empresas privadas, como aponta o autor Rolf Uessler:

Pessoas como os sul-africanos Eben Barlow e Nick van der Bergh ou os britânicos Tony Buckingham e Simon Mann, fundadores e proprietários da Executive Outcomes, decidiram **instituir o** mercenarismo, ou seja, o oferecimento de serviços militares como um negócio sério, dotado de um *status* em termos de direito civil e de registro comercial. Tim Spicer, um tempo depois, por insistência de seu amigo e companheiro militar Simon Mann, também passou a participar do processo e criou para a empresa, com o apoio de uma especialista londrina em *marketing*, o conceito de *private military company* [empresa militar privada] (UESSELER, 2008, p. 149, grifo do autor).



A partir desse momento, a indústria de atuação dessas empresas passa a se consolidar e adquirir características tanto dos grupos de mercenários<sup>37</sup>, que agiam na região, quanto das empresas de segurança, na busca de serviços de vigilância e transporte de valores nacionais. Para melhor exemplificar essa conjuntura, a maioria dos dados levantados neste capítulo serão advindos da relação das mesmas com os Estados Unidos, particularmente por ser um país com muita visibilidade internacional e ter muitas informações disponíveis sobre o assunto, ao contrário do restante do mundo, do qual as informações não são de acesso público, assim usaremos as informações dos Estados Unidos da América (EUA), ao modo de exemplificar tais argumentos.

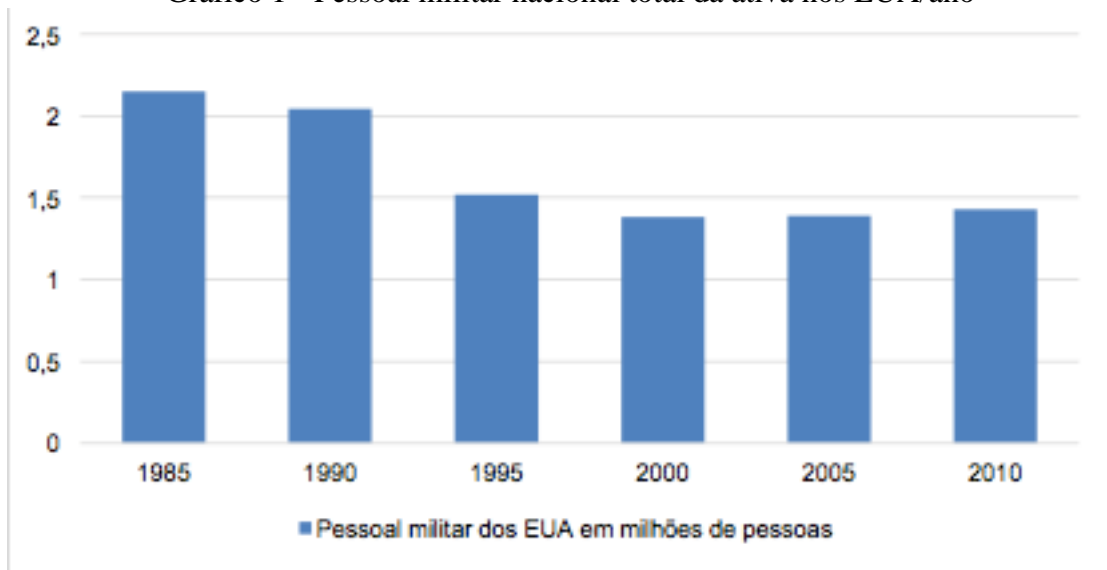
Entretanto, tal fator somente teria o sucesso devido a situação anterior, em que o cenário internacional se encontrava, naturalmente, formado a partir de uma nova ordem mundial, “esse novo ordenamento internacional significou apenas um grande choque na oferta e na demanda por segurança privada” (PAOLIELLO, 2016. p. 30). De uma forma que afetou a demanda de serviços militares públicos, ocasionando uma grande perda de empregos. Assim de acordo com o autor: “Com o fim das tensões bipolares, diversos países diminuíram seus efetivos militares. O total de forças militares no mundo era de pouco mais de 28 milhões em 1987 e diminuiu para pouco mais de 23 milhões de homens em 1994” (ISENBERG, 1997 apud PAOLIELLO, 2016. p. 30).

Esse processo contribuiu na grande quantidade de militares desempregados e com um excelente treinamento em áreas de especialização distintas, entre todas as forças armadas do mundo. Conseqüentemente, o arsenal de armas dispensadas advindas do Estado, formaram um mercado, não distinguindo o legal do ilegal, dessa forma, a grande oferta de “mão de obra militar” e “ferramentas” baratas geraram as condições favoráveis para o aumento da oferta nesse período (UESSELER, 2008). Esta perda da elite militar no mundo pode ser vista no gráfico a seguir, em uma pequena fração em comparação ao nível de militares contratados por ano pelo governo dos EUA (gráfico 1).

---

<sup>37</sup> É benéfico esclarecer a diferença normativa de mercenários e de empresas de segurança privada. Alguns autores consideram que as ESP prestam serviços para os Estados, de forma que sua atuação seja comparada serviços de mercenários. De acordo com o pesquisador Thiago Ferreira: “Essas empresas são organizadas na forma de negócios, no sentido mais comercial da palavra. Enquanto que mercenários tendem a se organizar de forma temporal e *ad hoc*, as PSC/PMCs formam complexos permanentes e claramente hierarquizados, capazes de competir e sobreviver no mercado internacional. Além disso, esse tipo de corporação visa alcançar lucros extraordinários no longo prazo. Para tanto, funcionam como empresas registradas capazes de fazer uso de complexos sistemas de financiamento corporativo. Grupos mercenários, por sua vez, estão mais interessados no lucro pessoal de curto prazo” (FERREIRA. 2008. p. 60).

Gráfico 1 – Pessoal militar nacional total da ativa nos EUA/ano



Fonte: Coleman (2005 apud PAOLIELLO, 2016).

Portanto a abundância de uma demanda de emprego relacionada aos serviços militares era significativa, assim:

O desenvolvimento da situação econômica e política lhes dera razão: a demanda era gigantesca, a situação dos contratos, boa, e os sucessos alcançados, impressionantes. O ramo da prestação de serviços militares expandiu-se em ritmo vertiginoso. Com o auxílio de administradores inteligentes e de agentes financeiros especializados, ganhou espaço, em curtíssimo período, na bolsa de valores (UESSELER, 2008. p. 150).

Apesar da utilização dessas empresas nos anos 1990, principalmente em território africano, o fenômeno que fomentou a ascensão das mesmas no cenário internacional ganha forma nos anos 2000, com a guerra ao terror<sup>38</sup>. De acordo com Costa e Wunder (2011, p. 21) a guerra ao terror foi um “‘Ato Patriota’ [que] representou o início da reação norte-americana aos

<sup>38</sup> Ato contra um fenômeno ocorrido em 11 de setembro de 2001, o qual de acordo com o relatório de ataques terroristas nos EUA pelo conselho de segurança (2001) 19 terroristas relacionados a Al-Quaeda sequestraram 4 aviões em solo norte americano com o propósito de atingir grandes monumentos concentração de poder dos EUA. O plano quase foi concluído totalmente com sucesso, pois um dos aviões que supostamente deveria atingir o pentágono foi impedido e outro que tinha ponto final a casa branca não conseguiu completar a missão, levando assim para os outros dois aviões que tiveram sucesso e colidiram com as torres gêmeas do World Trade Center, símbolo da força econômica dos Estados Unidos. Os ataques foram recebidos com surpresa e grande revolta pelo governo norte americano, não apenas pelos fatores de destruição, mais também pelo poderio incontestado dos Estados Unidos depois da Guerra Fria tornou arraigado o sentimento de invulnerabilidade do país (BARBOSA. 2002, p. 76). Os impactos dos ataques decorreram rapidamente, primeiramente no âmbito social onde muitos cidadãos foram mortos assim ocasionando naturalmente uma comoção, que foi igualada ao ocorrido em Pearl Harbor em dezembro de 1941. Assim além do setor social, o ato de guerra provocou desdobramentos em outros campos.

ataques suicidas que derrubaram, entre outros, as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York”.

Para Paoliello e Nasser (2015), o crescimento das empresas privadas ocorreu para além das áreas de proteção de bens e pessoas e de treinamento de forças policiais e Forças Armadas. Em 2007, o jornalista Tim Shorrock publicou dados que confirmavam que o serviço de inteligência norte-americano contratava empresas de segurança militares para promover e concluir missões em países, como o Afeganistão. Este fato levou muitos jornalistas a investigarem outras ações de inteligência pelo mundo todo. Desse modo, pensando nos gastos com a área militar dos EUA nesse período, pode se observar no próximo gráfico que houve um grande crescimento neste processo (gráfico 2).



Fonte: SIPRI (c2020). Adaptado.

Esse ato foi primordial para o fortalecimento das empresas militares e de segurança privada (EMSP), pois caracterizou uma guerra em países do exterior, principalmente do Oriente Médio, levando à contratação de diversas empresas para agir dentro do processo de combate ao terror.

Ainda considerando o ambiente em que essas empresas ganharam força, durante a década de 1990, tem-se o fortalecimento de alguns fenômenos de caráter de transformação no Sistema Internacional, o que ficou conhecido como globalização. Assim, o autor Perry Anderson classificou como “neoliberais” as ideias que deram base a esse processo. De acordo com Anderson (1995, p. 9), “o neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo”. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar.

O Processo de privatização liderado pelos EUA e o Reino Unido durante os anos 1980 teve como maior feito a disseminação de tais ideais neoliberais, as quais, posteriormente, fundariam o Estado Liberal, fator que contribuiu para a difusão da percepção que a privatização formaria soluções mais eficientes no mercado, comparado com as burocracias dos aparelhos estatais.

A maior parte da propriedade privada sofre então uma desvinculação com aspectos naturais, os quais se tornam funções do Estado, como infraestrutura, bem-estar, dessa forma há uma terceirização para contratos privados em busca de maior eficiência, como explica a autora, “moreover, as only profitable ventures lend themselves to outsourcing and privatization, the state tends to be left with only such functions as cannot be made profitable”<sup>39</sup> (MØLLER, 2005, p. 3). Acarretado à noção de maior eficiência para o setor privado, oferecendo melhores salários e abrindo oportunidades de inserção de habilidades no mercado, está também a particularização do novo ator no sistema internacional, não apenas vinculado ao um e apenas setor, mas instituições híbridas, atuantes público-privadas, de acordo com Carmola:

É possível identificar as PMSC como um tipo de organização híbrida pois, mais do que fazer negócios com os Estados, elas passam a fazer parte das políticas nacionais, e os riscos de suas ações e escolhas são, em última instância, apoiados e garantidos pelo Estado. (CARMOLA, 2010 apud PAOLIELLO, 2016, p. 35).

Nesse sentido, em relação a força do setor privado, a explicação pela qual esses atores privados passam a atuar dentro de conflitos está ligado ao fato da ação dos atores não estatais estar cada vez mais presente. Como por exemplo a Organização das Nações Unidas (ONU) em sua participação em conflitos e intervenções humanitárias. Dessa maneira, o próprio crescimento da influência de novas organizações contribuiu para uma possível mudança na estrutura do sistema internacional intensificando a força dos atores privados na mesma.

#### **4.2 Uma breve investigação em torno das ESP e de seus tipos de serviços**

O recurso de forças privadas para a condução de operações de resolução de conflitos não é um fenômeno recente. Como apontam estudos históricos, há diversas referências de entidades privadas sendo utilizadas nesse sentido, Singer (2003) faz um recorte de todas as eras históricas que é possível identificar estas forças, como, a da história antiga, a da Idade Média,

---

<sup>39</sup> “Além disso, como apenas empreendimentos lucrativos se prestam à terceirização e privatização, o estado tende a ficar com apenas as funções que não podem se tornar lucrativas” (MØLLER, 2005, p. 3. Tradução nossa).

a das primeiras companhias, a dos Suíços, a da guerra dos 30 anos e do iluminismo.

Na história antiga, os registros mais distantes de soldados estrangeiros empregados para lutar a favor de outras forças foi datado em (2094 a.C.) com a contratação de mercenários para lutar a favor do rei Shulgi of UR no renascimento sumério. Assim “the rest of ancient history is replete with stories of hired, foreign troops. Even the bible tells their tales. The Pharaoh chased the Israelites out of Egypt with an army the included hired foreigners”<sup>40</sup> (SINGER, 2003, p. 20).

Com o decurso do tempo, a proliferação dessas forças militares privadas vai se tornando mais intensa conforme o crescimento da instabilidade sentida pelas alterações na ordem política e a desmobilização dos exércitos no final das guerras, em particular na guerra dos cem anos (1337 a 1453), onde as forças privadas “tornam-se as principais razões para que mercenários, *free lancer*, se tivessem de organizar por questões de sobrevivência originando, desta forma, as Companhias Livres” (MENEZES, 2008, p. 4).

Enquanto, na maioria dos casos, os soldados se contratavam como trabalhadores autônomos (*free lancers*), e eventualmente, com o fim dos conflitos, seu pagamento acabava. Assim a maioria desses soldados ficavam sem casa e sem trabalhos, este fator ocasionou na formação de companhias, grupos de soldados *free lancers*, na tentativa de se organizar e facilitar seus empregos como um grupo, ou no mínimo “provide one another sustenance and protection. They would travel together in search of work, usually in the form of new campaigns to fight, and support themselves along the way by blackmailing towns and villages”<sup>41</sup> (SINGER, 2003, p. 24).

Esta conjuntura foi muito importante para a criação de um conceito maior e mais moderno das ESP. Os primeiros resquícios da evolução do termo companhias livres podem ser vistos como um desafio, como argumentado abaixo:

In feudalism the entire society was fastened to a set place in the strict hierarchical ladder. However, the period saw the development of a larger military class than either the countryside or the available local wars could support. If their own principalities were not at war these impoverished soldiers broke their feudal bonds and went in search of employment, prepared to put their swords at the disposal of the highest

---

<sup>40</sup> “O resto da história antiga está repleto de histórias de tropas estrangeiras contratadas. Até a bíblia conta suas histórias. O Faraó expulsou os israelitas do Egito com um exército que incluía estrangeiros contratados” (SINGER, 2003, p. 20. Tradução nossa).

<sup>41</sup> “Providenciaram-se mutuamente de sustento e proteção. Viajavam juntos em busca de trabalho, geralmente na forma de novos companheiros para lutar, e se sustentavam no caminho chantageando cidades e vilas” (SINGER, 2003, p. 24. Tradução nossa).

bidder. In turn, the free companies magnified the failings of the feudal system and helped bring about the complete collapse of the old order. Feudal ideals of noble birth, land as the basis of authority, the church as an unassailable structure, and loyalty and personal honor as the only motives for fighting were each undermined by the fact that the dominant military actors of the period were private companies of freelance soldiers<sup>42</sup> (SINGER, 2003, p. 24).

Portanto, companhias livres evoluíram de organizações temporárias, focadas apenas na condição de sobrevivência, para se proteger e explorar populações locais, para organizações militares e econômicas que foram sistematicamente remunerados para servirem em vários locais. Segundo Singer (2003), com o tempo, os acordos assinados por essas companhias se tornaram muito detalhados, especificando o tamanho do serviço, número de soldados contratados e o tipo de pagamento. Essas mudanças foram consagradas durante todo o feudalismo até a o desenvolvimento dos Estados modernos.

Assim, o serviço dessas companhias mais evoluídas ficou marcado na Guerra dos Trinta Anos (1618 a 1648), na maneira de que “almost all battles were fought completely by hired units”<sup>43</sup> (SINGER, 2004, p. 29). A utilização dessas forças privadas foi tão recorrente que muitos representantes dessas organizações ficaram ricos, como no caso do Conde Albrecht Von Wallenstein, que se tornou um dos homens mais ricos na época. “O poder de Wallenstein ficou marcado pela acção do seu exército que, conquistou aquilo que é hoje conhecido por Alemanha e República Checa” (MENEZES, 2008. p. 05), constituindo-se como “the biggest and best organized private enterprise seen in Europe before the twentieth century [...] Its structure mirrored that of contemporary society”<sup>44</sup> (KIERNAN, 2011, p. 132 apud SINGER, 2004, p. 28).

Nesse ponto da evolução, do que se entende as empresas privadas, é importante fazer a uma breve argumentação a respeito das diferenças e semelhanças entre as ESP e Mercenários. De acordo com Freitas e Ellis (2006), a maioria dos autores tem abordado esse dilema em

---

<sup>42</sup> “No feudalismo, toda a sociedade estava presa a um lugar determinado na estrita escada hierárquica. No entanto, o período viu o desenvolvimento de uma classe militar maior do que o campo ou as guerras locais disponíveis poderiam suportar. Se seus próprios principados não estivessem em guerra, eles soldados empobrecidos romperam seus laços feudais e foram em busca de emprego, dispostos a colocar suas espadas à disposição de quem pagasse mais. Por sua vez, as empresas livres ampliaram as falhas do sistema feudal e ajudaram a provocar o colapso total da velha ordem. Os ideais feudais de nascimento nobre, a terra como base da autoridade, a igreja como uma estrutura inatacável e lealdade e honra pessoal como os únicos motivos de luta foram minados pelo fato de que os atores militares dominantes da época eram empresas privadas de soldados autônomos (SINGER, 2003, p. 24. Tradução nossa).

<sup>43</sup> “Quase todas as batalhas foram travadas totalmente por unidades contratadas” (SINGER, 2004, p. 29. Tradução nossa)

<sup>44</sup> “A maior e mais bem organizada empresa privada da Europa antes do século XX [...] Sua estrutura espelhava a da sociedade contemporânea” (KIERNAN, 2011, p. 132 apud SINGER, 2004, p. 28. Tradução nossa).

relação ao significado mais simples do termo em si, onde mercenário refere-se a indivíduos que vendem serviços militares, enquanto essas companhias militares privadas referem-se a corporações. Neste caso, estas companhias “are already organized into corporate registered businesses trading military services and competing at the international level”<sup>45</sup> (GROGA, 2011. p. 10).

Entretanto, a natureza da definição pode mesmo ser o suficiente para determinar a diferença entre esses fenômenos? Alguns autores acreditam que não, como alega Salzman (2008), o aspecto de corporação não impede indivíduos de cair sobre as leis, logo apesar da natureza de ambos serem diferentes isso não significa que os seus serviços oferecidos são.

De fato, os serviços prestados por essas companhias, são muito variados, e por esse fator, muitos acadêmicos afirmam que a analogia com mercenário é equivocada, pois como por exemplo, a EO (ESP) prestava serviços de treinamento militar para soldados locais em Serra Leoa durante a Guerra Civil (KINSLEY, 2006). Esta afirmação pode ser correta nos olhos de alguns leitores na medida que evidencia apenas o grande espectro de serviços das ESP podem oferecer, porém isso não incorpora os motivos por trás das contratações no caso de Serra Leoa. De acordo com Maogoto e Sheehy (2006), Kinsey ignora o fato de que mercenários e ESP são contratadas pelo mesmo motivo, de prestar um serviço ligado ao conflito, no qual contribui para uma mudança nesse conflito.

Olhando por uma perspectiva de direito internacional, para ser considerado mercenários, tal entidade deve se enquadrar em todas as condições previstas no art. 47<sup>46</sup> o do protocolo Adicional de Genebra de 1977 – reforçado pela Convenção da Organização da Unidade Africana para a Eliminação das Atividades Mercenárias na África (1977) e pela Convenção das Nações Unidas contra o Recrutamento, uso, financiamento e treino de mercenários (1989), sendo que, por serem cumulativas, (ONU, 1997. p 26) “se tornam ainda mais difíceis de enquadrar as EMP, as quais fruto das suas características e do mercado para o qual projectam os seus serviços se tornam ainda menos prováveis de ser enquadradas nestes requisitos”

---

<sup>45</sup> “Já estão organizados em empresas registradas corporativas, negociando serviços militares e competindo em nível internacional” (GROGA, 2011. p. 10. Tradução nossa).

<sup>46</sup>(a) São especialmente recrutados no país em conflito ou fora deste para combater num conflito armado; (b) Tomam, de facto, parte na condução de hostilidades; (c) Tomam parte na condução de hostilidades essencialmente com o objectivo de obtenção de uma vantagem patrimonial pessoal, efectivamente prometida por uma das partes em conflito ou em seu nome. Essa vantagem patrimonial ultrapassa claramente a compensação paga aos combatentes, com o posto e função análoga; (d) Não são nem nacionais de uma das partes em conflito, nem residentes no território controlado por uma das partes em conflito; (e) Não são membros das Forças Armadas de uma parte do conflito; (f) Não podem ser indivíduos, membros das forças armadas, enviadas oficialmente por um Estado não parte no conflito e em representação deste.” (ONU, 1977).

(MENEZES, 2008. p. 7).

Dessa maneira, pode se inferir que não existe um consenso conceitual em relação a analogia entre as ESP e mercenários, ainda que seja possível fazer uma interpretação dependendo da abordagem, este não é o principal objetivo desta dissertação, neste caso, apenas foi necessário fazer uma breve menção sobre a discussão para que o entendimento dos problemas enquanto nomenclatura e tipos de serviços fique mais integralizado. Não obstante, é valido ressaltar que pelo impasse em encontrar uma forma de afirmar a relação das companhias ao ato de mercenarismo, há uma facilidade das ESP de agirem sem muita regulamentação, podendo assim ser livre em suas ações, das quais ocasionam diversos incidentes.

Retomando o raciocínio em relação ao avanço histórico dessas corporações, a característica de colonização é vinculada a essas corporações (VAZ, 2005). Pouco tempo depois da guerra dos 30 anos, essas empresas passaram a ter missões secretas oferecidas por grande parte das nações ocidentais. Dessa forma:

British companies will be involved in the Middle East and Africa, in the 50s and 60s of the sec. XX. The United States will hire companies to train Vietnamese forces in the 1960s. During this period of the cold war, American companies were associated with what were considered to be "too much" work for the North American government. In the Vietnamese and Central America war, there were intense illegal activities or legal margins, including or drug trafficking, by private parties under contract. For example, Iran/ Contrasted bare the evidence that airlines such as Southern Air Transport and Setco Aviation transported weapons to the Nicaraguan cons after the congress ended their aid<sup>47</sup>. (AVANT, 2002, p. 34).

Sendo assim, essas companhias ganham grande mercado com essa característica, bem como, com a cenário da guerra fria, do pós-guerra fria elas evoluem de uma forma exponencial como já abordado no tópico anterior, obtendo um espectro de serviço ainda maior.

A prestação de serviços das ESP é muito ampla, talvez pelo fato da demanda por estes envolverem vários setores, indo desde a segurança pessoal à serviços de interpretação. A partir desta indagação, a partir deste momento, a discussão dará início a apresentação dos serviços específicos mais utilizados por essas empresas no mundo. Em maior abrangência, encontra se o setor de segurança das empresas, essencialmente na atualidade é campo de serviço mais

---

<sup>47</sup> “As empresas britânicas estarão envolvidas no Oriente Médio e na África, nas décadas de 50 e 60 do século XX. Os Estados Unidos vão contratar empresas para treinar as forças vietnamitas na década de 1960. Nesse período da guerra fria, empresas americanas eram associadas o que foi considerado "muito" trabalho para o governo norte-americano. Na guerra do Vietnã e da América Central, houve intensas atividades ilegais ou margens legais, incluindo o tráfico de drogas, por parte de particulares sob contrato. Por exemplo, Irã / Comparado evidenciaram que companhias aéreas como a Southern Air Transport e a Setco Aviation transportaram armas para os cons da Nicarágua depois que o congresso encerrou sua ajuda (AVANT, 2002, p. 34. Tradução nossa).



utilizados por contratantes dessas empresas. Os serviços nessa área podem ser explicados no seguinte quadro, usado o caso do Iraque como referência, pois é a região com a principal fonte de informação sobre a atuação dessas empresas, com efeito ele pode ser aplicado em outras regiões também (quadro 1).

Quadro 1 – Principais atividades de segurança

Serviços que incluem armas	
1. Segurança de instalações.	Proteção de estabelecimentos fixos: como áreas de habitação, locais de trabalho, prédios do governo
2. Segurança de comboios.	Proteção de comboios que viajam através do Iraque
3. Escolta de segurança	Proteção de indivíduos que viajavam em áreas não seguras no Iraque; segurança e proteção a indivíduos especiais
Serviços de segurança que não incluem armas	
1. Coordenação operacional	Estabelecimento e gerência de comando, controle e comunicações nos centros de operações
2. Análise de inteligência	Coleta de informações e desenvolvimento de análise de ameaças
3. Negociação de reféns	Investigação, negociação e resgate de civis e outros <i>contractors</i>
4. Treinamento de segurança	Treinamento para a Segurança

Fonte: Pereira (2014). Adaptado.

De acordo com os dados da pesquisa de Palou-Loverdos e Armendáriz (2011), de todas as 84 ESP estudadas, quase todas ofereceram algum tipo de serviço dessa área, porém é válido ressaltar que, em geral, os termos dos contratos das ESP são confidenciais, tornando assim mais difícil de determinar as tarefas de segurança específicas. Entretanto, “um relatório do Congresso Americano publicado em 2008, revelou alguns dos acordos que o Departamento de Defesa e o CPA com ESP durante o período do conflito” (PEREIRA, 2014. p. 35).

Com a nova ordem instaurada a partir da demanda de serviços na frente de conflitos, as ESP desenvolvem participação direta em serviços de apoio militar, como aponta Gonçalves (2005), o crescimento das empresas privadas ocorreu para além das áreas de proteção de bens e pessoas e de treinamento de forças policiais e Forças Armadas. Dessa forma, os serviços mais complexos incluíam “planejamento estratégico, reconhecimento aéreo, operações de voo, serviços de inteligência” (PEREIRA, 2014. p. 36). Contudo, não apenas esses serviços são

considerados, também havia outros como: apoio a logística de armamentos e suprimentos. Não obstante, “o desempenho desses serviços por Empresas Militares Privadas incluiu atividades como interrogação prisional, tradução de documentos estrangeiros e gerenciamento de outros sistemas de inteligência” (ELSEA; SERAFINO, 2004, p. 4).

Isto posto, é necessário o entendimento de que as ESP não são apenas atores ligados a Estados especificamente, mas boa parte de suas contratações veem de outros atores como a Organização das Nações Unidas, a qual é um dos clientes mais regulares das EMPs. Essas organizações buscam diferentes serviços dependendo da agência ou programa que seriam incluídas, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que optam mais por serviços de segurança local e a *World Food Programme* (WFP) que utiliza mais de serviços de apoio (PEREIRA, 2014).

As ESP estão envolvidas regularmente em operações da Organização das Nações Unidas, tendo seu contrato assinado por seus respectivos Estados-membros. Sendo uma realidade mais frequente em países como os EUA, as empresas integram missões de paz representando a força de ação da missão, ou seja, fazem papéis de soldados e escoltas armadas.

O exemplo disso, em abril de 2004 a Dyn Corp foi a empresa que forneceu seu pessoal para integrar as forças de policial civil dos Estados Unidos, o que significa que todos os policiais estadunidenses da Polícia Civil das Nações Unidas (UNCIVPOL sigla em inglês) eram contractors. Desde então, o contrato é segue com outras EMPs. A Pacific Architects & Engineers fez parte da contribuição nas Missões de Paz no Haiti e na Libéria (PEREIRA, 2014. p. 38)

A ação das empresas privadas no caso das operações humanitárias, de acordo com Pereira (2014), são serviços de proteção de funcionários e instalações da missão, bem como trabalham com avaliação de riscos no planejamento da missão e oferecem treinamento de segurança tanto para os agentes da missão quanto para os militares. Desse modo, a contratação dessas empresas funciona de diferentes formas. A mais comum delas seria a contratação externa e de modo confidencial.

Nesse contexto, pelo grande caso de violência e abuso de poder em relação a essas empresas, o uso das ESP nas operações humanitárias envolvendo as Nações Unidas passou a ter um novo processo. A partir de 2012, foi emitido, pela gestão de segurança da ONU, um sistema, no qual buscava acompanhar e regularizar diretrizes de serviços armados em operações da paz. Onde:

The Guidelines provide that armed security UN personnel, premises and facilities may not be contracted except to protect property and to provide mobile protection for UN

personnel and property. The selection of PMSCs to be contracted to provide security services to the UN is based on the relevant PMSC meeting the following requirements<sup>48</sup>. (JANABY, 2016. p. 211).

A necessidade dessa contribuição aponta uma falha nas missões de paz, em termos de treinamento e equipamentos existentes na estrutura tradicional das forças da ONU. Eles afirmam que essas fraquezas podem ter sido superadas pelo uso de ESP. Assim: “refugees International asserts that the current UN peacekeeping and peace enforcement system is weak and does not fulfil its acclaimed purpose.”<sup>49</sup> (JANABY, 2016. p. 107).

Portanto, nesse plano falho, as empresas com menor experiência ganham cada vez mais espaços nesses cenários, pois quando uma empresa conhecida ganha esse espaço, muitos olhos internacionais, caem sobre ela. Assim, conseqüentemente as empresas menores passam a ter um certo livre arbítrio nesses países, causando grandes problemas nas missões, como percebe-se em:

A contratação dessas EMPs por parte das Nações Unidas pode levar a questionamento do interesse dessas empresas como em 2010, quando a EMP ugandense Saracen Uganda foi contratada pelas ONU para prover serviços de segurança não armada para a MONUSCO. Tal contratação levantou polêmicas após a empresa ter sido acusada de um envolvimento ilegal de recursos naturais na República Democrática do Congo e no treinamento de um grupo paramilitar no país em parceria com o General Salim Saleh, irmão do presidente ugandense Yoweri Museveni, o qual possui 25% da empresa (ALVES et al, 2014 apud PEREIRA, 2014, p. 39).

Nesse segmento, vê-se a necessidade de uma nova regulamentação da utilização desses serviços, como apresentado a ação dessas empresas, apesar da “finalidade pacificadora”, os serviços prestados por estas instituições demonstram ser agressivos e de natureza conflituosa. Pensando na sua regularização, são encontrados dois tipos de discussão, no âmbito econômico liberal e no constitucional. Para Moore (2011 apud PAOLIELLO, 2016), o argumento liberal apoia a regulação das atividades das empresas que atuam em funções militares, assim a autora observa que defesa e segurança são as únicas áreas em que o controle público deve ser mais desejável do que o controle privado descentralizado. Porém, isso não necessariamente aplica que seja melhor contratar serviços baratos e eficientes para a resolução.

---

<sup>48</sup> “As Diretrizes estabelecem que o pessoal, instalações e instalações de segurança armada da ONU não podem ser contratados, exceto para proteger a propriedade e fornecer proteção móvel para o pessoal e propriedade da ONU. A seleção de PMSCs a serem contratados para fornecer serviços de segurança para a ONU é baseada no PMSC atendendo aos seguintes requisitos” (JANABY, 2016. p. 211. Tradução nossa).

<sup>49</sup> “refugees International asserts that the current UN peacekeeping and peace enforcement system is weak and does not fulfil its acclaimed purpose.” (JANABY, 2016. p. 107. Tradução nossa).

Ao concluir seu pensamento, a autora acredita que a regulação dessas empresas se encontra na própria auto regulação do mercado (MOORE, 2011 apud PAOLIELLO, 2016). O que de fato vem de contra ao âmbito constitucional. Nele, as empresas, principalmente na década de 1990, agiam de modo aberto e desregular, fato que ocasionou a criação de grandes corporações de segurança, ou então as ESP.

Ainda sobre os tipos de serviço, há uma preocupação muito grande voltada a entender qual melhor identificação para essas forças militares, até mesmo no próprio nome, visto que para alguns autores, existem diferentes tipos de ESP. Nesse sentido, quando abordado os termos companhia e empresas, é importante ressaltar suas diferenças. Grogan (2011) argumenta que é necessário a separação dos termos Empresas e companhias, essas instituições podem ser diferentes, de acordo com o autor algumas são corporações que possuem capacidades de ESP e oferecem serviços militares privados meramente como um portfólio expandido de serviços, porém se diferem em oferta de serviços. Conseqüentemente, não é possível encontrar um padrão dessas empresas pois umas são especializadas em serviço enquanto outras são grandes aglomerados e oferecem todos os serviços.

Isto porque, em grande parte da literatura desse objeto de estudo, é comum ver termos como, *Private Military Companies* (Companhias Militares Privadas), *Private Military Firms* (Empresas Militares Privadas) ou *Private Military and Security Companies* (Companhias Militares e de Segurança Privadas), são termos frequentemente utilizados como sinônimos, descrevendo o fenômeno da privatização de questões relacionada à guerra e conflitos.

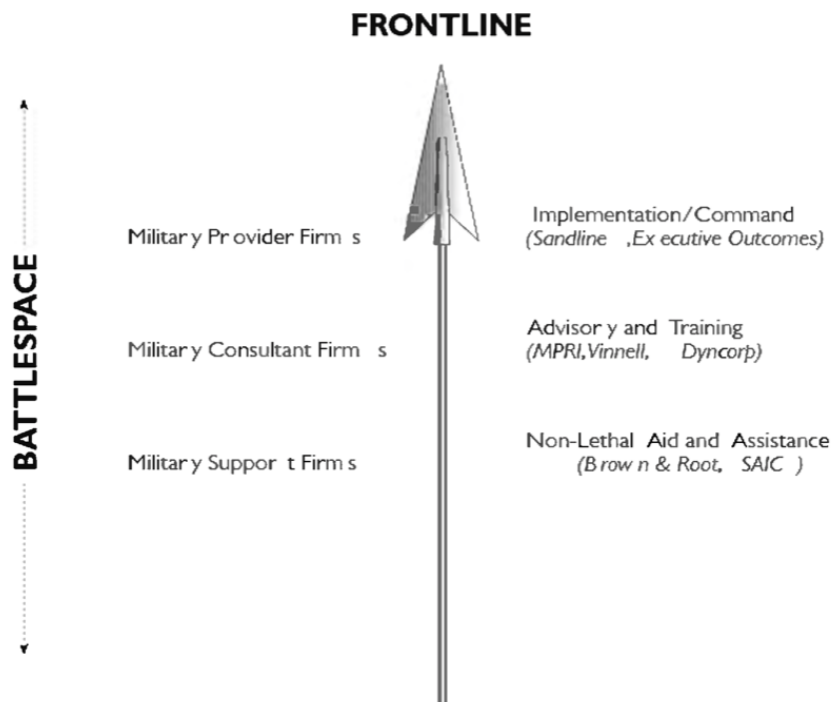
Todavia, há um trabalho árduo de autores que buscam tentar chegar perto de um consenso no que tange a classificação dessas forças privadas. Peter Singer, um dos autores principais em relação a esse objeto, as classifica em 3 diferentes termos tendo como base seus serviços. O primeiro tipo, *Military provider firm* (Empresas Militares Provedoras), atuam no cenário mais estratégicos e de combate físico, tendo como foco prestar serviços de combate direto, policiamento, guarda armada e também serviços voltados pra questões bélicas (SINGER, 2008).

A segunda delas, *Military Consulting Firms* (Empresas de Consultoria Militar), oferecem serviços de treinamento e aconselhamentos, assim de acordo com o autor “they did not operate on the battlefield itself. Although their present can reshape the strategic and tactical

environment through the re-engendering of a local force”<sup>50</sup> (SINGER, 2008, p. 95). Essa é a distinção crucial das empresas do tipo II, todavia, seu impacto não é menor que a de outros tipos. Seus empregados não são engajados diretamente em batalhas, mas atualmente, a aplicação de conhecimento e treinamento são elementos tão poderosos quanto armas (idem, 2008).

O último tipo de empresa, as *Military Support Firms* (Empresa de apoio militar), “atuam nas atividades de logística, transporte, inteligência, apoio técnico e suprimento. Esse tipo de empresa tem se mostrado cada vez mais comum com a reestruturação das Forças Armadas dos países ocidentais, principalmente Reino Unido e Estados Unidos” (PAOLEILLO; NASSER, 2015). Dessa forma o autor desenvolve uma ilustração que melhor indica a dinâmica desses três tipos de empresas (figura 1).

Figura 1 – Tipologia de empresas por variedade de serviços



Fonte: Singer (2008).

Dessa forma, tendo como base nos estudos de Singer, Percy (2012) propõe uma abordagem que não está focada em estabelecer com detalhes o tipo de operação de cada empresa, mas sim em estabelecer diferenças dessas empresas do tipo I de Singer (2008) com as de empresas atuais. Assim, para ela, existem três tipos de provedoras, de serviços militares,

<sup>50</sup> “Eles não atuavam no campo de batalha propriamente dito, embora seu presente possa remodelar o ambiente estratégico e tático por meio do re-engendramento de uma força local” (SINGER, 2008, p. 95. Tradução nossa).

fundamentada por uma perspectiva histórica, mercenários, empresas militares privadas combatentes e as não combatentes (PERCY, 2012). Apesar dessas definições, a autora aponta que “não existe nenhuma empresa desse tipo oferecendo abertamente seus serviços no mercado militar privado. Para a autora, portanto, é preciso levar em consideração o contexto de existência dessas empresas e separá-las do tipo de empresa existente atualmente” (PAOLEILLO; NASSER, 2015).

Nesse mesmo seguimento, Avant (2005) argumenta, baseando-se em Singer, que as empresas em si não devem ser classificadas pela forma de operação, mas sim por seu contrato caso a caso. Isto porque “PSCs may provide flexible new avenues for the provision of different functions”<sup>51</sup> (AVANT, 2005, p. 62), ou seja, em grande parte dos casos, as ESP podem oferecer diferentes tipos de serviços como treinamento e apoio logístico. Esse tipo de visão é importante para a compreensão da gama de serviços prEstados por essas entidades privadas. Sendo assim, a autora identifica resumidamente a maioria desses serviços que podem ser prEstados pelas companhias:

What kinds of services do these firms provide? A wide range, including tasks associated with external (protecting borders) and internal (keeping order within borders) security. Though few contracts promise participation in ground combat, PSCs offer three broad categories of external security support: operational support, military advice and training, and logistical support. PSCs also offer internal security services ranging from site security (armed and unarmed), crime prevention, and intelligence<sup>52</sup>. (AVANT, 2005. p. 16).

Tendo em vista essa nova abordagem, amplificada para uma maior gama de serviços, a autora concede uma atualização na figura proposta por Singer<sup>53</sup>. Como pode ser visto abaixo, a autora substituí as empresas por contratos como unidade de análise aplicando a visão da categorização de serviço no âmbito externo e interno (figura 2)

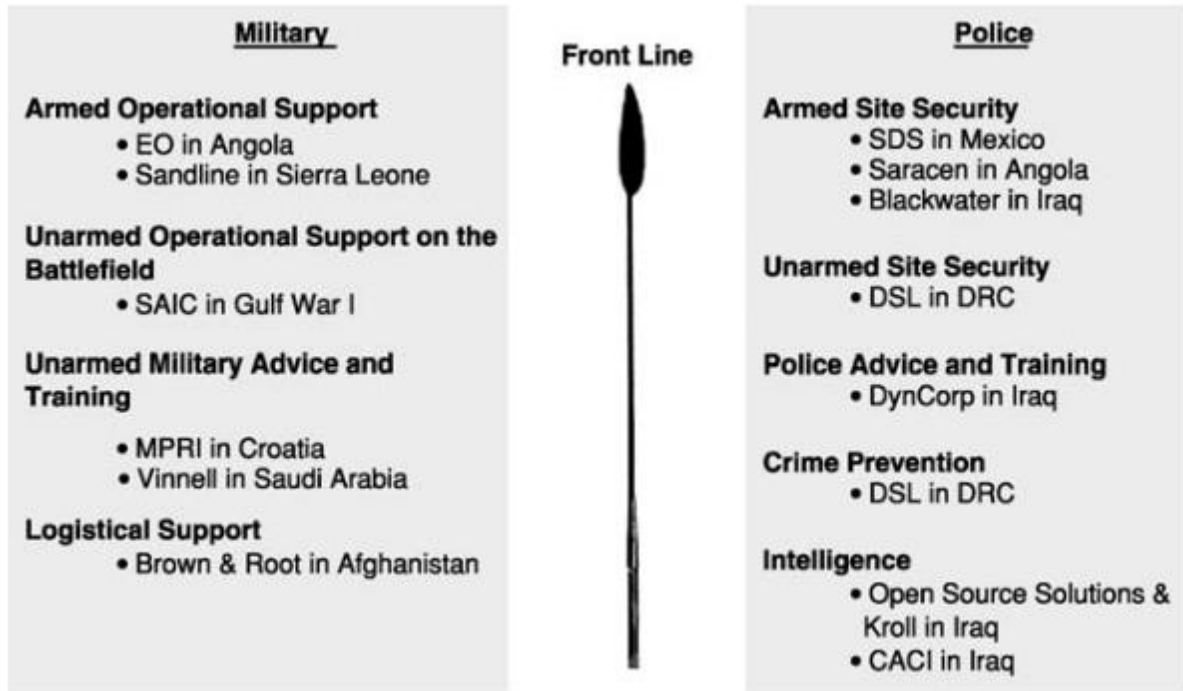
---

<sup>51</sup> "As unidades de atendimento podem fornecer novos caminhos flexíveis para a prestação de diferentes funções" (AVANT, 2005, p. 62. Tradução nossa)

<sup>52</sup> “Que tipos de serviços essas empresas oferecem? Uma ampla gama, incluindo tarefas associadas à segurança externa (proteção de fronteiras) e interna (manutenção da ordem dentro das fronteiras). Embora poucos contratos prometam participação em combate terrestre, as PSCs oferecem três categorias amplas de suporte de segurança externa: apoio operacional, assessoria e treinamento militar e apoio logístico. As unidades de atendimento também oferecem serviços de segurança interna que vão desde segurança local (armada e desarmada), prevenção de crime e inteligência” (AVANT, 2005. p. 16. Tradução nossa).

<sup>53</sup>Ver figura 1.

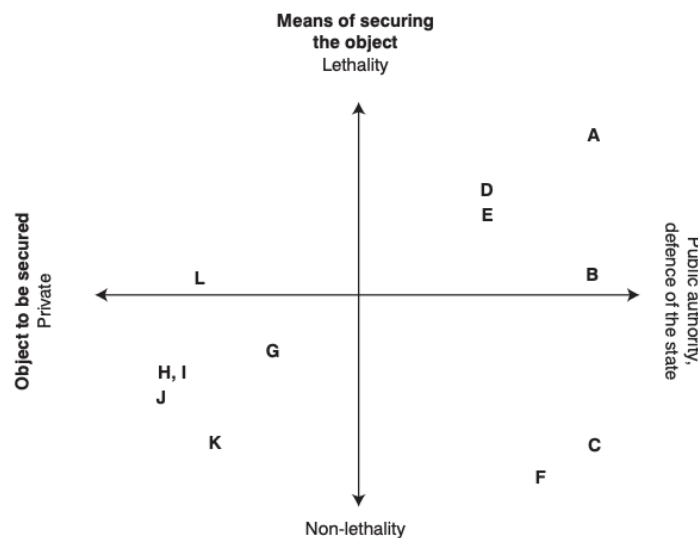
Figura 2 – Tipologia das empresas por contratos



Fonte: Avant (2005).

Para complementar essa concepção, Kinsey (2006) propõe pensar em classificação por dois pontos principais além de se ver o contrato, as quais são o objeto a ser protegido e os meios para se proteger esse objeto, como visto abaixo:

Figura 3 – Tipologia das empresas por eixos de objetos e meios de segurança<sup>54</sup>



Fonte: Kinsey (2006).

<sup>54</sup>A - Traditional Westphalian state military; B - Paramilitary police C Conventional police; D - EO ;E - Sandline International; F - MPRI G DynCorp; H - ArmorGroup International PLC; I - Control Risks Group; J – Erinys; K - Group 4 Securicor; L - Ad hoc security companies”(KINSEY, 2006. p. 22).

Na figura 3, os eixos representam o ambiente internacional. De acordo com Kinsey (2006) é necessário fazer essa colocação porque as ESP operam globalmente, então o objeto de referência pode não estar no país de origem da empresa, bem como os meios adotados para proteger esse objeto podem variar de região.

Ao entender essa a ambientação dos tipos de serviços e brevemente apresentado a dificuldade de identificação dessas empresas, se torna essencial tratar sobre a nomenclatura escolhida para esta dissertação. Visando englobar todos os aspectos da literatura discutida acima, Dunigan (2011) sugere um termo que está diretamente ligado a compreensão de enxergar essas empresas tanto por suas diferentes funções, quanto pelo seu contexto (ambiente) assim a autora utiliza o termo Empresas de Segurança Privada. Ao adotar esse termo é possível analisar mais a frente os casos de atuação das empresas escolhidas, pois ambas mudam de serviços constantemente durante os casos.

Para entender melhor o processo de atuação dessas empresas, no próximo tópico será apresentado os casos que serão analisados nesta dissertação. Dessa forma é necessário abordar como os casos de coleta de informação e percepção de ameaças têm se desdobrado, essencialmente pelos casos da Colômbia e Peru.



## 5 A CONSTRUÇÃO DO ENTENDIMENTO DE SEGURANÇA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Para este capítulo, a análise será trabalhada em diferentes formas. Primeiramente, será necessário abrir espaço para uma breve discussão do ganho analítico de se utilizar o método do *Process Tracing* juntamente ao estudo de casos apresentados no capítulo anterior. Sendo assim, a discussão a seguir será responsável em criar uma linha cronológica e causal dos casos mencionados, de uma forma que ao decorrer da análise desse plano, se entenda como a construção do discurso e seus impactos no entendimento da segurança têm ocorrido nesses casos.

### 5.1 Process Tracing e a comparação de casos como mecanismo de análise

Este presente tópico tem a finalidade de discorrer sobre como a junção de ambos métodos foram benéficos, porém, para isso é necessário abrir um espaço maior para o esclarecimento de como as variáveis e causalidades serão combinadas na análise. Por este motivo, achamos que tratar desse tópico no último capítulo seria mais essencial que apenas citar e descrevê-los na introdução desta pesquisa. Da mesma forma, este tópico também será responsável em tratar sobre as possíveis críticas que serão levantadas pelos leitores deste trabalho.

Dessa forma, ao pensar no *process tracing* como uma ferramenta analítica deixamos claro, a principal fonte de escolha deste método, pois o objetivo deste trabalho vai além de apenas descrever acontecimentos e fenômenos, nesta ocasião interpretadas por como as ESP atuam na área de segurança. Logo, a característica analítica deste método, ajudará em 3 aspectos diferentes. O primeiro deles, está relacionado ao fato de que é uma técnica focada, a qual, de acordo com Venesson (2008), permite selecionar aspectos do fenômeno que são imprescindíveis para o estudo em questão, buscando dialogar diretamente com a teoria utilizada. Nesse contexto, será possível identificar fatores importantes para a análise da atuação das ESP, tal qual informações que muitas das vezes não podem ser quantificadas, como questões ideológicas, históricas, linguísticas, emocionais e culturais.

No caso da Colômbia, esses fatores estão majoritariamente relacionados ao modo como a percepção racial, cultural e de insurgência está envolvida com a noção de inimigo construída pelos agentes presentes no caso. Sendo assim, para entender como a decorrência do fenômeno também foi produto desse meio complexo. No caso do Peru, seleciona-se referências

linguísticas e culturais, na maneira de acrescentar uma visão mais crítica de como a comunicação pode ser um fator de decisão para disputa, não somente hierárquica cultural, mas também de disputa de poder. Conseqüentemente, esses fatores estarão diretamente conectados a uma síntese teórica muito significativa, neste quadro, levantando os fundamentos da Escola de Copenhague, mais especificamente, os dos estudos da securitização.

À vista disso, o segundo aspecto, diz respeito a esse aparato teórico, o qual representa, de acordo com Lima (2017, p. 131) a “interação com a teoria desenvolvida sobre o assunto na escolha dos fatores explicativos”. Destacando assim, a importância do enquadramento teórico para a análise de um processo a ser estudado (COLLIER, 2011; HALL, 2003). Logo, a análise deixa de ser um conjunto de variáveis soltas e aleatórias e passa a ser um mapa causal e processual, guiado por um arranjo teórico. Essa percepção, segundo Bennett e Checkel (2015), garante uma possibilidade de dedução e indução no mapeamento de processos, certificando uma capacidade de inovar para melhor entender os mecanismos e variáveis envolvidas em um fenômeno.

Levando em consideração o objeto de estudo, os casos que foram escolhidos, satisfatoriamente, são complementares à teoria adotada para a análise, onde ao entender que a segurança é então um fenômeno composto por diversos fatores, como o discurso, audiência, disputa de poder e outros, se torna mais acessível compreender as particularidades e conseqüências da atuação das ESP.

Em um terceiro e último aspecto, possivelmente o mais importante para esse tópico, aponta que “the goal of process tracing is ultimately to provide a narrative explanation of a causal path that leads to a specific outcome”<sup>55</sup> (VENESSION, 2008, p. 235). Complementarmente, Lima (2008) indica que isso mostra a relevância desse método para além das relações quantitativas e como ela pode esclarecer mecanismos fundamentais que consolidam teorias explicativas.

Desta maneira, ao evidenciar esse mecanismo causal, Beach e Pedersen (2013) lapidam a definição do mapeamento de processo, e apresentam quatro variações práticas desse método de análise, sendo elas: *theory-testing process-tracing*, *theory-building process-tracing*, *theory-refining* e *Explaining outcomes process-tracing*. Nesta pesquisa, utilizaremos o *theory-testing*

---

<sup>55</sup> “O objetivo do rastreamento do processo é, em última análise, fornecer uma explicação narrativa de um caminho causal que leva a um resultado específico” (VENESSION, 2008, p. 235. Tradução nossa).

com intuito de melhor complementar a metodologia com a verificação dos objetivos e hipóteses. Com efeito, sobre o *theory testing*, os autores argumentam que ele:

Deduces a theory from the existing literature and then tests whether evidence shows that each part of a hypothesized causal mechanism is present in a given case, enabling within-case inferences about whether the mechanism functioned as expected in the case and whether the mechanism as a whole was present. No claims can be made, however, about whether the mechanism was the only cause of the outcome<sup>56</sup>. (BEACH; PEDERSEN, 2013, p. 3).

Em um modo singular, esta variação do *process tracing* foca em deduzir uma teoria para que haja um teste de evidências ao modo que mostrem se há um mecanismo causal. De forma exclusiva, apenas essa variação pode contribuir de forma conclusiva ao rumo que esta pesquisa caminha, tendo em mente que um dos objetivos da mesma é utilizar dos fundamentos da securitização para evidenciar elementos que indiquem que, como levantado na hipótese, as ESP conseguem influenciar, ou melhor aplicando, moldar o entendimento compartilhado de segurança dos agentes envolvidos em determinado fenômeno.

À vista disso, dois pontos são importantes de serem ressaltados. Em primeiro lugar, o papel da causalidade entre este método e o construtivismo. De acordo com Hernandez (2013, p. 10), “a conciliação entre construtivismo e *process tracing* depende de um olhar crítico para a questão da causalidade”. Dado que, por causa do enfoque do construtivismo – principalmente inicial, do Emmanuel Adler; Wæver e Buzan – em alcançar causas endógenas ao acontecimento, como a relação entre os agentes, ou deles com a estrutura, torna muito difícil entender como esse método se encaixaria nesta análise. Entretanto, ao olhar para o construtivismo como uma forma de entender como os fenômenos se constroem, pode-se afirmar que estaríamos também buscando entender como elas se comportam dentro de uma realidade, e assim como que a partir desse comportamento temos diferentes decorrências políticas, culturais, econômicas e de segurança (WENDT, 1998; FINNEMORE; BARNETT, 1999).

Pensando dessa forma, “não é possível argumentar que o construtivismo rejeita por completo a noção de causalidade” (HERNANDEZ, 2013, p. 9). Então dessa forma, é possível argumentar que, ao se comportarem de uma determinada forma, motivados por normas que

---

<sup>56</sup> “Deduz uma teoria da literatura existente e, em seguida, testa se as evidências mostram que cada parte de um mecanismo causal hipotético está presente em um determinado caso, permitindo inferências dentro do caso sobre se o mecanismo funcionou como esperado no caso e se o mecanismo como um todo, nenhuma reclamação pode ser feita, entretanto, sobre se o mecanismo foi a única causa do resultado. (BEACH; PEDERSEN, 2013, p. 3. Tradução nossa).

estruturas que causam agentes a agirem, os agentes, de acordo com Finnemore (1996), teriam uma direção e objetivos para uma ação.

Em segundo lugar, é válido discorrer sobre a utilização do *process tracing* com mais de um caso, quando na maioria dos casos, e os expoentes desse método, apontam a familiaridade em utilizá-lo em estudos individuais. Talvez porque, por muito tempo, houve uma valorização dos estudos históricos na área de ciência política que buscavam um ideal neopositivista, centralizado nas produções de teorias dotadas de um alto grau de generalidade, na qual dificultava a análise de diversas variáveis e a relação delas com testes rigorosos de hipóteses (BORGES, 2007).

Entretanto, é possível ver o esforço de muitos autores de quebrar essa noção. Atualmente há muitos trabalhos que usam de estudos comparativos com o *process tracing*, como Fontana, Afonso e Papadoupoulos (2008), que selecionam casos diferentes e usam um conjunto de estratégias para realizar comparações entre a liberalização do mercado de eletricidade na Suíça e na Bélgica. Bem como Hoelscher e Nussio (2016), que tratam dos problemas da violência urbana na América Latina, afirmando terem usado o *comparative process tracing* na análise de duas cidades que se assemelham.

Para finalizar este tópico, reforça-se que “quando utilizado em combinação com métodos comparativos, o mapeamento de processo é uma ferramenta particularmente útil no desenvolvimento indutivo de teorias e hipóteses” (BORGES, 2007, p. 56). Assim, a comparação sistemática dos dois casos aqui dispostos, da Colômbia e do Peru, o objetivo geral e o teste de hipótese, se tornam mais possíveis de serem alcançados, para que ao identificar semelhanças entre os casos, e traçar um mecanismo causal dentro de cada um deles, melhor seria entender como as ESP têm moldado e influenciado o entendimento de segurança.

## **5.2 Os casos da Colômbia e Peru**

O caso da Airscan na Colômbia ilustra exatamente a forma de atuação dessas empresas a quem muitas das vezes sem uma análise maior de ameaça e risco. Dessa maneira, a forte cultura institucional das ESP com os governos aponta uma intensificação na violação de direitos humanos, bem como a facilidade de lidar com os problemas trazidos por ela.

A contratação de ESP, no Estado colombiano, tem início com o papel do país como um dos maiores fornecedores de petróleo bruto para os Estados Unidos e outras grandes companhias multinacionais investidoras no setor de energia na Colômbia. Já na década de 1980,

a Colômbia vivia as consequências de um conflito interno, as quais acentuavam uma fraqueza estatal e uma limitação econômica que produzia um cenário propício para a entrada as ESP, além do mais as características desse conflito e das relações internacionais aumentaram a necessidade da contratação dessas empresas (RÉDON, 2015). Consequentemente, no final desta década, “77 compañías han sido contratadas en Colombia”<sup>57</sup> (ESTRADA, 2010, p. 167).

Em 1997, a empresa Airscan foi contratada pela Occidental Oil, uma petrolífera norte americana, em colaboração com a empresa colombiana Ecopetrol, para fazer a segurança de um oleoduto na região (PERRET, 2010). Este contrato consistia em prover vigilância de alta tecnologia para o monitoramento dos movimentos de guerrilha, com o objetivo de providenciar informações ao exército colombiano para que agissem, caso necessário (WOLA, 2003). Neste caso, a partir dessa ação, a Airscan – empresa sediada na Florida – em dezembro de 1998, em Santo Antônio, um helicóptero colombiano derrubou uma bomba em uma aldeia matando 17 civis, dentre eles, 7 eram crianças.

A ação por trás desse acontecido não são concretas e justificadas. Entretanto, de acordo com um artigo de Schrader (2002) na *Los Angeles Times*, havia uma operação em andamento entre o governo dos Estados Unidos e Colômbia, juntamente com estas duas empresas e a Airscan. No Relatório investigativo feito pela *Times*, um dia após um o fechamento de um acordo, de cessar combate entre as forças armadas colombianas e das guerrilhas da FARC, os militares desta ESP se reuniram no quartel general da Occidental Petroleum’s Caño Limón, um dia antes do bombardeio. O proposito dessa reunião era para formar um plano de resgate de uns soldados da Airscan que teria ficado preso pelas FARC durante o conflito (MILLER, 2002).

Nessa reunião, os dois pilotos norte-americanos da Airscan “showed aerial videotape of the village and pointed out guerrillas who they said could be seen in the town, mingling with civilians”<sup>58</sup> (DUNNING; WIRPSA, 2004). No momento inicial de pós incidente, militares aclamaram que a bomba que explodiu naquela comunidade foi resultado de um carro bomba orquestrado por soldados de guerrilha pois não havia provas de que o governo dos EUA ou que as que as empresas de segurança soubessem que ao completar a missão estariam destruindo uma vila. Mas cerca de três anos depois, após investigação sobre esse incidente- a qual foi engolfada em disputas judiciais que acabaram definhando – foi admitida uma fita de vídeo no

---

<sup>57</sup> “77 empresas foram contratadas na Colômbia” (ESTRADA, 2010, p. 167. Tradução nossa).

<sup>58</sup> “Mostrou videoteipe aéreo da aldeia e apontou guerrilheiros que disseram poder ser vistos na cidade, se misturando com civis” (DUNNING; WIRPSA, 2004. Tradução nossa).

tribunal militar fechado, juntamente com documentos de entrevistas com pelo menos trinta militares, testemunhas e especialistas, foi evidenciado 4 pontos relevantes:

(1) The events leading up to the battle outside Santo Domingo and the explosion began when a US government surveillance plane detected an aircraft allegedly carrying weapons for guerrillas. In doing so, the plane may have violated rules that restrict American activities in Colombia to anti-narcotics operations. (2) Occidental Petroleum, based in Los Angeles, which manages an oil complex 50 kilometers north of Santo Domingo, provided crucial assistance to the operation. It provided, directly or through contracted companies, troop transport, planning and fuel facilities for Colombian military aircraft, including the helicopter crew accused of dropping the bomb. (3) AirScan Inc., a private American company belonging to former Air Force commands, helped plan and supervise the attack around Santo Domingo, using a high-tech monitoring plane. The U.S. Coast Guard is investigating whether the plane was flown by a U.S. military pilot on active duty. Company officials even suggested targets for the Colombian helicopter crew who dropped the bomb. (4) In violation of US guidelines, the US armed forces provided training to the pilot accused of dropping the bomb, even after a Colombian prosecutor accused him of aggravated homicide and personal injury in the Santo Domingo operation.<sup>59</sup> (MILLER, 2002).

As revelações originadas pelo vídeo trazem aspectos bem importantes além dos 4 descritos acima, pois nela podemos enxergar a forma como a acontecimento foi tratado pelos oficiais ali dispostos. Os dois homens que conduziam o helicóptero, o qual alegadamente teria derrubado a bomba na comunidade, foram identificados como Joe Orta e Charles Denny, ambos estavam no helicóptero Huey de vigilância, juntamente com o Major Cesar Gomez, terceiro tripulante e oficial da força aérea colombiana.

De acordo com os documentos entregados a corte, o incidente começou no dia 12 de dezembro, quando um avião da alfândega dos EUA rastreou um avião, supostamente carregado de armas, aterrissando na entrada norte da cidade de Santo Domingo, localizada na província de Arauca. De acordo com Miller (2003), o avião estaria entregando armas em troca de cocaína fornecida por soldados de guerrilha das FARC, assim logo as forças colombianas chegaram ao

---

<sup>59</sup> “(1) Os eventos que antecederam a batalha fora de Santo Domingo e a explosão começaram quando um avião de vigilância do governo dos Estados Unidos detectou uma aeronave que supostamente portava armas para guerrilheiros. Ao fazer isso, o avião pode ter violado as regras que restringem as atividades americanas na Colômbia a operações antinarcóticos. (2) A Occidental Petroleum, com sede em Los Angeles, que administra um complexo petrolífero 50 quilômetros ao norte de Santo Domingo, prestou assistência fundamental à operação. Forneceu, diretamente ou por meio de empresas contratadas, transporte de tropas, planejamento e instalações de combustível para aeronaves militares colombianas, incluindo a tripulação do helicóptero acusada de lançar a bomba. (3) AirScan Inc., uma empresa privada americana pertencente a antigos comandos da Força Aérea, ajudou a planejar e supervisionar o ataque em torno de Santo Domingo, usando um avião de monitoramento de alta tecnologia. A Guarda Costeira dos EUA está investigando se o avião foi pilotado por um piloto militar dos EUA na ativa. Funcionários da empresa até sugeriram alvos para a tripulação do helicóptero colombiano que lançou a bomba. (4) Em violação às diretrizes dos Estados Unidos, as Forças Armadas dos Estados Unidos forneceram treinamento ao piloto acusado de lançar a bomba, mesmo depois que um promotor colombiano o acusou de homicídio qualificado e lesões corporais na operação Santo Domingo” (MILLER, 2002. Tradução nossa).

local, mas como já descrito na página anterior, ficaram presos perto de uma ponte a 600 metros da cidade de Santo Domingo.

Essa cidade fica à quarenta e oito (48) quilômetros do complexo petrolífero operado pela Occidental Petroleum, o local onde foram feitas as reuniões para operação de resgate. No vídeo, Orta, é a pessoa principal da operação, pois estava servindo como tradutor e guia para Gomez, que depois na próxima transcrição, dá ordens aos comandantes. Denny, tripulante que não fala espanhol, na situação operava a câmera de vídeo infravermelha que era utilizada para procurar os pontos de guerrilhas na cidade e na selva. Depois da manhã de procuras, o time conclui que a FARC se encontra na cidade de Santo Domingo, após ver algumas pessoas tirarem a camisa, “This is the problem I think we have here, is that these guys went home and changed their clothes”, declara Orta no vídeo, seguido da Resposta de Denny, “Yes, they don't want to fight anymore” (MILLER, 2003).

Mesmo com os moradores da cidade negando que não havia guerrilheiros na cidade naquele dia, Miller (2003) destaca que a missão avança, os tiros ficam mais intensos e a operação fica mais caótica. Sendo assim, Gomez decide que a única maneira de proteger suas tropas aliadas é convocar um ataque de foguete ou bomba de fragmentação. Desse jeito, a força aérea da Airscan decide desembarcar tropas de socorro em um campo como estratégia e simultaneamente, solta uma bomba para distrair os inimigos, como pode ser visto na transcrição do vídeo esse momento:

Lieut. Johan Jiménez Valencia, co-pilot of the UH1H (“Owl”): “Hunter, we need to launch the cluster bomb, Hunter, Owl needs to launch the cluster bomb.” Lieut. Lamilla, pilot of the Hughes – 500 (“Hunter”): “Owl needs to launch the cluster bomb. Okay. Hawk and Harpy, hold, because here comes a big gift.” Owl: “OK, show me where” Hunter: “See the yellow road?” Owl: “Where do you want it, Hunter? Tell me where you want it!” Hunter: “To the right of the village there is a stand of trees. We want it on the whiskey edge of that stand of trees.” Owl: “The stand of trees further whiskey or the one nearby?” Hunter: “The one nearby”<sup>60</sup> (CIDH, 2011).

No tribunal, Romero, piloto do helicóptero aliado, Hughes – 500, disse que jogou a bomba na selva entre a ponte e a cidade, bem como acreditava que a distância entre esses dois pontos era de mil à mil e quinhentas jardas (aproximadamente ao equivalente de mil e

---

<sup>60</sup> “Lieut. Johan Jiménez Valencia, co-piloto do UH1H (“Coruja”): “Hunter, precisamos lançar a bomba coletora, Hunter, a Coruja precisa lançar a bomba coletora.” Lieut. Lamilla, piloto do Hughes - 500 (“Hunter”): “A coruja precisa lançar a bomba coletora. OK. Hawk e Harpy, esperem, porque aí vem um grande presente. ” Coruja: “OK, mostre-me onde” Hunter: “Está vendo a estrada amarela?” Coruja: “Onde você quer isso, Hunter? Diga-me onde você quer! ” Hunter: “À direita da aldeia há um arvoredo. Queremos na beira do uísque daquele bosque. ” Coruja: “O grupo de árvores mais uísque ou o próximo?” Hunter: “The one nearby” (CIDH, 2011. Tradução nossa).

quatrocentos metros), porém, de acordo com o relatório, essa distância calculada por satélite é de apenas seiscentos metros, ou seja, o local descrito por Romero supostamente estaria apenas à trezentos metros da cidade (MILLER, 2003).

Se a bomba fosse lançada tão perto da cidade, como aponta o relatório da Times, isso equivaleria a uma violação dos direitos humanos, de acordo com Cassel (2002 apud MILLER, 2003), diretor do Centro de Direitos Humanos Internacionais da Escola de Direito da Universidade Northwestern, pois as regras internacionais de guerra exigem que as operações militares reduzam ou minimizem as baixas de civis.

Como divulga Miller (2003), nos minutos antes do incidente, o vídeo revela a situação caótica em que se encontravam os tripulantes à medida com que o a aeronave Huey carregando a bomba se aproxima de seu alvo, começa a aparecer diversas aeronaves da fora aérea colombiana e começavam a convergir sobre a vila.

"Ok, Cesar, there are a lot of planes - we are going to control this," says Orta in Spanish. A few minutes later, another pilot, identified as "Hunter", asks the plane AirScan can see the helicopter carrying a bomb. "No, I cannot see you. He's the only one I can't see. Now I see him - Gomez says as the camera flashes in the jungle. "Well, then direct it to who can use the cluster," says Hunter, a pilot for a Hughes 500 helicopter. "Ahh, it has already crashed, it has crashed", says one of the pilots who fly at Huey. "There's the smoke" says Hunter<sup>61</sup> (MILLER, 2003).<sup>62</sup>

Alguns minutos depois, a fita termina e nela não há nenhum sinal de fumaça, pois de acordo com o relatório da *Los Angeles Times*, nem a vila e nem sua destruição são vistas porque a câmera está focada em um campo próximo, onde as tropas colombianas estavam pousando, ou seja, a única câmera em ação em uma missão de coleta de informação e contenção de ameaças estava erroneamente posicionada.

Não se precisa ir distante para encontrar outro caso parecido. No Peru, em abril de 2001, um avião norte americano que sobrevoava o rio Amazonas, operado por funcionários de uma empresa de segurança privada, chamada *Aviation Development Corporation* juntamente com a agência de inteligência dos EUA, derrubaram um avião matando um missionário e seu bebê.

---

<sup>61</sup> "Ok, Cesar, há muitos aviões - nós vamos controlar isso", diz Orta em espanhol. Poucos minutos depois, outro piloto, identificado como "Hunter", pede ao avião AirScan pode ver o helicóptero carregando uma bomba. "Não, eu não consigo te ver. Ele é o único que não consigo ver. Agora eu o vejo - Gomez diz enquanto a câmera dispara na selva. "Bem, então direcione para quem pode usar o cluster", disse Hunter, um piloto de um helicóptero Hughes 500. "Ahh, já caiu, caiu", diz um dos pilotos que voam em Huey. "Aí está a fumaça", diz Hunter (MILLER, 2003. Tradução nossa).

<sup>62</sup>As aspas indicam locução de fala.



Neste caso, de acordo com o programa acordado entre o país e a CIA, a empresa de segurança apenas faria missões de detectar e rastrear aeronaves suspeitas abordo do Cessna Citation, uma aeronave de propriedade do departamento de defesa dos EUA. Mas, no dia 20 de abril de 2001, a situação não ocorreu de acordo com o planejado. A ADC, encarregada de operar a missão, contava com quatro tripulantes da empresa e um *Host Country Rider* (HDR), era responsável pela comunicação em inglês com o restante da tripulação e com o centro de comando peruano em espanhol, nessa posição ele era o único que necessariamente deveria ser fluente em ambas as línguas, pois o restante da tripulação que estava na operação tinha pouco entendimento de espanhol, mas ainda assim a aeronave era equipada de radar sofisticado, incluindo infravermelho e sensores.

Esses equipamentos das aeronaves eram todos ligados a uma câmera de vigilância, a qual gravou toda a missão, nela é possível identificar o avião dos missionários entrando no frame, como indica Rosenberg (2006), o avião dos missionários pode ser visto apenas em uma imagem em preto e branco, “viajando de automóvel, reta e nivelada”. Ocasionalmente, a PAF A-37, a qual fazia a parte da missão com o *Ceesna Citation*, atravessa o quadro rapidamente.

Apesar de não ser claro se a aeronave A-37 da Força Aérea Peruana disparou alguma advertência, a aeronave da ADC mantém distância de pelo menos um quilometro para que não seja detectada caso seja confirmado que seria um avião de tráfico de drogas. Às 9h43 do horário peruano, a Ceesna Citation notifica a base sobre o “of the radar sighting of an aircraft that crossed three to four miles into Brazilian territory” (ROSENBERG, 2006). Alguns minutos depois, ao adentrar ao território peruano, seguindo procedimento padrão, a ADC entra em contato com as Forças Aéreas Peruanas para verificar se a aeronave missionaria estaria em um plano de voo autorizado.

According to the U.S. official's version of events, the PAF "was unable to locate a flight plan for an aircraft in that area," so the PAF scrambled its interceptors. Now, the mission is technically under the command of the PAF. In this case, only one A-37 was sent up, although the U.S. pilots apparently don't know that because they occasionally refer to the A-37 in the plural. Quickly, the intercept procedure kicks in as the PAF A-37 closes on the suspect plane<sup>63</sup> (ROSEBERG, 2001).

---

<sup>63</sup> “De acordo com a versão do funcionário norte-americano dos acontecimentos, o PAF "não foi capaz de localizar um plano de vôo para uma aeronave naquela área", então o PAF embaralhou seus interceptadores. Agora, a missão está tecnicamente sob o comando do PAF. Neste caso, apenas um A-37 foi enviado, embora os pilotos americanos aparentemente não saibam disso porque ocasionalmente se referem ao A-37 no plural. Rapidamente, o procedimento de interceptação é ativado conforme o PAF A-37 fecha no avião suspeito” (ROSEBERG, 2001. Tradução nossa).

Nesse momento, juntamente com o A-37, o avião da empresa de segurança privada começa a tentar se comunicar com o avião missionário, falando em espanhol, o HDR fala “You have been intercepted by the Peruvian Air Force. Change course and turn to 270 and go to Pulcallpa (military) airfield. Should you not obey, we will proceed to shoot you down”<sup>64</sup> (ROSENBERG, 2006). Pouco tempo depois é possível escutar no vídeo, o HDR falando sobre o término da fase um e iniciando a fase dois, logo após o piloto da ADC indaga dúvidas se o avião estaria ou não carregando drogas, por não se encaixar no perfil, e o oficial peruano responde negativamente.

Em seguida, falando em espanhol, o interceptor da PAF é ouvido fazendo uma pergunta para a equipe do Ceesna Citation pedindo autorização para disparar contra o avião suspeito para derrubá-lo, sendo assim obtendo a resposta com a mensagem “phase three has been authorized”<sup>65</sup> (ROSENBERG, 2006) conseqüentemente ocasionado no desenrolar da missão, como visto em:

The Peruvian liaison on the plane repeats the order again, "Phase three is authorized.". The U.S. pilot urges the Peruvians to slow down once again. "Yes I understand" he says, but asks frantically, "Is it possible for the A-37s to identify? ID? ID? Tail number?" The Peruvian jet now apparently tries to radio the missionaries' plane, calling to it by its tail number. "Oscar Bravo One, four, zero eight. Air Force!". Again the jets controllers on the ground repeat their fatal order. "Phase three is authorized.". "Jeez," the U.S. pilot says and asks again, "Are you sure it's a bandito? You're sure? It's a fact?". "Yes," the Peruvian liaison answers and himself asks, "OK?". "OK," the U.S. pilot replies, "if you're sure.". Then the pilot of the Peruvian jet fighter asks again, "Is Phase three authorized? Is it authorized?" "Affirmative," the Peruvian liaison on the CIA surveillance plane answers, "Phase three authorized." Once again, the U.S. pilot expresses his doubts, "I think we're making a mistake, but ..." His co-pilot chimes in, "I agree with you."<sup>66</sup> (ROSENBERG, 2006).

Neste instante, os jatos de caças peruanos A-27 começam a atirar contra o avião missionário, simultaneamente o controlador de tráfego aéreo na torre central peruana é ouvido

---

<sup>64</sup> “Você foi interceptado pela Força Aérea Peruana. Mude o curso e vire para 270 e vá para o campo de aviação Pulcallpa (militar). Se você não obedecer, procederemos a atirar em você” (ROSENBERG, 2006. Tradução nossa).

<sup>65</sup> “Fase três foi autorizada” (ROSENBERG, 2006. Tradução nossa)

<sup>66</sup> “O representante peruano no avião repete a ordem novamente, "Fase três está autorizada.". O piloto dos EUA exorta os peruanos a desacelerarem mais uma vez. "Sim, eu entendo" ele diz, mas pergunta freneticamente, "É possível que os A-37s identifiquem? ID? ID? Número da cauda?" O jato peruano agora aparentemente tenta transmitir pelo rádio o avião dos missionários, chamando-o pelo número da cauda. "Oscar Bravo Um, quatro, zero oito. Força Aérea!". Mais uma vez, os controladores dos jatos no solo repetem sua ordem fatal. "A fase três está autorizada.". "Caramba," o piloto dos EUA diz e pergunta novamente, "Tem certeza que é um bandito? Tem certeza? É um fato?". "Sim", responde o representante peruano e ele mesmo pergunta: "OK?". "OK", responde o piloto dos EUA, "se você tiver certeza.". Em seguida, o piloto do caça a jato peruano pergunta novamente: "A fase três está autorizada? Está autorizada?" "Afirmativo", responde o representante peruano no avião de vigilância da CIA, "Fase três autorizada." Mais uma vez, o piloto norte-americano expressa suas dúvidas: "Acho que estamos cometendo um erro, mas ..." Seu co-piloto diz: "Concordo com você". (ROSENBERG, 2006. Tradução nossa).

respondendo a uma chamada do piloto do avião missionário, identificado como Kevin Donaldson. Embora os caças já aviam iniciado o tiroteio o controlador responde com calma a Kevin que deve seguir e que tivesse um bom dia, assim os pilotos da ADC passam a gritar “He's talking to the tower! VHF-1. He's talking to them.! He's talking to Oscar Bravo one four zero eight. He's talking to the tower on open VHF”<sup>67</sup> (ROSEMBERG, 2006). Consequentemente os caças peruanos respondem positivamente e param de atirar, porém, naquele momento, já era tarde demais.

Veronica Bowers, 35, and her 7-month-old daughter, Charity, died April 20 when a Peruvian air force jet shot down their single-engine Cessna 185 over the Peruvian jungle. Bowers' husband, Jim, and son, Cory, were unharmed. Pilot Kevin Donaldson suffered gunshot wounds to both legs. The Bowers family and Donaldson belong to the US-based Association of Baptists for World Evangelism. Shooting down drug-smuggling planes is a long-standing policy<sup>68</sup>. (LADB, 2001).

Ao concluir a apresentação dos dois casos propostos para o entendimento das ESP como coleta de informação e percepção de ameaças, concluímos aqui o presente capítulo. Assim, pensando no objetivo desta pesquisa será necessário abrir uma leve discussão da necessidade metodológica de utilizar esses dois casos juntamente ao método do *process tracing*, a qual será articulada no próximo tópico.

### 5.3 Plano Causal e análise de casos

Como abordado anteriormente, serão duas formas de análise da técnica do *Process tracing*. Pensando no desenvolvimento desta pesquisa, será adotado a maneira dedutiva de análise desta técnica, o *theory-testing*, onde geralmente um mecanismo existente é tEstado para ver se ele pode explicar o resultado.

Segundo o Beach e Pedersen (2013), os mecanismos causais podem ser entendidos como uma teoria sistemática de partes conectadas que transmitem esforços geradoras de X para Y, em um determinado contexto em que esses mecanismos atuam. Não obstante, esses mecanismos são uma série de partes compostas de entidades que engajam atividades causais,

---

<sup>67</sup> “Ele está falando com a torre! VHF-1. Ele está falando com eles.! Ele está falando com Oscar Bravo um quatro zero oito. Ele está falando com a torre em VHF aberto” (ROSEMBERG, 2006. Tradução).

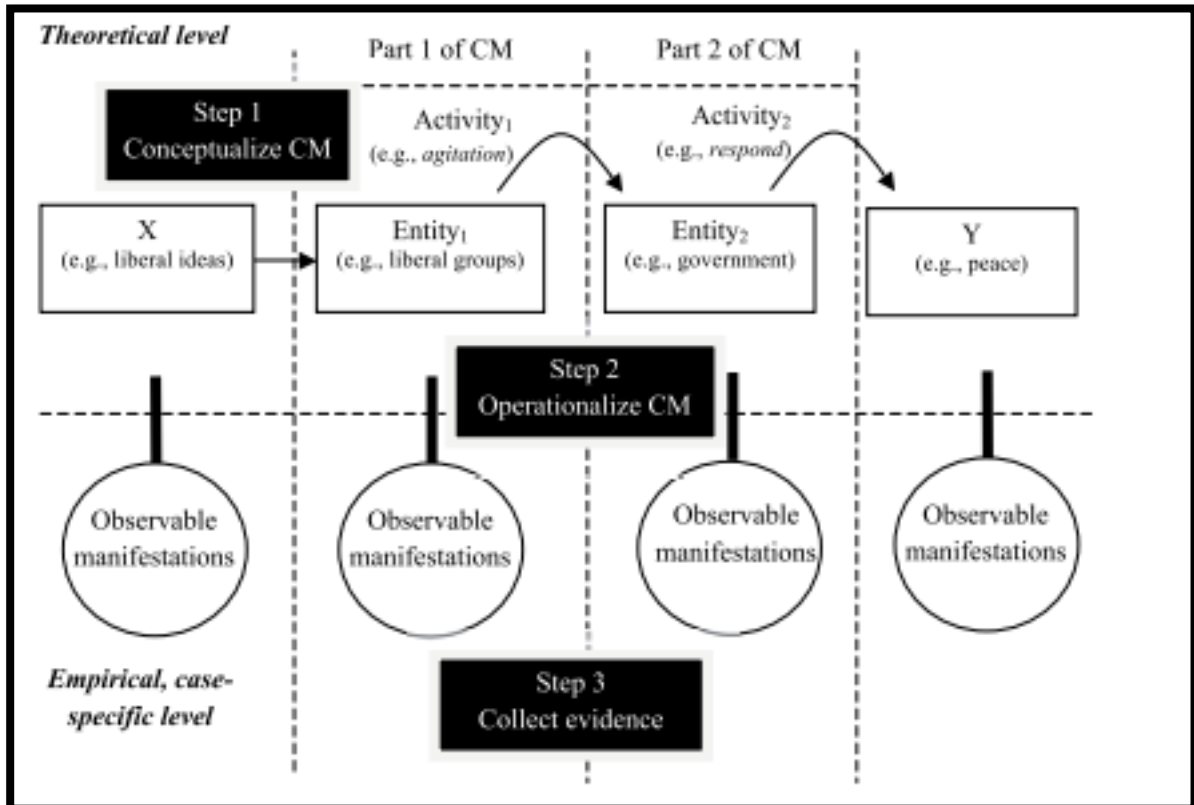
<sup>68</sup> “Veronica Bowers, 35, e sua filha de 7 meses, Charity, morreram em 20 de abril quando um jato da força aérea peruana derrubou seu monomotor Cessna 185 sobre a selva peruana. O marido de Bowers, Jim, e o filho, Cory, saíram ilesos. O piloto Kevin Donaldson sofreu ferimentos a bala em ambas as pernas. A família Bowers e Donaldson pertencem à Associação de Batistas para Evangelismo Mundial, com sede nos Estados Unidos. Abater aviões que traficam drogas é uma política antiga” (LADB, 2001. Tradução nossa).

pensando assim “we focus our analytical attention on the transmission of causal forces through the mechanism”<sup>69</sup> (BEACH; PEDERSEN, 2013. p. 06).

Diante disso, é apresentado um esboço causal que será detalhado na figura 4.

$$X \rightarrow^1 e^1 \rightarrow^2 e^2 \rightarrow^3 Y$$

Figura 4 – Esboço causal da *theory-testing* detalhado



Fonte: Beach e Pedersen (2013).

O primeiro passo para análise dos mecanismos causais está relacionado com a descrição, conceituação e apresentação da conexão entre a causa (X) e o resultado (Y) com base na teorização existente, além, claro, de explicar o contexto em que as atividades causais ( $\rightarrow$ ) estão inseridas, pois agentes ou entidades (e) podem ter a capacidade de alterar seu ambiente porque possui uma propriedade invariante, na qual, em um contexto específico, transmite força física ou informação que influencia o comportamento de outros agentes ou entidades, ou, até novos resultados (WALDNER, 2007).

<sup>69</sup> “Focamos nossa atenção analítica na transmissão de forças causais por meio do mecanismo” (BEACH; PEDERSEN, 2013. p. 06. Tradução nossa).

Nesse sentido, este mecanismo causal precisa ser operalizado, em outras palavras, mostrar em um plano causal a sequência de atividades e contextualizações para que haja um teste de teórico. Assim que esta etapa é concluída, a análise avança para a terceira etapa, a coleta de evidências, na qual, “can be used to make causal inferences, updating our confidence in (1) whether the hypothesized mechanism was present in the case and (2) whether the mechanism functioned as predicted or only some parts of the mechanism were present”<sup>70</sup> (BEACH; PEDERSEN, 2013. p. 14).

Com base neste esboço causal, as etapas serão feitas a partir dos próximos tópicos desse capítulo, onde serão utilizadas informações descritivas dos casos do tópico 3.3.1.

### 5.3.1 O plano causal no caso da Colômbia

Como tem sido bastante documentado na literatura, as ESP fornecem diversos serviços para seus contratantes, na grande parte dos casos, esses serviços estão ligados a busca e análise de ameaças, serviços de inteligência e coleta de informações, e por consequência, proteção e defesa de ameaças.

Dessa forma, no caso da Colômbia, não seria diferente. O acordo entre os Estados Unidos e a Colômbia, foi primordial para o desenvolver deste caso, sendo assim, ele corresponde a causa inicial, **X**. Isto é, todos os arranjos políticos que contribuíram para o acontecimento deste acordo, como: o constrangimento das guerrilhas que, ao conquistar espaços, faziam com que as multinacionais Occidental Oil e a Ecoprecol procurassem redobrar sua segurança; A ação dos agentes no combate deste conflito interno; O interesse econômico das partes em atividades petrolíferas na região; O excepcionalismo internacional estadunidense e a incapacidade da Colômbia de lidar com seus problemas internos, todos esses fatores contribuíram de uma forma para que ambas as partes tomassem uma ação, ou seja, a causa.

A primeira atividade causal, representada no esboço como  $\rightarrow^1$ , refere-se ao contrato de provisão de segurança atribuído a empresa Airscan. Nele, de modo inicial, a empresa era responsável por fazer a segurança, ou seja, de monitorar e verificar possíveis disfunções e perturbações em um dos oleodutos na região. Dessa forma, a empresa possuía diversos aparatos tecnológicos de última geração para que conseguisse aplicar nos seus serviços, então pode se dizer que supostamente a empresa deveria ser capaz de identificar, analisar e difundir tais

---

<sup>70</sup> “Pode ser usado para fazer inferências causais, atualizando nossa confiança em (1) se o mecanismo hipotético estava presente no caso e (2) se o mecanismo funcionou como previsto ou apenas algumas partes do mecanismo estavam presentes” (BEACH; PEDERSEN, 2013. p. 14. Tradução nossa).

informações de maneira eficiente sem que houvesse erros. Uma vez que ao identificar um problema, a Airscan deveria criar um plano de ação de prontidão em conjunto com o exército colombiano, ou até mesmo solucionar tudo sozinha.

Tendo em mente que, segundo Beach e Pedersen (2013), a primeira atividade causal representa a viabilização de uma gramática, ou seja, de um vocabulário, para expressar as demandas por noções de justiça, resolução e de paz. Além disso, representa o maior progresso, em relação a linguagem, a qual internacionalmente difundida, torna-se um parâmetro de legitimidade. Fica fácil entender a posição de uma empresa de segurança privada, na maneira de que se identificar um problema, através de uma visão unilateral e tendenciosa, a relação de entre linguagem a realidade fica evidente, principalmente quando esse problema passa por um processo de politização, melhor dizendo, passa a ser entendido com algo essencial para a sobrevivência de uma determinado agente (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998).

Destacando mais uma vez, o papel importante desempenhado pela linguagem nas interações sociais e políticas (BAKTHIN, 2002). Como argumentado por Huysmans (2002), a linguagem não é somente um instrumento comunicativo que acontece no superficial, mas também, uma força definidora e integradora de relações sociais. Portanto, nesse aspecto, esta atividade causal, relaciona diversos elementos, dos quais expressam uma demanda de ação sobre determinado assunto ou grupos de indivíduos, porque ele não somente está carregado de diversas informações sobre o mundo, a posição do agente nele, assim como apontam, como esse mundo funciona e também informam quais são as consequências de as informações forem desconsideradas, tal qual alega as categorias do ato de fala (ONUF, KUBÁLKOVÁ; KOWERT 1998; FRIZZERA, 2013).

Com efeito, essa atividade causal vai agir diretamente nos agentes deste caso, dos quais, encontrados em e<sup>1</sup> no esboço, representam a Força Nacional de Combate Colombiana (FNCC) e mais diretamente a Empresa de Segurança Privada Airscan. Por esta razão, foi destacado anteriormente sobre a necessidade de se entender segurança para fora do Estado, pois ao se pensar dessa forma, é possível ver novos agentes de segurança, ou melhor, agentes securitizadores, os quais são, para Buzan, Wæver e Wilde (1998. p. 20), “capable of successfully labeling it as a ‘security issue’ by using the rhetoric of certain structure and

rules”<sup>71</sup>. Sendo assim, é possível compreender por agentes da securitização, diversos grupos ou indivíduos com capacidade de influenciar a percepção de segurança de outros.

A atividade causal seguinte  $\rightarrow^2$  diz respeito às ações tomadas pelos agentes, destacados acima, em relação as forças causais de  $\rightarrow^1$  que agiram sobre elas. Em um primeiro plano, uma reunião foi formada para pensar na formulação de um plano de ação para um resgate de soldados colombianos, feitos de refém após uma disputa territorial entre eles e as FARC (MILLER, 2002). Sendo que, durante esta reunião, com ambas partes envolvidas, ou seja, a Airscan e as Forças Armadas Colombianas, foi levantado pelos dois principais pilotos estadunidenses da Airscan, um vídeo gravado por eles, usando as câmeras e sensores de alta qualidade, na qual apontava evidências que indicavam que guerrilheiros estavam na vila onde ocorreu o bombardeamento, escondidos entre os cidadãos. À vista disso, a empresa Airscan formula este plano de resgate, o qual será comandado diretamente pelos próximos agentes do esboço causal.

Assim, entende-se por  $e^2$  os pilotos do helicóptero Huey, Joe Orta, Charles Denny. Isto é, dois pilotos responsáveis por identificar o possível esconderijo dos guerrilheiros, dois quais apenas um fala um pouco de espanhol, no caso Joe Orta, e o outro que apenas fala inglês. Essa informação é importante, pois além destes pilotos, havia um terceiro, Major Cesar Gomez, oficial da força aérea colombiana. Este oficial colombiano estava ajudando os pilotos da Airscan a direcionar um ataque contra guerrilheiros de esquerda que combatiam o exército colombiano perto da vila de Santo Domingo em dezembro de 1998.

Neste momento, representando a atividade causal  $\rightarrow^3$ , há a execução do plano de ação. Mesmo depois do acontecimento, os moradores desta vila afirmando que os guerrilheiros não estavam na vila, os pilotos possuíam certeza que ali eles se encontravam, tanto que, durante as gravações do vídeo feito durante esta ação, Orta confirma que os guerrilheiros foram em casa e trocaram suas roupas. Na fita, Orta é uma figura central, servindo como tradutor e guia para Gomez, que depois transmite ordens e sugestões aos comandantes colombianos, enquanto Denny opera uma câmera de vídeo com recursos de infravermelho, usando-a para procurar guerrilheiros na cidade e na selva circundante (MILLER, 2003).

Durante toda manhã a ação passa a se agravar, sendo que a comunicação entre as outras aeronaves pertencentes ao plano de ação e as tropas terrestres eram péssimas. Consequentemente, alguns erros começam a ser cometidos, como é o caso de outro helicóptero

---

<sup>71</sup> “Capaz de rotulá-lo com sucesso como uma 'questão de segurança', usando a retórica de certas estruturas e regras”. (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998. p. 20. Tradução nossa)

Huey, comandado por Cezar Romero, que acaba jogando uma bomba próximo as tropas colombianas, matando um soldado aliado. Logo após esse fato que “Gomez decides that the only way to protect the troops is to call in a ‘Beta’, air force terminology for a rocket or cluster bomb attack”<sup>72</sup> (MILLER, 2003). Imediatamente os pilotos da Airscan decidem desembarcar tropas de socorro em um campo próximo e, simultaneamente, soltar a bomba para distrair os guerrilheiros, em seguida confirmando local de bombardeio:

“I am asking for a bombardment over there, for this point,” Gomez says on the tape. “That’s good” Orta says in Spanish. He then speaks in English: “They are calling in an airstrike on the wooded line, the wood line there south of the bridge.” “South of the bridge?” Denny asks. “South of the bridge to the town. He’s going to call in a strike,” Orta says<sup>73</sup>. (MILLER, 2003).

Assim, a bomba é jogada em uma região em que não é mostrada na gravação feita pela aeronave de ponta, tendo um tripulante apenas para gravar e identificar os guerrilheiros. Portanto, a sequência de atividades causais, representando um mecanismo causal, resulta no bombardeio da vila em Santo Antônio, matando 17 civis, dentre eles, 7 crianças, representado no esboço como **Y**.

Nesse sentido, a reunião de Estados Unidos e Colômbia, a fim de criar um plano de combate as insurgências no país, criando vigilâncias e monitoramento à essas propriedades, parece ter servido como estímulo principal para esse episódio lamentoso. Do mesmo jeito com que diversas forças causais, como o ambiente interno da Colômbia e o interesse dos Estados Unidos no país, e todo seu constrangimento sobre os agentes desse mecanismo contribuíram para esse resultado. Aqui é importante lembrar sobre a importância de abordar todos esses arranjos, pois todos esses elementos, como o contexto, ações e agentes são importantes para a relativização da causalidade nesta análise usando *process tracing*.

### 5.3.2 O plano causal no caso do Peru

De um modo geral, o caso do Peru, não se distancia do mecanismo causal descrito acima, talvez porque muitas vezes as empresas acabam produzindo resultados parecidos, possivelmente pela natureza da contratação dessas empresas, tendo em vista que, a natureza da

---

<sup>72</sup> “Gomez decide que a única maneira de proteger as tropas é convocar um ‘Beta’, terminologia da força aérea para um ataque com foguete ou bomba de fragmentação” (MILLER, 2003. Tradução nossa).

<sup>73</sup> “Estou pedindo um bombardeio ali, para esse ponto”, diz Gomez na fita. “Isso é bom” Orta diz em espanhol. Ele então fala em inglês: “Eles estão convocando um ataque aéreo na linha da floresta, a linha da floresta ao sul da ponte.” “Ao sul da ponte?” Denny pergunta. “Ao sul da ponte para a cidade. Ele vai chamar uma greve”, diz Orta. (MILLER, 2003. Tradução nossa).



economia global é fortemente afetada pela segurança, bem como interesses políticos e as relações entre os países, ou, até mesmo, pelo tipo de serviços prEstados.

Sendo assim, o estopim para este caso concerne a relação dos EUA com Peru, aqui representado por X. os primórdios dessa relação, atravessam décadas, começando desde 1989, quando o presidente da época, George H. W. Bush, traçou sua estratégia geral contra as drogas com um foco na redução da demanda e oferta de drogas ilícitas, incluindo tratamento, prevenção, educação, pesquisa, aplicação da lei e esforços internacionais. Além do mais, a estratégia dos Estados Unidos “included an increase of economic, military, and law enforcement assistance to the aforementioned three countries [Colômbia, Peru e Bolívia], in addition to preferential trade treatment for these same countries<sup>74</sup>” (BOSWELL, 2019, p. 13).

Após muitas convenções e testes de monitoramento, buscando oficializar o acordo da inteligência estadunidense com o governo peruano, em 1991, ambas as partes assinaram um documento de acordo bilateral de combate a narcóticos. Entretanto, com a instabilidade do governo peruano, durante esse período, o presidente do Peru, Alberto Fujimori, solicitou que o Congresso peruano lhe concedesse o poder de legislar sobre questões econômicas e desenvolver uma política abrangente de combate ao terrorismo doméstico e ao tráfico de drogas (BOSWELL, 2019). Tal fator, causou uma divergência diplomática com EUA, da qual foi agravada no decorrer dos anos, principalmente por dois eventos, um em 1995 e outro no ano de 2001, com o episódio em questão.

Após muita turbulência na relação com a agência de espionagem estadunidense e a força aérea peruana, eles decidem dar continuidade no contrato de cooperação para fazer a segurança do país. Em consequência, em 1995, houve um ataque sobre a aviação da CIA, Cessna, com alegação da PAF que poderia ser uma aeronave suspeita de traficar narcóticos, principalmente pelo fato de supostamente estar com número da calda (registro) falsificado. Como apontado pelo autor como “the aircraft apparently took evasive maneuvers and was unresponsive to the interceptor” (BOSWELL, 2019, p. 48). Entretanto, no mesmo dia do ocorrido, a *Central Intelligence Agency* (CIA) reportou que atendeu completamente com as leis peruanas e procedimentos internacionais aéreos.

---

<sup>74</sup> “Incluiu um aumento da assistência econômica, militar e policial aos três países mencionados [Colômbia, Peru e Bolívia], além do tratamento comercial preferencial para esses mesmos países” (BOSWELL, 2019, p. 13. Tradução nossa).

Dessa forma, esse contexto e conjuntura causal impulsionou a primeira atividade causal →<sup>1</sup>. Representando os acordos e demandas de ações de vigilância, esta atividade tem seus pontos iniciais desde um ano antes do ocorrido. Em 2000, A empresa ADC foi contratada pela CIA para testar sensores avançados de radar aéreo, utilizando infravermelhos e sensores de interceptação de sinais, dos quais “according to a base spokesman, had broad applications for aerial law enforcement operations and military search-and-rescue missions”<sup>75</sup> (VEST, 2001). Pode se dizer então que essa aeronave foi feita para exercer planos na América Latina, onde a grande maioria das contratações dessas empresas estavam ajudando no combate às drogas. Assim, de acordo com seus testes e também o programa em vista na época, a aeronave apenas faria essas missões de detectar e rastrear aeronaves suspeitas

Portanto, esses elementos coagiram diretamente sobre a entidade principal deste caso, e<sup>1</sup>, caracterizada pela *Aviation Development Corporation*. Apesar do grande papel de outros agentes, como a CIA e a PAF, que de um lado nomeou e concedeu o contrato e de outro executou os comandos no dia do incidente, o maior foco desse trabalho está na atuação da ADC, especialmente pelo fato de ser a encarregada da missão.

Segundo a teoria da securitização, não há uma situação de simetria entre diferentes grupos e agentes que, com construções intersubjetivas, tentam promover a securitização. O processo de securitização depende muito da posição desse agente dentro da estrutura social em que ele está inserido (PEREIRA, 2011). Neste caso, a posição da ADC como encarregada da missão deu a Alea uma posição de prestígio no sentido de construção de entendimentos compartilhados de segurança, pois a empresa que estaria fazendo, a verificação, vigilância e análise desses dados. Além do mais, essa posição está relacionada a noção dos setores da segurança, descritos por Barry Buzan, nas quais indicam que, dependendo de cada setor em que o problema está inserido, haverá tipos específicos de interação para a construção do objeto referente, pois “security means survival in the face of existential threats, but what constitutes an existential threat is not the same across different sectors”<sup>76</sup> (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 27).

---

<sup>75</sup> “De acordo com um porta-voz da base, tinha amplas aplicações para operações aéreas de aplicação da lei e missões militares de busca e resgate” (VEST, 2001. Tradução nossa).

<sup>76</sup> “Segurança significa sobrevivência diante das ameaças existenciais, mas o que constitui uma ameaça existencial não é o mesmo nos diferentes setores” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 27. Tradução nossa).

Dessa forma, deixando claro o motivo de destacar apenas a *Aviation Development Corporation* como a entidade neste mecanismo causal, dar-se-á sequência a ele, dado que essa discussão será retomada à frente.

A próxima atividade causal,  $\rightarrow^2$ , talvez a mais importante neste mecanismo, retrata os acontecimentos iniciais do incidente. Antes de tratar desses acontecimentos, é relevante abordar os procedimentos de preparação do voo que estava envolvido neles. Em 17 de abril de 2001, o piloto do avião missionário enviou uma notificação para o ministério de transporte e comunicação do governo peruano, seu plano era sair de Iquitos direto para uma outra cidade dentro do país, em fronteira com Brasil e Colômbia, pois de acordo com o Piloto Kevin Donaldson e Jim Bowers, os EUA haviam emitido um visto peruano para a filha bebê de Jim. Importante que dois meses antes o piloto teria passado por uma recertificação de sua licença e nenhuma nova regra ou conscientização sobre a operação da ADC havia sido mencionada (BOSWELL, 2019). À vista disto, todas os procedimentos foram cumpridos pelo piloto, inclusive a confirmação de vôo e do plano de vôo do aeroporto de Iquitos.

Então no dia 20 de abril, Donaldson e a família Bowers levantaram voo mesmo com as condições de clima desfavoráveis, por causa disso, o piloto “was unable to contact the Leticia airport on his VHF radio, which essentially failed to trigger an active return flight plan for OB-1408 – a key factor that would later prove fatal”<sup>77</sup> (BOSWELL, 2019. p. 68).

Nessa situação que o incidente começa. O avião Ceesna Citation operado por agentes da ADC localiza o avião missionário e emite alertas para outras aviações da PAF em conjunto, e pede informações sobre a aeronave interceptada, logo, como já descrito no capítulo anterior, as forças aéreas peruanas foram incapazes de encontrar o plano de voo do avião missionário. Em seguida, o avião da empresa privada tenta comunicação em espanhol com o avião missionário, não obtendo resposta. Assim a o HDR do avião da ADC prossegue dando ordens de mudança de fase para uma mais hostil, mesmo não tendo total convicção do sobre o possível perfil criminoso do avião missionário (ROSEBERG, 2001).

Tendo em vista que essa atividade causal deve cair sobre uma entidade, é exatamente assim que acontece, toda a situação criada é focada diretamente sobre a tripulação da *Aviation Development Corporation*, determinada por  $e^2$ .

---

<sup>77</sup> “Não foi capaz de contatar o aeroporto de Leticia em seu rádio VHF, que essencialmente falhou em acionar um plano de vôo de retorno ativo para o OB-1408 - um fator chave que mais tarde seria fatal” (BOSWELL, 2019. p. 68. Tradução nossa).

Logo, pela falta de comunicação e pela indução dos tripulantes do Cessna, a fase três é iniciada. Este acontecimento está associado pela atividade causal →<sup>3</sup>. Nesta fase anunciada, podemos identificar uma ação conjunta do avião Cessna com o avião da PAF, pois assim que solicitado pelo avião peruano, o tripulante do avião da empresa privada confirma o início do tiroteio. Retomando a discussão acima, o autor argumenta que “security is thus very much a structured field in which some actors are placed in positions of power by virtue of being generally accepted voices of security, by having the power to define security”<sup>78</sup> (BIGO, 1994 apud BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 32).

Apesar de ser consentido esse poder não é absoluto, uma vez que dentro de um processo de securitização, ninguém tem a força de fazer as pessoas aceitarem sua reivindicação, ou muito menos algum agente é excluído de articular sobre os parâmetros de segurança (WÆVER, 1995). Mas estando dentro de uma perspectiva de segurança, diversos fatores devem ser considerados, neste caso, a ADC estava em uma posição privilegiada do processo securitizador, na qual ela além de estar em uma posição hierárquica na operação, ela também possuía um poder político de ser a escolhida por autoridades, como no caso a CIA e o governo peruano. Esse prestígio impõe uma maior facilidade na aceitação do discurso securitizador, bem como as exigências contidas nele, porque a aceitação não necessariamente está ligada a uma forma civilizada e de livre dominação, e sim significa que uma ordem sempre está ligada a uma coerção e consenso (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998).

Portanto por todos esses fatores, após o início do tiroteio, o avião missionário começa a cair, mesmo durante a chamada de rádio do controlador de tráfego aéreo dando seguimento a ele. Nesse sentido, a queda do avião e as mortes dos membros da família Bower, representam um resultado dentro desse esboço, aqui visto como **Y**.

#### **5.4 A importância do discurso, do ato de fala e da audiência no processo da securitização**

As ESP são constantemente tratadas como agentes secundários nas relações internacionais. A maioria dos argumentos que afirmam essa visão está relacionada ao olhar Estado centrista, na qual ver o Estado sempre como o principal ator, tratando assim das ESP

---

<sup>78</sup> “A segurança é, portanto, um campo estruturado no qual alguns atores são colocados em posições de poder em virtude de serem vozes de segurança geralmente aceitas, por terem o poder de definir a segurança (BIGO, 1994 apud BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 32. Tradução nossa).

como ferramentas desse Estado que por vários motivos estaria usando essa contratação para alcançar seus objetivos.

Com efeito, nesta pesquisa, buscou-se quebrar essa interpretação, visto que essas empresas passam a ocupar diversos espaços de prestígio quando pensado em segurança internacional. Assim, quando usado o termo, prestígio, deve-se pensar em cenários para além de militares, dado que, segundo Aravena (2002) a Segurança Internacional é produzida por uma pluralidade de atores e de agendas. Portanto, ao tratar desse termo, queremos dizer que, um agente pode ter uma posição de poder discursivo, ou mesmo competência linguística, para influenciar e coibir certas demandas solicitadas em uma ocasião.

Nesses casos citados acima, pode se ver que a Ariscan estava em uma posição, onde por um lado internacional estava recebendo reconhecimento dos mais altos órgãos governamentais dos Estados Unidos, considerado um dos maiores países do mundo, e por outro lado, nacionalmente, a empresa também estava recebendo apoio do governo colombiano. Bem como no segundo caso, a *Aviation Development Corporation* era financiada por ambas as partes, EUA e Peru.

A primeira pergunta que é levantada pensando nessa perspectiva é do porquê as empresas são contratadas, posto que todos os Estados nacionais presente nesses casos têm uma força de combate relativamente forte. A resposta é simples, quando se pensa em segurança, principalmente que seu entendimento é visto inicialmente como sinônimo de sobrevivência, as políticas e regras padrões determinadas passam a ser ignoradas, buscando assim tratá-las em espaços acima do costume, como aponta os autores:

Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization. In theory, any public issue can be located on the spectrum **ranging** from nonpoliticized (meaning the state does not deal with it and it's not in any other way made an issue of public debate and decision) through politicized (meaning the issue is part of public policy, requiring government decision and resource allocations or, more rarely, some other form of communal governance) to securitized (meaning the issue is presented as an existential threat, requiring emergency measures and justifying actions outside the normal bounds of political procedure)<sup>79</sup> (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 23, grifo do autor).

---

<sup>79</sup> “A securitização pode, portanto, ser vista como uma versão mais extrema de politização. Em teoria, qualquer questão pública pode ser localizada no espectro que vai desde não politizado (ou seja, o estado não lida com isso e não é de nenhuma outra forma tornado uma questão de debate público e decisão) até politizado (o que significa que a questão faz parte de política pública, exigindo decisão governamental e alocação de recursos ou, mais raramente, alguma outra forma de governança comunal) para securitizar (o que significa que a questão é apresentada como uma ameaça existencial, exigindo medidas de emergência e justificando ações fora dos limites normais do procedimento político)” (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 23, grifo do autor. Tradução nossa).

Desse modo, o papel da linguagem na escola de Copenhague é essencial para identificar como essas medidas são realizadas e toda a estrutura por trás dela. Em razão de que, quando os argumentos dentro de uma estrutura política alcançam força o suficiente para violar as regras e padrões de conduta, sendo que em outra ocasião seriam seguidas, geralmente utilizando elementos argumentativos acerca da prioridade e urgência de uma ameaça existencial, estamos observando um caso de securitização (BUZAN; HANSEN, 2012). Sem a linguagem, seria impossível identificar como surgem os discursos da securitização, assim seria impossível entender o papel desses agentes na Segurança Internacional.

A vista disso, podemos identificar a forma como uma das categorias do ato de fala se encaixa nesta análise. A partir do o ato de fala assertivo (ONUF; KUBÁLKOVÁ; KOWERT, 1998), que informam os agentes sobre como as coisas são e funcionam, pode-se notar que no caso da Colômbia, todos os agentes envolvidos tinham a noção de como operar em um cenário de conflito interno. A Airscan foi basicamente criada para lidar com esses tipos de conflitos, primeiramente sabendo de como os guerrilheiros agiam para lutar contra as grandes empresas e a imposição policial do governo colombiano, bem como a força policial colombiana foi instruída a se opor a quaisquer movimentos que não condiziam com a conduta social idealizada pelos governos nacionais. Ainda assim, em outro nível, os EUA e o Governo da Colômbia tinham conhecimento que, apesar da força estatal e privada, existiam forças contrárias que buscavam combater o monopólio do poder estatal.

Ainda sobre o ato de fala assertivos, ele “inform them [os agentes] what consequences are likely to follow if they disregard this information”<sup>80</sup> (ONUF; KUBÁLKOVÁ; KOWERT, 1998. p. 67). Portanto ao entender a conjuntura do cenário apresentado no capítulo anterior, Os EUA e a Colômbia, sabiam que se não criassem medidas de proteção contra essas forças contrárias, acabariam tendo perdas de poder, autoridade e perdas econômicas. Essa interpretação não está longe do caso do Peru, pois, tanto o governo peruano, quanto o governo estadunidense tinham noção que na região em questão havia diversos problemas relacionados ao tráfico, dos quais poderiam causar os mesmos problemas para as partes. Então ao ter conhecimento desse cenário, as partes sabiam da necessidade de utilizar dessas informações para criar medidas de proteção, das quais, como apresentado, seriam a própria contratação da AVC e da força aérea peruana.

---

<sup>80</sup> “Informá-los [os agentes] quais as consequências que podem advir se desconsiderarem essa informação” (ONUF; KUBÁLKOVÁ; KOWERT, 1998. p. 67. Tradução nossa).

Apesar que, o fornecimento de informações não é ser algo normativo, as instruções do que deve ser feito com elas é, assim “agents always know what they should do because the rule tells them something useful about their relation to the world”<sup>81</sup> (ONUF; KUBÁLKOVÁ; KOWERT, 1998, p. 23). Então, dessa forma, independente da missão dada para as empresas, elas ainda agiriam da forma com que a acham necessárias naquela situação. No caso da *Aviation Development Corporation*, lhe foi dada uma missão apenas para rastrear e detectar aeronaves suspeitas, mas no dia do ocorrido, suas ações foram além das regras inicialmente impostas. Assim como no caso da Airscan, na qual seu contrato fazia menção ao monitoramento dos movimentos de guerrilhas, porém no decorrer do incidente, o avião da empresa além de ir contra as normas internacionais de direitos humanos, o helicóptero bombardeou uma vila.

Além de tudo, essas empresas foram essenciais para que os incidentes ocorressem, através do movimento de securitização, o qual se define por um, segundo Buzan, Wæver e Wilde (1998, p. 25) “discourse that takes the form of presenting some-thing as an existential threat to a referent object”<sup>82</sup>. Esse movimento é detectado, no caso da Colômbia, quando a Airscan afirma ter identificado guerrilheiros, que tinham sequestrado os soldados, na vila de Santo Antônio. Ao fazer essa afirmação a Airscan se torna o agente securitizador principal deste caso, pois a partir de seu posicionamento privilegiado e de suas declarações, que todo o plano foi construído e executado depois. No caso do Peru, a Empresa *Aviation Development Corporation*, fez o mesmo ao interceptar a aeronave missionária como uma possível nave de tráfico.

Fazendo essa investigação, fica perceptivo a relevância de tratar esses assuntos com a visão multisetorial da escola de Copenhague. Como aponta Buzan, Wæver e Wilde (1998), a análise de segurança internacional deve ter essa característica multisetorial, pois nenhum setor examinado separadamente pode fornecer uma análise completa de segurança. Para estudar a atuação dessas empresas, entende-las de diferentes ângulos é crucial, visto que apesar de estarem diretamente e visualmente ligadas ao setor militar, elas funcionam numa lógica completamente política, pois lidam com interesses políticos de governos e seus próprios, bem como surgem e se fortalecem em um ambiente econômico, sendo motivada a fornecer todos os tipos de serviços para todos os tipos de contratantes, buscando sempre a maximização de lucro.

---

<sup>81</sup> “Os agentes sempre sabem o que devem fazer porque a regra lhes diz algo de útil sobre sua relação com o mundo” (ONUF; KUBÁLKOVÁ; KOWERT, 1998, p. 23. Tradução nossa).

<sup>82</sup> “Discurso que assume a forma de apresentar algo como uma ameaça existencial a um objeto referente” (Buzan, Wæver e Wilde (1998, p. 25. Tradução nossa).

Da mesma maneira, partindo dessa visão mais orientada e individualizada pelo mercado, ou melhor, pelo setor econômico, os agentes são responsáveis por sua própria segurança, tanto em termos de comportamento quanto em provisões para sua própria proteção (O'MALLEY; PALMER, 1996; LOADER, 1999), pois sua visão sobre a segurança é baseada na possibilidade de riscos. Neste caso, o risco não será sinônimo de perigo, e sim de prevenção (ERICSON; HAGGERTY, 1997). Portanto, adotando o risco como maneira de se abordar segurança, as empresas de segurança privada conseguem implantar medidas de modo eficaz, tanto quanto agentes públicos de segurança, e conseqüentemente expandem seu campo de ação, contribuindo para uma possível condição para o surgimento de novas estruturas transnacionais de segurança (ABRAHAMSEN; WILLIAMS, 2009).

Nessa perspectiva, diferentemente da grande parte da literatura do objeto de estudo, como apresentado no primeiro capítulo desta dissertação, Abrahamsen e Williams (2009) acreditam que o crescimento das ESP não indica diretamente uma erosão do Estado, em vez disso, há rearticulação das distinções e relações públicas/privadas e globais/locais com o que chamam de Misturas Globais de Segurança (tradução nossa), ou seja, nessas misturas a segurança é moldada e influenciada por novas ordens normativas além do Estado-nação e pelo crescente poder de atores privados que interagem com o Estado a tal ponto que, muitas vezes, é difícil determinar onde o público termina e o privado começa.

De fato, ao vincular esse pensamento com a visão multissetorial da escola de Copenhague, podemos interpretar que as ESP se tornam estruturas corporativas com recursos suficientes para causar impactos de escala global em seus setores de ação, evidenciando uma mudança política e militar na forma de se entender os conflitos atuais. À vista disso que se torna necessário abordar as elites de segurança e seus públicos (audiência).

Primeiramente, para identificar as elites de segurança, o autor dá exemplos de entidades que podem fazer parte delas:

These might be parliaments which have to approve and/or authorize funding for a military commitment, groups of decision-makers within the government which have the authority to co-determine the issue, public opinion which might hold strong views for and against the security claim, or experts and alliance partners whose consent is required to approve securitization measures<sup>83</sup> (ZIMMERMANN, 2017, p. 5).

---

<sup>83</sup> “Estes podem ser parlamentos que têm de aprovar e / ou autorizar o financiamento de um compromisso militar, grupos de tomadores de decisão dentro do governo que têm autoridade para co-determinar a questão, opinião pública que pode ter opiniões fortes a favor e contra a reivindicação de segurança, ou especialistas e parceiros de



Nesse ponto, é possível cometer um equívoco. Ao analisarem os casos das atuações das ESP, muitos olhares tendem a ter uma visão tradicional deles, em outras palavras, buscam entender qual a relação dessas empresas com o papel do Estado. Lógico que grande parte disso se dá pela força das teorias *mainstream*, bem como pela própria vasta literatura deste objeto de estudo, baseada nessa interpretação estadocêntrica. Nesta pesquisa, ao abordar uma visão expansiva da securitização, bem como adotar um enfoque da atuação dessas empresas nos ocorridos, o motivo e o agente da contratação são deixados de lado. Visto que este não é o objetivo central desta dissertação.

Ao esclarecer isto, busca-se perceber, que nos casos adotados, o agente que faz a reivindicação de segurança são as empresas. No caso da Colômbia, durante a reunião da Empresa com as forças armadas colombianas, no quartel general da Ocidental Petroleum's Caño Límón, que tinha o objetivo de apresentar informações para que um plano de ação seja formado, a Airscan, ao apontar provas em vídeo, de guerrilheiros que, segundo eles, podiam ser vistos na cidade, misturando-se a civis (DUNNING; WIRPSA, 2004), eles estariam fazendo a primeira reivindicação de segurança. Logo após isso, os pilotos da empresa, reafirmaram elação – mesmo com suas incertezas – enquanto executavam o plano, como pode ser visto nas falas de Joe Orta: “I have a group of persons here, but they are all civilians, I cannot see any [...] all these people appear to be civilians here. They changed, they all changed clothes, that is the problem we have here, these guys have gone into the house and changed clothes”<sup>84</sup> (CIDH, 2011).

É claro que neste contexto o papel da audiência seria crucial. De acordo com Edelman (1998), pode-se argumentar que o sucesso da securitização pode depender da capacidade do ator securitizante de se identificar com os sentimentos, necessidades e interesses do público. Quando se trata de casos onde há um histórico de conflitos, como no da Colômbia, a luta das forças armadas contra as guerrilhas existia há anos, esse processo de tratar com sentimentos e interesses da audiência é mais acessível. Além do mais, esses agentes securitizadores desenvolvem “maps of target populations based on both the stereotypes (of the referent subject)

---

aliança cujo consentimento é necessário para aprovar medidas de securitização” (ZIMMERMANN, 2017, p. 5. Tradução nossa).

<sup>84</sup> “Eu tenho um grupo de pessoas aqui, mas são todos civis, não consigo ver [...] todas essas pessoas parecem ser civis aqui. Eles trocaram, todos trocaram de roupa, esse é o problema que a gente tem aqui, esses caras entraram em casa e trocaram de roupa” (CIDH, 2011. Tradução nossa).

they themselves hold and those they believe to prevail among that segment of the public likely to become important to them”<sup>85</sup> (SCHNEIDER; INGRAM, 1993 apud BALZACQ, 2011, p. 9).

Apesar de não ser o foco dessa dissertação, aqui pode ser importante levantar a ideia dos estereótipos raciais e culturais, tendo em vista que ambos pilotos eram cidadãos dos Estados Unidos.

Com efeito, o agente securitizante é sensível a dois tipos de apoio, formal e moral (ROE, 2008). Todavia, eles podem ser congruentes ou não, no entanto, quanto mais concordarem, maior a probabilidade de a questão pública ser securitizada com sucesso (BALZACQ, 2011). Essa visão fica clara em “acceptance (and rejection) might be a legal and formal step, or it might consist of informal consent and moral support” (ZIMMERMANN, 2017. p. 5).

Retomando o caso da Colômbia, durante a reunião das partes para formular um plano, deve se entender que nenhum documento é capaz de informar exatamente tudo que foi dito naquele espaço. Porém ainda pode ser feito inferências a partir de outras fontes para que esse assunto seja bem apresentado. A partir disso, como se sabe, os pilotos da Airscan apresentaram um plano de ação, no qual afirmava que os guerrilheiros haviam se escondido na vila de Santo Antônio e lá se camuflado entre os moradores.

Para que a ação fosse executada, mínimo de um consentimento deve ter acontecido da parte das FAC, visto que, a ESP “frequently provided intelligence on guerrilla patrols and helped pick out targets, [...] and even celebrated kills when an air force pilot successfully blew up a guerrilla squad”. [...] said one of the Colombian military helicopter's crew members”<sup>86</sup> (MILLER, 2002). Sendo assim, é perceptível o papel em que a Airscan empregava nessas situações, a empresa era um agente confiável para sua audiência, no caso a FAC.

De fato, essa posição é confirmada por esses militares colombianos, como mostra a investigação de Miller (2002): “‘If there were confrontations between the army and guerrillas, they were always there’, the crew member said, referring to AirScan. ‘They were our eyes’”. Isto posto, fica claro a relevância da Airscan para esse processo de securitização, ainda mais que, uma vez que a empresa consegue dar seguimento a suas medidas securitizadoras, sua legitimidade durante todo resto do processo está garantida, afinal, um desfecho bem-sucedido

---

<sup>85</sup> “Mapas de populações-alvo baseados tanto nos estereótipos (do assunto referente) que eles próprios possuem e naqueles que eles acreditam prevalecer entre aquele segmento do público que provavelmente se tornará importante para eles” (SCHNEIDER; INGRAM, 1993 apud BALZACQ, 2011, p. 9. Tradução nossa).

<sup>86</sup> “Frequentemente fornecia inteligência sobre patrulhas de guerrilha e ajudava a escolher alvos, [...] e até celebrava mortes quando um piloto da Força Aérea detonava com sucesso um esquadrão de guerrilha”. [...] disse um dos tripulantes do helicóptero militar colombiano” (MILLER, 2002. Tradução nossa).

do espectro da securitização é marcado pela capacidade das elites políticas de implementar medidas de emergência sem a necessidade de legitimar ainda mais suas ações (WATSON 2009).

No caso do Peru, a dinâmica é levemente alterada. Como apresentado no segundo capítulo da presente dissertação, o primeiro indício da reivindicação toma início quando a aeronave Cesna, da ADC, detecta o avião missionário pela fronteira do Brasil, rumo ao espaço aéreo peruano, que não foi reconhecido imediatamente como sendo o avião decolado da Islândia, logo, instantaneamente a aeronave da ADC passa a considerar o avião da família Bowers como uma aeronave de interesse, ou seja, suspeita, dando sequência a uma aproximação na tentativa de identificar a aeronave, como pode ser visto na citação abaixo:

At 9:57 a.m., after some observation, the Citation pilots decided to not approach OB1408<sup>87</sup> any closer in order to visually acquire the aircraft's registration number on the tail, worrying that a closer approach may alert the OB-1408 and cause it to escape into Brazilian airspace, thus prohibiting further pursuit. On the video (screenshot below) the Citation pilot is heard saying “you know, we can go up and attempt the tail number, but the problem with that: if he is dirty and he detects us, he makes a right turn immediately and we can't chase him<sup>88</sup>. (BOSWELL, 2019. p. 70).

Enquanto o *Citation* analisava sua manobra, as forças aéreas peruanas já tinham sido alertadas pelo tripulante da aeronave da ADC, e faziam a consulta no centro nacional de defesa aérea em Lima, bem como em todos os órgãos responsáveis por planejar as viagens nesta região, e como esperado, foi reportado que não havia nenhum registro de voo naquela região, conseqüentemente o *Citation* confirma o OB1408 como um aeronave suspeita, logo a reivindicação de segurança foi concretizada. No entanto, será se essa reivindicação poderia ser feita por outro agente? Porque, tecnicamente, a participação da ADC neste caso deveria apenas de ver identificação e assim a força aérea peruana pudesse tomar as devidas medidas.

Entretanto, na prática, o processo securitizador é estruturado pela capacidade diferencial dos agentes de fazer reivindicações socialmente eficazes sobre ameaças, pelas formas em que essas reivindicações podem ser feitas para ser reconhecido e aceito, como convincente pelas autoridades competentes, pelo público e pelos fatores ou situações empíricas com os quais esses

---

<sup>87</sup>Código dado ao tipo de aeronave referente ao avião missionário.

<sup>88</sup> “Às 9h57, após alguma observação, os pilotos do Citation decidiram não se aproximar do OB1408 para obter visualmente o número de registro da aeronave na cauda, temendo que uma aproximação mais próxima possa alertar o OB-1408 e fazer com que ele escape para dentro Espaço aéreo brasileiro, proibindo assim novas buscas. No vídeo (screenshot abaixo) ouve-se o piloto do Citation dizendo “sabe, podemos subir e tentar o número da cauda, mas o problema com isso: se ele está sujo e nos detecta, ele vira à direita imediatamente e nós não posso perseguilo” (BOSWELL, 2019. p. 70. Tradução nossa).

agentes podem fazer referência (WILLIAMS, 2003). Então, nem todas reivindicações podem ser efetivas, e nem todos os agentes têm o poder o suficiente para fazê-las. Sendo assim, a ADC foi colocada nesta posição de prestígio por ter diversos dispositivos tecnológicos para o trabalho, bem como pela sua relação histórica com as elites de segurança, portanto “when the right actor invokes the right threats under the right conditions to the right audience, the results should reflect a greater willingness to place authority”<sup>89</sup> (VULTEE, 2011, p. 84).

Nessa ocasião, essa posição da empresa também vai influenciar o processo de aceitação da audiência. Não é à toa que o contexto e a posição do agente securitizador sempre esteve em destaque em todas as abordagens dos estudos da securitização. A partir deste fato, Huysmans (1999, p. 501) comenta que “cultural-historical interpretation of the rhetorical structure [of securitization] would reduce a tendency to universalise a specific logic of security since how security is understood in different locations is based on specific cultural and historical experiences”. Por este motivo que a dinâmica do caso do Peru, é diferenciada, pois não está condicionada a fatores mais explícitos, como no caso da Colômbia.

Dessa maneira, no caso do Peru, o contexto vai servir como uma ferramenta analítica para entender o processo de aceitação da audiência. Logo, duas particularidades do contexto devem ser levantadas, a primeira delas, contexto próximo<sup>90</sup>, faz referência as características imediatas a interação, ou seja, em um ambiente micro, diferente do contexto dial<sup>91</sup>, que refere-se a um ambiente macro, isto é, contexto sociocultural mais amplo em que está inserido: questões de classe social e etnia, contextos regionais e culturais (HARDY; HARLEY; PHILIPPS, 2004; BALZACQ, 2009; NEERGAARD; ULHOI, 2007).

Assim sendo, no caso em questão, a Empresa ADC se encontrava em um ambiente onde, a cultura histórica era formada pela luta constante na tentativa de cessar o narcotráfico. Então nessa conjuntura, não só as ESP, mas outros agentes como a PAF, constantemente tem que lidar com casos de aeronaves não identificadas, ou outras formas de insurgências, das quais sempre acabam adotando um protocolo de ação. Primeiro vem a detecção, em seguida interceptação, e por fim, a fase do abate (USSELER, 2008).

Contando com que esse protocolo seja reforçado em toda ocasião, a própria dinâmica vira um ciclo vicioso, onde nele, estão impostos todos os estereótipos de identidade envolvidos

---

<sup>89</sup> “Quando o ator certo invoca as ameaças certas nas condições certas para o público certo, os resultados devem refletir uma maior disposição para colocar autoridade” (VULTEE, 2011, p. 84. Tradução nossa).

<sup>90</sup>Do original: Proximate context (HARDY; HARLEY; PHILIPPS, 2004).

<sup>91</sup>Do original: *Dial Context* (BALZACQ, 2009).

nessas ações, como o link entre nacionalidade e inferioridade, e nacionalidade e criminalidade. Ainda dentro deste ciclo estão todos os elementos de interação imediata dos agentes com o objeto referente. Inicialmente a forma como o avião da ADC tratou a negociação com os órgãos referentes a central de tráfego aéreo, mostra como processo coercivo do agente securitizado funciona.

Ao reportar e demandar informações sobre a aeronave missionária, a ADC pressiona uma resposta imediata, instigando uma característica emergencial no assunto. Neste momento as entidades responsáveis não dão uma resposta concreta sobre as informações demandadas, piorando ainda mais a negociação, além claro da péssima comunicação entre as partes, onde as PAF descrevem a aeronave de um jeito em espanhol e os pilotos do *Citation* aparentam não entender e descrevem a aeronave de uma outra forma. Este fato, é intensificado quando a aeronave passa a chegar perto da fronteira, como, citando os pilotos destaca Boswell (2019, p. 72), “the Citation pilot reported to the U.S. Coordinating Officer at the VI RAT that the detected aircraft “detoured two or three miles toward Brazilian territory for approximately ten minutes before re-entering Peruvian airspace”.

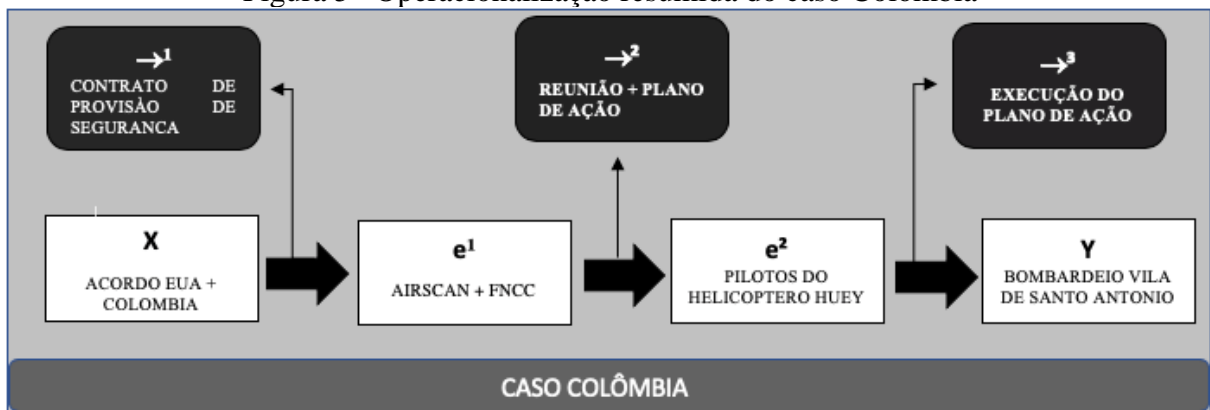
Resumidamente, a imposição de respostas e medidas emergenciais é um dos mais importantes aspectos da securitização. A importância crítica compartilhada de uma questão marcada pelo imperativo de agir constitui condições necessárias e suficientes para a securitização (BALZACQ, 2011). Dessa forma, a partir do histórico da relação da ADC na luta conjunta contra o narcotráfico, a empresa passou a ter maior voz dentro dessa região, sem contar com todos os esforços internacionais para tal. Portanto a ADC adota uma maior facilidade em ações coercivas e autoritárias, sendo exatamente por isso que a audiência em questão foi facilmente aceita.

Sobre essa facilidade, Paulo Pereira utiliza da expressão condições facilitadoras, a qual representa “condições políticas, históricas e sociais sob as quais determinados assuntos puderam ser securitizados, ou melhor, tiveram maior probabilidade de serem aceitos por substantivos grupos sociais [audiência]” (PEREIRA, 2011, p. 68). Nesta fala, fica mais claro a dinâmica descrita acima, em relação ao papel empregado pela empresa ADC e sua ligação com os outros agentes da securitização.

## 5.5 Influenciadoras ou executantes? Comparação de casos e a consequência da atuação das ESP

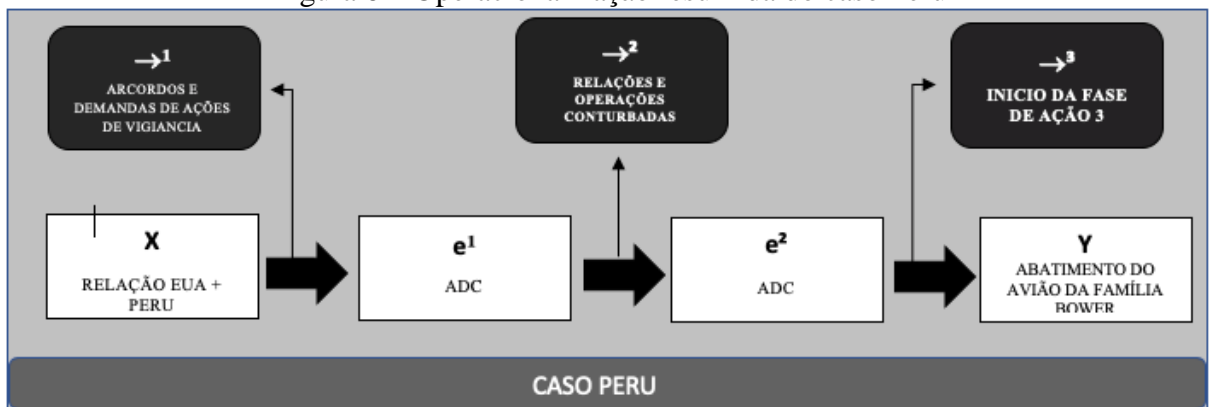
Para melhor aplicar a comparação dos casos, será necessário retomar para o plano do esboço causal, diante disso, abaixo estarão as uma operacionalização resumida do mecanismo causal (figura 5 e 6).

Figura 5– Operacionalização resumida do caso Colômbia



Fonte: autoria própria, 2020.

Figura 6 – Operacionalização resumida do caso Peru



Fonte: autoria própria, 2020.

Inicialmente, é perceptível a semelhança entre ambos mecanismos causais, isso se dá por dois motivos: primeiro advém da escolha de casos, onde, além de se aplicarem ao questionamento levantado pela teoria estudada, ambos os casos tinham: i) agentes securitizadores em comum: no caso, a Airscan e a ADC, tinham contratos relativamente similares, tecnicamente, as empresas deveriam fazer buscas, levantar informações, fazer análises dessas informações e prestar apoio regional pela ação de vigilância e detestação de ameaças; ii) os tipos de grupos da audiência: nos dois casos, a audiência se referia a agentes

que já estavam inseridos em dinâmicas semelhantes com os agentes securitizadores; iii) o número de atividades causais: cada um contendo três atividades causais.

Segundo motivo, a percepção particular do pesquisador. Ao se debruçar desde a graduação a esse objeto de estudo, possivelmente, pude adotar um método de identificar casos que fazem parte de uma categoria específica de atuação das ESP. Isso porque, pelo fato de que ao analisar os diferentes serviços prEstados por essas empresas, foi concebível interpretar uma certa familiaridade de ação das empresas dependendo da sua categoria de serviços. No caso da Colômbia e do Peru, ambas empresas estavam inseridas em uma categoria de serviços de inteligência, tais como: coleta de informação, análise de dados, vigilância regional e percepção de ameaças.

Dessa forma, a aplicação de um esboço causal único, se tornou mais exequível, na medida com que essas similaridades estavam em jogo. Isto posto, a análise de ambos os casos seria feita em um nível equivalente, como será visto a seguir.

Preliminarmente, a identificação da securitização como um mecanismo causal se torna essencial, visto que a securitização propôs uma série de movimentos conceituais que forneceram uma próxima etapa na discussão em andamento sobre a melhor forma de entender segurança (GUZZINI, 2011). Dessa forma, deve-se entender mecanismos como “frequently occurring and easily recognizable causal patterns that are triggered under generally unknown conditions or with indeterminate consequences” (ELSTER, 2007, p. 36). Tendo essa concepção como base, Guzzini (2011) evidencia que a análise de securitização pode ser direcionada ao entendimento do porquê certos movimentos podem ser esperados em um discurso de segurança, ou do porquê esses discursos podem encontrar um público receptível, bem como o porquê de certos complexos de ação podem ser seguidos.

Essas inferências só podem ser analisadas se a securitização for entendida o como um mecanismo causal, se opondo ao entendimento inicial da securitização sobre o ato de fala e sua conceituação causal. Tendo isso em vista, a conexão entre a utilização da teoria e o método fica mais compreensível.

Como mostra no caso do Peru e da Colômbia, a linguagem em um modo geral é crucial para o processo de securitização. Seja ela em um primeiro âmbito funcionando como um dispositivo criador de realidades. Logo, de como realidade social resulta em práticas discursivas que constituem as identidades e interesses dos agentes (FINNEMORE; SIKKINK, 2001). Os dois casos, tem isso em comum, onde através de uma relação histórica de cada agente não só

como eles agem no sistema, mas também como são vistos por outros, suas identidades são formadas.

Se tratando de ESP no geral, sua atuação em diversos conflitos, lhe promoveu como um agente ligado diretamente a questões de guerra, assim como outros agentes, como Estados, imprensa os reconhecia pelo mesmo fator, reagindo a atuação da forma linear a identidades delas. Como exemplo, no caso da Colômbia, a empresa Airscan foi criada a partir da relação das partes (EUA e Colômbia) ao lidar com um objeto em comum, no caso o narcotráfico. Da mesma maneira, no caso do Peru, a ADC, foi escolhida pelos agentes envolvidos, como a CIA, governo dos EUA e as forças peruanas, pelo seu papel (identidade) em outras ocasiões similares. Bem como, a ADC foi definindo seus interesses tendo essa conjuntura como essência.

Em um segundo âmbito, a linguagem funcionando em um nível mais literal, isto é, como um instrumento de interação entre os agentes. No caso da Colômbia, os dois pilotos e principais agentes do processo de securitização do caso, eram norte-americanos, ou seja, eram fluentes em inglês. Tecnicamente todos os agentes que trabalhavam naquela região deveriam ter conhecimento da língua espanhola para não dar margem de erro para interpretação erradas. Porém neste caso, apenas um deles tinha conhecimentos básicos da língua espanhola, Joe Orta, o responsável pela comunicação entre o tripulante Denny, atribuído de reconhecer, detectar e analisar ameaças, e as forças aéreas colombianas, responsáveis por executar ordens dos pilotos da Airscan.

Fundamentado por Huysmans (2002), as críticas voltadas para o papel da linguagem no construtivismo, aponta argumentos importantes para entender o funcionamento desse problema supracitado. Segundo o autor, falar ou escrever sobre um problema [de segurança] tem uma capacidade integradora, pois permite conectar fatores isolados a um significado maior (HUYSMANS, 2002). Dando continuidade, o autor fala da qualidade construtiva da linguagem e dos enunciados:

First, social constructivism moves away from the idea that utterances are primarily a representation of an extradiscursive reality. The sentence “drugs are a major security problem in our cities” is not the same as “an apple falls from a tree”; it also has a performative force: “security is not of interest as a sign that refers to something more real; the utterance itself is the act”<sup>92</sup> (HUYSMANS, 2002, p. 45).

---

<sup>92</sup> Em primeiro lugar, o construtivismo social se afasta da ideia de que enunciados são principalmente uma representação de uma realidade extradiscursiva. A frase “as drogas são um grande problema de segurança em nossas cidades” não é o mesmo que a fala em “que uma maçã cai de uma árvore”; tem também uma força



Nesse sentido, ao apontar e declarar um problema, como no caso da Colômbia, quando a Airscan apresenta a movimentação da guerrilha na cidade e a confirma. Diversos dispositivos envolvendo um histórico de combate ao narcotráfico e ao terrorismo local, imediatamente são resgatados, ocasionando numa maior aceitação do discurso securitizador. Do mesmo modo, no caso do Peru, a empresa ADC, além de anunciar uma aeronave não identificada, e ainda reforçar diretamente respostas emergentes sobre o objeto, dá nada menos que pouco espaço crítico para os outros agentes do processo, restando assim uma reação baseada em todos os dispositivos conjunturais a esse ideia das consequências do não consentimento.

Não obstante, ainda sobre esse caso, o diálogo das forças aéreas ao Citation, retratado durante a negociação entre a ADC e as entidades responsáveis pelo tráfico aéreo confirmam esse argumento da performatividade da linguagem, pois “no intelligence indicating the presence of a narcotraffickers” e ainda que “the crew [US Citation] did not clearly understand the Spanish message, or simply that they were not paying attention to the HNR communications. (BOSWELL, 2019, p. 70). Dessa forma, apesar de todos indicativos denunciando a interpretação errônea da natureza perigosa da aeronave missionária, o plano teve continuidade, pois era de interesse do agente securitizador, em razão de que, quando se fala de segurança:

The analysis shows how others or outsiders are not natural enemies but become enemies because of the way the nationalist discourses construct history [...] Crucial for the author’s distancing from the dominant discourse is that the work articulates how a discursive construction that retrospectively looks as it was the natural or necessary way for things to develop is actually contingent (HUYSMANS, 2002, p. 50).

Desse modo, a qualidade crucial desse do poder da linguagem, está na suposição de que não há nenhuma representação da realidade social que seja neutra ou natural, assim, conseqüentemente para essa representação se tornar verdade, ela precisa silenciar outras representações alternativas. Para isso – retomando a discussão sobre identidades – as ESP precisam estar em um estágio onde podem fazer essas reivindicações de verdades e ter sucesso nelas.

Esse prestígio se dá através de diversos elementos como já comentado no tópico anterior, mas o mais importante neste caso é a capacidade do agente de securitizador de definir o objeto de segurança e conseguir a sucesso da securitização. Como argumenta Balzacq (2011, p. 27), “to analyze security utterances discursively is to account for their capacity to bring about

---

performativa: “a segurança não interessa como signo que remete para algo mais real; o enunciado em si é o ato. (HUYSMANS, 2002, p. 45. Tradução nossa).

something desired (and sometimes unintended) by the speaker”. Em ambos os casos, observando diretamente na atividade causal ( $\rightarrow^2$ ) a tentativa de persuasão do agente securitizador (Airscan, no caso da Colômbia; ADC, no caso do Peru) em conseguir articular em como o objeto referente precisava de medidas em direção a esse objeto (no caso da Colômbia, a vila de Santo Antônio; no caso do Peru, o avião da família Bowers) (foto 1).

Foto 1 – Família Bowers no Peru em 2001



Fonte: El Comercio (2001 apud BOSWELL, 2019).

Em termos da lógica de persuasão, a securitização é um procedimento significativo realizado por meio do uso argumentos estratégicos usando impulsos linguísticos, que buscam estabelecer um desenvolvimento em particular como foco intersubjetivo para a organização do reconhecimento e da ação (BALZACQ, 2011). Nesse sentido, vê-se claramente esses argumentos sendo expelidos pelos agentes da securitização, no caso da Airscan, os pilotos evidenciam fatores necessários para uma melhor abordagem, quando Joe Orta diz em espanhol: “Ok, Cesar [Hunter], there are a lot of planes - we are going to control this”<sup>93</sup> (MILLER, 2003). E quando o outro tripulante da aeronave da Airscan, Gomez decide “that the only way to protect the troops is to call in a ‘Beta’, air force terminology for a rocket or cluster bomb attack” (MILLER, 2003).

Ainda assim no caso do Peru, a mesma dinâmica é repassada pelos pilotos do ADC, dos quais quando requisitados pelas autoridades americanas se existiam alguma comunicação em andamento sendo feita com a aeronave suspeita, a resposta da ADC foi que “he did not have

<sup>93</sup> “Ok, Cesar [Hunter], tem muitos aviões - vamos controlar isso” (MILLER, 2003. Tradução nossa).

that information regarding the internal Peruvian communication flow”<sup>94</sup> (BOSWELL, 2019, p. 72). Sendo que no vídeo gravado pela própria aeronave da ADC, é possível ouvir tanto as PAF, quanto os órgãos peruanos de tráfego aéreo, tentando se comunicar com o avião missionário, principalmente quando é iniciado o tiroteio, é possível ouvir a voz do piloto do avião missionário e da torre de tráfico aéreo conversando.

Adotando dessas estratégias, os agentes securitizadores, ou seja, as ESP privadas, conseguiram dar continuidade ao processo de securitização. O maior aspecto dessa argumentação é que essas empresas inicialmente só tinham ordens para cumprir tarefas iniciais, como detecção de ameaças, e por todos os elementos já discutidos, como posição de prestígio, poder de persuadir e aceitação da audiência, conseguiram ir além de seus contratos, passando a demonstrar muito mais da sua capacidade.

Essa capacidade pode ser interpretada aqui como competência linguística, a qual a partir dos fundamentos de Balzacq (2011), refere-se ao “power of security utterances derives from the social position of the speaker; but I add that language has an intrinsic force that rests with the audience’s scrutiny of truth claims, with regard to a threat, being made by the speaker”<sup>95</sup>. Com efeito, tendo em mente o desenrolar dos casos aqui utilizados, é válido afirmar que ambas ESP estudadas nessa dissertação tem uma grande competência linguística nesse ambiente de sua atuação. Em especial por ter alcançado legitimar suas ações para que o objeto de referência da securitização fosse destruído, logo garantindo a aceitação de sua audiência.

Nesse sentido, para entender as consequências da atuação dessas empresas, é válido ressaltar a contribuição da Anna Leander, a principal fonte da problemática desta dissertação. A partir disso, ao analisar o impacto da utilização dessas empresas para o entendimento de segurança, Leander (2005) argumenta que, o uso dessas empresas mudou a localização de poder, antes entendido como totalmente estatal, no âmbito da segurança internacional. Assim, para capturar toda a extensão do poder das ESP, é necessário ir além o cenário formal de tomada de decisão. A análise precisa incluir os efeitos indiretos que o uso das ESP pode ter sobre os interesses de outros atores, influenciando sua compreensão de segurança (LEANDER, 2005, p. 811).

---

<sup>94</sup> “Ele não tinha essa informação sobre o fluxo da comunicação interna peruana” (BOSWELL, 2019, p. 72. Tradução nossa).

<sup>95</sup> “O poder das declarações de segurança deriva da posição social do falante; mas acrescento que a linguagem tem uma força intrínseca que depende do escrutínio do público das afirmações da verdade, no que diz respeito a uma ameaça, feita pelo falante” (BALZACQ, 2011. Tradução nossa),

Essa compreensão está relacionada com a ideia de que as dimensões de poder estão na capacidade de estabelecer a agenda antes de depois da tomada de decisão (BACHARACH; BARATZ, 1970). Sendo assim “Private firms not only provide, but also analyse intelligence. Private translators, analysts and ‘interrogators’ are hired, as illustrated by the involvement of Titan and CACI in Abu Ghraib”<sup>96</sup> (LEANDER, 2005, p. 813). Dessa forma, as empresas têm ligação direta com a produção de discursos de segurança. Assim tendo poder de influenciar nas estruturas de segurança.

Portanto, a hipótese desta dissertação se confirma, na forma de que foi apresentado argumentos que mostram como as ESP nos casos descritos, além de identificar, também constroem o entendimento de ameaça, logo de segurança, dos agentes envolvidos. Conseqüentemente, a atuação dessas empresas busca não somente executar serviços estabelecidos em contratos com países e outras organizações. Mas sim, vai além, ao influenciar a percepção da audiência e dos agentes secundários do processo, as ESP passam a moldar o entendimento de segurança dos agentes presentes. No caso da Colômbia, a Airscan, coletou dados e informou as entidades ali presentes qual seria seu alvo, utilizando de todos os elementos emocionais e históricos para resgatar uma emergencialidade no plano de ação, o qual foi operado pela mesma.

Da mesma forma, no caso do Peru, a ADC, ao identificar um objeto e caracterizar ele como uma ameaça, usou de todos seus argumentos estratégicos para consagrar o fim do processo securitizador. Nesse sentido, levando em consideração, que em ambos os casos, todos os componentes necessários para um processo de securitização ser um sucesso foram atendidos, ocasionando no sucesso da securitização.

---

<sup>96</sup> “As empresas privadas não apenas fornecem, mas também analisam inteligência. Tradutores, analistas e ‘interrogadores’ privados são contratados, conforme ilustrado pelo envolvimento da Titan e do CACI em Abu Ghraib ”(LEANDER, 2005, p. 813. Tradução nossa).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de segurança privada, apesar de sua visão tradicional inicial, têm contribuído muito para as novas abordagens de segurança. Primeiramente ao entender que grande parte da segurança não está relacionada apenas a questões militares, os autores passam a dar oportunidade nos estudos para uma abertura na abrangência de análises.

Para isto, o papel da escola de Copenhagen foi essencial. Wæver e Buzan foram os principais responsáveis, nesse sentido, pois influenciaram os estudos de segurança internacional a entender que os problemas de segurança advêm de diversos setores, assim como as análises de segurança devem compreender esses setores a partir de uma perspectiva integradora. Conseqüentemente, as entidades envolvidas no processo de segurança vão para além do Estado. Dessa forma, os estudos da securitização ajudaram a afirmar essa concepção, indicando que a segurança está relacionada a identificação de um objeto de referência e todo os elementos do processo securitizador, como a aceitação da audiência e o contexto.

Sendo assim, a contribuição de autores como Balzacq e Guzzini foram primordiais para ir além dos limites conceituais impostos pela teoria da securitização. Sem essa contribuição, o resultado almejado para essa dissertação seria inalcançado, pois para se entender como o processo de securitização se deu nos casos abordados, a argumentação do papel da audiência e o contexto em que os agentes securitizadores estavam envolvidos era necessária.

Neste caso, ao se tratar de um objeto de segurança referente, o terceiro capítulo foi fundamental para que se entendesse as dinâmicas e tipologia das empresas de segurança privada. A partir disso, foi entendido que essas empresas atuam em cenários conflituosos e tem uma ampla e poderosa gama de serviços. Desde a atuação mais simplificadas como o policiamento e guardas, até uma complexa ação de inteligência, iniciando o pela detecção de ameaças e coleta de informações e finalizando com o controle de ameaças.

Foi de interesse deste trabalho identificar os fundamentos teóricos em torno das relações de poder no campo da segurança. Bem como elucidar esse campo através da teoria da securitização da escola de Copenhague. Também foi alcançado o objetivo de caracterizar as ações das ESP em relação ao setor de segurança atribuindo seus impactos a ele através do fenômeno de casos de coleta de informação e percepção de ameaças.

Em vista disso, este enquadramento teórico, trouxe muitas indagações em relação ao objeto de estudo. Em primeiro lugar, ao pensar segurança de uma perspectiva tradicionalista ou

até mesmo os fundamentos iniciais da escola de Copenhague, não foi possível perceber como alguns agentes influenciam no processo de construção de ameaças, não estando somente atreladas ao Estado. Porém com a expansão conceitual e as revisões teóricas dos autores primários da escola, uma nova interpretação pode ser feita: todos os agentes, se postos em determinadas posições, em um cenário favorecido, podem além, de contribuir, dar início ao processo de securitização. Consequentemente as indagações que levaram a esta pesquisa, foram levantadas, de modo parcial, dessa discussão teórica. Sobre então, os casos utilizados, o da Colômbia e Peru foram escolhidos para que corroborassem a teoria adotada para a análise, ao entender que a segurança é então um fenômeno composto por diversos fatores, como o discurso, audiência, disputa de poder e outros, se torna mais acessível compreender as particularidades e consequências da atuação das ESP.

Dessa forma a primeira conclusão desta dissertação está relacionado ao fato de que as contribuições iniciais dos estudos da securitização não foram suficientes para compreender a complexidade dos casos utilizados. Isto porque, os limites conceituais em relação a relação de poder, audiência e contexto impossibilitavam a apresentação de fatores como a posição de prestígio da empresa Airscan em relação as forças armadas, consentindo a uma forma de hierarquia de poder e ação. Da mesma forma, impossibilitava o entendimento da coerção silenciosa da ADC sobre as PAF e os órgãos de tráfego aéreo peruanos. Por este fato que é perceptível a necessidade de uma expansão conceitual e empírica da teoria da securitização, como já bem iniciada por Balzacq (2011); Guzzini (2011); Bahktin (2009); Stritzel (2011); Williams (2003); Roe (2008); Wirtz (2007) e Zimmermann (2017).

Com intuito de aprimorar a apresentação dos casos, foi utilizado o método do *process tracing*. Ao utilizar esta ferramenta analítica, foi possível ir além da descrição de acontecimentos e fenômenos, tendo como base o estudo de casos. Nesta ocasião, foi exequível selecionar aspectos imprescindíveis para o estudo, e assim criar um diálogo com a teoria da securitização. Ao entender os casos a partir de um mecanismo causal, o processo da securitização ficou mais claro, onde foi identificado exatamente onde o movimento securitizador se encontrava, bem como viável observar como o se deu a negociação da audiência com o agente securitizador neste processo.

Desta forma, também foi possível identificar fatores importantes, como, quando tratado o contexto das atividades causais, as questões ideológicas, históricas, linguísticas e culturais. No caso da Colômbia, foi possível entender como a empresa, por via dos pilotos, identifica as vítimas como insurgentes a partir de uma possível noção racializada e cultural também. Bem

como, no caso do Peru, foi possível entender a complexidade do fenômeno que teve a questão linguística muito forte presente nela, ou seja, afirmando a importância de elementos comunicativos no âmbito da securitização.

Por último, ao utilizar desta ferramenta analítica foi concebível a criação de uma narrativa explicativa dos acontecimentos e das causas do fenômeno. Por consequência desta utilização, o objetivo de analisar de que forma o entendimento de segurança é alterado, ou moldado, foi alcançado.

Sendo assim, a conclusão desta dissertação pode ser vista por 3 aspectos. Primeiro, diz respeito ao papel da linguagem nessa análise. Tanto a identificação de ameaças, quanto as medidas de contenção e proteção necessárias, só são possíveis pela argumentação em relação à urgência de ação (BUZAN; HANSEN, 2012). Sendo assim, a capacidade linguística do agente é primordial para que se tenha poder o suficiente para demandar segurança. Em ambos os casos, se não fosse pela posição e o modo com que as empresas apontam o plano de ação após reivindicar uma ameaça, talvez o processo securitizador nem seria imaginável.

Em um segundo plano, foi comprovado que o papel da audiência foi imprescindível para o processo de securitização nesses casos. Ao identificarem os sentimentos de sua audiência, as ESP conseguiram aumentar o sucesso de seu ato securitizador (EDELMAN, 1998). Quando se trata de combate ao narcotráfico, no caso da Colômbia, as entidades presentes na ação estavam cheias de lembranças de episódios passados, as quais podem implicar diretamente a vontade de abater aquele problema, ao pensar assim, o apoio moral e formal da audiência é quase certo (ROE, 2008; BALZACQ, 2011). No caso do Peru, a capacidade diferencial da ADC de fazer a reivindicação da ameaça em um nível curto, demandando uma urgência da resposta, contribui para a falta de análise da audiência, tendo que recorrer a uma estrutura retórica, entendendo por elementos culturais e históricos as consequências da não aceitação (HYUMANS, 1998).

Assim em um último plano, se encontra a hipótese desta pesquisa, a qual condiz com a afirmação de Leander (2005) sobre o poder de construir entendimentos compartilhados de segurança. Portanto, esta hipótese foi confirmada, a partir da análise dos casos. No caso da Colômbia, a Airscan foi capaz de identificar uma ameaça (a qual não era verdadeira, como comprovado por relatório após o incidente) e ainda assim conseguiu passar esse entendimento para as entidades do processo de securitização e aplicar seu plano de ação, ocasionando o sucesso da securitização. Da mesma forma, no caso do Peru, a ADC conseguiu convencer a PAF de que, apesar das informações que apontavam contra as alegações, o avião de uma família de missionários era de fato um avião, que além de suspeito, era de tráfico de armas. Por

consequência, as empresas conseguiram alterar, influenciar e construir noções/entendimentos de segurança.

Tendo isso em vista, este trabalho foi importante para a literatura do objeto de estudo, ao pensar que aplica uma nova forma de se analisar essas empresas. Entretanto, esse avanço não é final. Ainda há lacunas que precisam ser preenchidas por outras análises, como as questões culturais e raciais estão inseridas neste contexto. Ou, até mesmo se essas empresas contribuem para um reforço de questões generalizadas.



## REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSEN, R.; WILLIAMS, M. C. Security beyond the State: Global Security Assemblages in International Politics. **International political Sociology**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 1-17, 2009. DOI 10.1111/j.1749-5687.2008.00060.x.
- ALENCAR, M. N. Debates dos estudos de segurança internacional e segurança humana: uma breve análise sobre a evolução dos estudos de segurança. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 185-195, mai./ago. 2015.
- ANDERSON, P. **Balço do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARAVENA, F. R. Seguridad Humana: Concepto emergente de la seguridad del siglo XXI. *In*: ARAVENA, F. R.; GOUCHA, M. (ed.). **Seguridad Humana, Prevención de Conflictos y Paz en América Latina y el Caribe**. Santiago: FLACSO Chile/UNESCO, 2002. p. 11-25.
- ARRIGUI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- AUSTIN, J. L. **How to Do Things with Words**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1963.
- AVANT, D. Privatizing Military Training. **Foreign Policy In Focus**, [s.l.], v. 7, n. 6, 2002.
- AVANT, D. **The Market for Force: The consequences of privatizing security**. Cambridge. Cambridge University Press, 2005.
- BACHARACH; P.; BARATZ, M. S. **Power and Poverty: Theory and Practice**. New York: Oxford University Press, 1970.
- BAKTHIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BALZACQ, T. A theory of securitization: origins, core assumptions, and variants. *In*: BALZACQ, T. (org.). **Securitization Theory: How security problems emerge and dissolve**. New York: Routledge, 2011. p. 1-31.
- BALZACQ, T. *et al.* **Security Practices: International Studies Encyclopedia**. Denmark: Robert A. Blackwell, 2010.
- BALZACQ, T. **The External Dimension of EU Justice and Home Affairs: Governance, Neighbours, Security**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- BALZACQ, T. The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. **European Consortium for Political Research**, Londres, v. 11, n. 2, p. 171–201. DOI 10.1177/1354066105052960.
- BARBOSA, R. A. Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil. **Rev. Bras. Polít. Int.**, [s.l.], v. 45, n. 1, p. 72-91, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a03v45n1.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.

BEACH, D.; PEDERSEN, R. B. **Process-Tracing Methods: foundations and Guidelines**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.

BENNETT, A.; CHECKEL, J. T. Process tracing: from philosophical roots to best practices. *In*: BENNETT, A.; CHECKEL, J. T. (ed.). **Process tracing: from Metaphor to Analytic Tool**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BORGES, A. Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa. *In*: Simpósio Nacional de História - Associação Nacional de História (Anpuh), 24., 2007, São Leopoldo, RS. **Anais [...]**. São Leopoldo, RS, 2007. p. 47-62. Disponível em: [https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/05/borges\\_2007\\_desenvolvendo-argumentos-tec3b3ricos-a-partir-de-estudo-de-caso.pdf](https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/05/borges_2007_desenvolvendo-argumentos-tec3b3ricos-a-partir-de-estudo-de-caso.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2020.

BOSWELL, J. B. **A history of the air bridge denial program in Peru: The evolution, errors, and fallout of a covert United States-Peruvian counternarcotics air interdiction program, culminating with the 2001 mistaken shootdown of a missionary plane over the Amazon jungle**. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Pós-Graduação, Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 2019.

BURKE, K. **A rhetoric of motives**, Berkeley: University of California Press, 1955.

BUZAN, B. *et al.* **The European Security Order Recast: Scenarios for the Post-Cold War**. [s.l.]: Pinter Pub Ltd, 1990.

BUZAN, B.; HANSEN, L. **A Evolução nos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: UNESP, 2012.

BUZAN, B.; WÆVER, O.; WILDE, J. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Pub, 1998.

CAMPOS, T. R. Atos de fala; Dimensão da linguagem na construção da política internacional. **Revista de Iniciação Científica de Relações Internacionais**, [s.l.], v. 3, n. 5, p. 60-72, 2016.

CIDH. Informe nº 124/11, caso 11.786. **Comissão interamericana de derechos humanos**, Colômbia, 2011. Disponível em: [www.oas.org/es/cidh/decisiones/archivos.asp#tab2011](http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/archivos.asp#tab2011). Acesso em: 10 jun. 2020.

COLLIER, D. Understanding Process Tracing. **Political Science & Politics**, [s.l.], v. 44, n. 4, p. 823–830, 2011. DOI 10.1017/S1049096511001429.

COSTA, F., WUNDER, R. Guerra Ao Terror: Aspectos ideológicos do contraterrorismo. **Revista Aurora**, Marília, v. 4, n. 1, ago. 2011.

DEBRIX, F. **Language, Agency, and Politics in a Constructed World**. New York: M. E. Sharp, 2003.

DUNIGAN, M. **Victory for Hire: Private security companies' impact on military effectiveness**. Stanford: Stanford University Press, 2011.

DUNNING, T.; WIRPSA L. Oil and the political economy of conflict in Colombia and beyond: a linkage approach. **Geopolitics**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 81–108, 2004. DOI 10.1080/14650040412331307842.

DUQUE, M. G. O papel da síntese da Escola de Copenhague os Estudos da Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 459-501, set./dez. 2009. DOI 10.1590/S0102-85292009000300003.

EDELMAN, M. **Constructing the political spectacle**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

ELSEA, J.; SERAFINO, N. Private Security Contractors in Iraq: Background, Legal Status, and Other Issues. **CRS Report for Congress**, 2004. Disponível em: <https://www.everycrsreport.com/reports/RL32419.html>. Acesso em: 2 abr. 2020.

ELSTER, J. **Explaining Social Behavior: More Nuts and Bolts for the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ERICSON, R.; HAGGERTY, V. K. D. **Policing the Risk Society**. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

ESTRADA, F. Un modelo de decisión racional aplicado a las CMSP en Colombia. *In*: PERRET, A. **Mercenarios y Compañías Militares y de Seguridad Privadas: dinámicas y restos para América Latina**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2010. p. 163-196.

FERREIRA, T. B. **Empresas militares privadas: Falta De Controle Estatal Ou Gestão Eficiente Do Atrito?**. 2008. 87 f. Monografia (Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FINNEMORE, M. **National interests in international society**. Ithaca, Cornell University Press, 1996.

FINNEMORE, M.; BARNETT, M. The politics, power, and pathologies of international organizations. **International Organization**, [s.l.], v. 53, p. 699-732, 1999. DOI 10.1162/002081899551048.

FINNEMORE, M.; SIKKINK, K. Taking Stock: The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics. **Annual Review of Political Science**, [s.l.], v. 4, p. 391-416, 2001. DOI 10.1146/annurev.polisci.4.1.391.

FONTANA, M.-C.; AFONSO, A.; PAPADOPOULOS, Y. Putting the special case in its place: Switzerland and small-n comparison in policy research. **Swiss Political Science Review**, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 521-550, 2008. DOI 10.1002/j.1662-6370.2008.tb00111.x.

FREITAS, S. A. de; ELLIS, W. F. Mercenarism and Customary International law?. **African Yearbook on International Humanitarian Law**, [s.l.], p. 28, 2006.

FRIZZERA, G. Análise de discurso como ferramenta fundamental dos estudos de Segurança: Uma abordagem Construtivista. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 59-63, jun. 2013. DOI 10.5380/cg.v2i2.35334.

GEORGE, A.; BENNET, A. **Case Studies and Theory Development in the social sciences**. Cambridge: MIT Press, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, R. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GROGA, L. **Explaining Private Military contractors in a globalized world**. [s.l.]: Public International Law Leiden University, 2011.

GUZZINI, S. Security as a causal mechanism. **Security Dialogue**, Londres, v. 42, p. 329-343, 2011. DOI 10.1177/0967010611419000.

HALL, P. A. Aligning ontology and methodology in comparative research. *In*: MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. (ed.). **Comparative historical analysis in the social sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 373-404.

HARDY, C.; HARLEY, B.; PHILIPPS, N. Discourse analysis and content analysis: Two solitudes?. **Qualitative Methods**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 19-22, 2004. DOI 10.5281/zenodo.998649.

HELD, D.; MCGREW, A. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HENRIQUES, A. B. L.; LEITE, A. C. C.; TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 9-23, jan.-abr. 2015. DOI 10.22456/1982-5269.52333.

HERNANDEZ, M. O surgimento de instituições internacionais de Direitos Humanos: o processo de criação do alto comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. *In*: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 4., 2013, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2013. Disponível em: [http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1368500692\\_ARQUIVO\\_ArtigoCompleto-MatheusHernandez.pdf](http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1368500692_ARQUIVO_ArtigoCompleto-MatheusHernandez.pdf). Acesso em: 5 jun. 2020.

HOELSCHER, K.; NUSSIO, E. Understanding unlikely successes in urban violence reduction. **Urban Studies**, [s.l.], v. 53, n. 11, p. 2397-2416, 2016. DOI 10.1177/0042098015589892.

HUYSMANS, J. Defining Social Constructivism in Security Studies: The Normative Dilemma of Writing Security. **Alternatives**, [s.l.], v. 27, p. 41-62, 2002. DOI 10.1177/03043754020270S104.

HUYSMANS, J. Language and the mobilization of security expectations: the normative dilemma of speaking and writing security. **Redefining Security**, Colchester, p. 2-28, 1999.

JANABY, M. G. **The Legal Regime Applicable to Private Military and Security Company Personnel in Armed Conflicts**. [s.l.]: Springer International Publishing, 2016.

KELLET, A. **Motivação para o Combate**: o comportamento do soldado n aluta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

KINSEY, C. **Corporate Soldiers and International Security**: The rise of private military companies. New York: Routledge, 2006.

LADB. Shootdown of Missionary Plane in Peru. **Latin America Data Base**, 2001.

Disponível em:

<https://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=13905&context=notisur>. Acesso em: 22 abr. 2020.

LAKATOS, M.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEANDER, A. The Power to Construct International Security: On the Significance of Private Military Companies. **Millennium**, [s.l.], v. 33, n.3, p. 803-826, 2005. DOI 10.1177/03058298050330030601.

LIMA, I. A. Técnicas Qualitativas em Análises de Causalidade: Aplicações do Process Tracing. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 128- 143, 2017. DOI 10.5380/recp.v8i1.50210.

LOADER, I. Consumer Culture and the Commodification of Policing and Security. **Sociology**, [s.l.], v. 33, n. 2, p. 373–392, 1999. DOI 10.1177/S003803859900022X.

MAOGOTO, N.; SHEEHY, B. Contemporary Private Military Firms Under International Law: an unregulated “gold rush”. [s.n.:s.l.], p. 1-23, 2006.

MENEZES, A. **As Empresas Militares Privadas**. Lisboa: IESM, 2008.

MILLER, C. A Colombian village caught in a cross-fire. **Latimes**, 2002. Disponível em: <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-2002-mar-17-mn-33266-story.html>. Acesso em: 14 abr. 2020.

MILLER, T. C. Videotape Shows Americans’ Role in Village Bombing. **Los Angeles Times**, 2003. Disponível em: <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-2003-mar-16-fg-swamp16-story.html>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MØLLER, B. **Privatisation of conflict, security and war**. DIIS, Copenhagen, 2005. Working Paper. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/84521/1/DIIS2005-02.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.

MOTTA, B. V. C. **Securitização e política de exceção**: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda Guerra do Iraque. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2014.

MOTTA, B. V. de C.; PIMENTEL, C. R. Escola de Copenhague e a teoria de securitização: uma abordagem sobre seus limites conceituais. *In*: Encontro nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 4., 2013, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2013. p. 1-15.

NEERGAARD, H.; ULHOI, J. P. (ed.). **Handbook of qualitative research methods in entrepreneur ship**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Ltda, 2007.

O'MALLEY, P.; PALMER, D. Post-Keynesian Policing. **Economy and Society**, [s.l.], v. 25, n. 2, p. 137–155, 1996. DOI 10.1080/03085149600000007.

OLIVEIRA, A. B de. O fim da guerra fria e os estudos de segurança internacional: o conceito de segurança humana. **Aurora**, Marília, v. 3, n. 1, dez. 2009.

OLSSON, C. De la sécurité à la violence organisée: tropismes et points aveugles de l'École de Copenhague. **Études Internationales**, Québec, v. 46, n. 2-3, p. 211–233, set./dez. 2015. DOI 10.7202/1035178ar.

ONU. **Protocol Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and relating to the Protection of Victims of International Armed Conflicts (Protocol 1)**. Geneva: ONU, 1977.

ONU. **Under Colonial or alien Domination or Foreign Occupation**. Geneve: Commission on Human Rights, 1997.

ONUF, N.; KUBÁLKOVÁ, V.; KOWERT, P. **International Relations in a Constructed World**. New York: M. E. Sharpe, 1998.

PALOU-LOUVERDOS, J.; ARMANDÁRIZ, L. **The Privatization of Warfare, Violence and Private Military & Security Companies**. Espanha: Nova Innovació Social, 2011.

PAOLEILLO, T. O. **Anatomia de uma Empresa Militar e de Segurança Privada: a empresa Dyncorp em perspectiva global**. 2016. 236 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa San Tiago Dantas, UNESP, UNICAMP, PUC-SP, São Paulo, 2016.

PAOLEILLO, T. O.; NASSER, R. M. Uma nova forma de se fazer a guerra? Atuação das Empresas Militares de Segurança Privada contra o terrorismo no Iraque. **Rev. Sociol. Polit.**, [s.l.], v. 23, n. 53, p. 27-46, 2015. DOI 10.1590/1678-987315235303.

PERCY, Sara. Regulating the Private Security Industry: a story of regulating the last war. **IJSS**, [s.l.], v. 94, n. 887, outono 2012. DOI 10.1017/S1816383113000258.

PEREIRA, G. C. V. F. **As Empresas Militares Privadas: uma visão de sua atuação no cenário internacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Relações Internacionais) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

PEREIRA, P. **Securitização do Crime Organizado Transnacional nos Estados Unidos na década de 1990**. 2011. 245f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

PERRET, A. Mercenarios y Compañías Militares y de Seguridad Privadas: dinámicas y restos para América Latina. **Revista Policía y Seguridad Pública**, Bogotá, v. 4, n. 1, p. 335-341, 2010. DOI 10.5377/rpsp.v4i1.

PESTANA, F. A. O monopólio do uso legítimo da força e a privatização da segurança internacional: um estudo de caso do papel da Blackwater no Iraque. **Revista Militar**, [s.l.], n. 2579, p. 1181-1195, dez. 2016.

PIOVESAN, A. M. W. *et al.* A análise do discurso e questões sobre a linguagem. **Rev. X**, [s.l.], v. 2, p. 1-18, 2006. DOI 10.5380/rvx.v2i0.2006.5424.

RENDÓN, José William R. **La participación de las compañías militares y de seguridad privada en el conflicto colombiano**. Monografía (Relações Internacionais) – a Faculdade de Relaciones Internacionales, Universidad del Rosario, Bogotá, 2015.

ROE, P. Actor, audience(s) and emergency measures: Securitization and the UK's decision to invade Iraq. **Security Dialogue**, [s.l.], v. 39, n. 6, p. 615-635, 2008. DOI 10.1177/0967010608098212.

ROSENBERG, Howard. Why was the missionary plane shot down?. **ABC News**, 2006. Disponível em: <https://abcnews.go.com/Primetime/story?id=132232&page=1>. Acesso em: 15 abr. 2019.

RUDZIT, G. O debate teórico em segurança internacional: mudanças frente ao terrorismo?. **Civitas**, Porto Alegre, v. 5, p. 297-323, 2005.

SALZMAN, Z. Private Military Contractors and the Taint of a Mercenary Reputation. **International Law and Politics**, [s.l.], v. 40, p. 875, 2008.

SCHNEIDER, A.; INGRAM, H. Social construction of target populations: Implications for politics and policy. **American Political Science eReview**, [s.l.], v. 87, n. 2, p. 334-337, 1993.

SCHRADER, E. US Companies Hired to Train Foreign Armies. **Los Angeles Times**, 2002. Disponível em: <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-2002-apr-14-mn-37825-story.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, C. C. V. **Segurança internacional e novas ameaças: a securitização do narcotráfico na fronteira brasileira**. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, 2016. Disponível em: [http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2016/11/Caroline-Cordeiro\\_Workshop-NEPRI.pdf](http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2016/11/Caroline-Cordeiro_Workshop-NEPRI.pdf). Acesso em: 1 mar. 2020.

SINGER, P. Corporate warriors. **International Security**, [s.l.], v. 26, n. 3, p. 186-220, 2003.

SINGER, P. W. **Corporate warriors: the rise of the privatized military industry**. Nova Iorque: Cinnell University Press, 2008.

SINGER, P. W. Warriors for hire in Iraq. **Brookings**, 2004. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/warriors-for-hire-in-iraq>. Acesso em: 16 maio 2018.

SIPRI. SIPRI Military Expenditure Database. **SIPRI**, c2020. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 3 abr. 2020.

STRITZEL, H. Security, the translation. **Security Dialogue**, United Kingdom, v. 42, p. 343-357, 2011. DOI 10.1177/0967010611418998.

TANNO, G. A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 47-80, 2003. DOI 10.1590/S0102-85292003000100002.

TOMÉ, L. Segurança e o Complexo de Segurança: conceitos operacionais. **JANUS.NET e-journal of International Relations**, Lisboa, v. 1, n. 1. p. 33-49, 2010.

UESSELER, R. **Guerra Como Prestação de Serviços**. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

VAZ, N. M. As Empresas Militares Privadas vieram para ficar?. **Revista Militar**, [s.l.], n. 8/9, p. 819-833, 2005. DOI 10.4000/eces.334.

VENESSON, P. Case studies and process tracing: theories and practices. *In*: DELLA PORTA, D.; KEATING, M. (ed.). **Approaches and Methodologies in the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 223-239.

VEST, J. Drug War Inc. An Alabama contractor's ties to the dowing of a plane of missionaries in Peru. **In these times**, 2001. Disponível em: <https://inthesetimes.com/issue/25/13/vest2513.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

VILLA, R. D.; REIS, R. R. A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: um balanço da teoria tradicional e das novas agendas de pesquisa. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 62, p. 19-51, 2º sem. 2006.

VULTEE, F. Securitization as a media frame: what happens when the media speak security. *In*: BALZACQ, T. (org.). **Securitization Theory: How security problems emerge and dissolve**. New York: Routledge, 2011. p. 77-94.

WÆVER, O. *et al.* **Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe**. [s.l.]: Palgrave Macmillan. 1993

WÆVER, O. Securitization and Desecuritization. *In*: BUZAN, B.; HANSEN, L. **International Relations: Widening Security**. London: SADE Publications, 2007. p. 66-99.

WÆVER, O. Securitization and Desecuritization. *In*: LIPSCHUTZ, R. (ed.). **On Security**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1995.

WÆVER, O. The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations. **International Organization**, [s.l.], v. 52, n. 4, 1998.

WÆVER, O. Waltz's theory of theory: The pictorial challenge to mainstream IR. *In*: BOOTH, K. (ed.). **Realism and World Politics**. London: Routledge, 2011. p. 67-88.

WÆVER, O.; LEMAITRE, P.; TROMER, E. (ed.). **European Polyphony: Perspectives beyond East-West Confrontation**. Londres: Palgrave Macmillan, 1989. 334 p.

WALDNER, D. Transforming Inferences into Explanations: Lessons from the Study of Mass Extinctions. *In*: LEBOW, R. N.; LICHBACH, M. I. (ed.). **Theory and Evidence in Comparative Politics and International Relations**. New York: Palgrave Macmillan, 2007. p. 145-176.



WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Reading: Mass Addison-Wesley, 1979.

WATSON, S. D. **The Securitization of Humanitarian Migration: Digging Moats and Sinking Boats**. London: Routledge, 2009.

WENDT, A. Anarchy is what states make of it. **International Organization**, [s.l.], v. 46, p. 391–425, 1992.

WENDT, A. On Constitution and causation in international relations. **Rev. Int. Stud.**, [s.l.], v. 24, p. 101–117, 1998. DOI 10.1017/S0260210598001028.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WHITE, E. E. **The context o fhuman discoursed configurational criticism o frhetoric**. Columbia, SC: University of South Carolina Press, 1992.

WIGHT, M. **A política do poder**. Brasília: UnB, 2002.

WILKINSON, C. The Copenhagen School on tour in Kyrgyzstan: Is securitization theory useable outside Europe?. **Security Dialogue**, [s.l.], v. 38, n. 1, p. 5-25, 2007. DOI 10.1177/0967010607075964.

WILKINSON, C. The limits of spoken words. *In*: BALZACQ, T. (org). **Securitization Theory: How security problems emerge and dissolve**. New York: Routledge, 2011. p. 94-115.

WILLIAMS, M. The continuing evolution of securitization theory. *In*: BALZACQ, T. (org.). **Securitization Theory: How security problems emerge and dissolve**. New York: Routledge, 2011. p. 212-223.

WILLIAMS, M. Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. **International Studies Quarterly**, Malden, v. 47, p. 511-531, 2003. DOI 10.1046/j.0020-8833.2003.00277.x.

WIRTZ, J. A New Agenda for Security and Strategy?. *In*: BAYLIS, J. *et al.* **Strategy in the Contemporary World**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 337-355.

WOLA. Protecting the Pipeline: The U.S. Military Mission Expands. **Colombia Monitor**, [s.l.], p. 1-20, maio 2003.

WÆVER, O. Politics, Security, Theory. **Security Dialogue**, [s.l.], v. 42, n. 4-5, p. 465-480, 2011. DOI 10.1177/0967010611418718.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2010.

ZIMMERMANN, H. Exporting Security: Success and Failure in the Securitization and Desecuritization of Foreign Military Interventions. **Journal of Intervention and Statebuilding**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 225-244, 2017. DOI 10.1080/17502977.2017.1310174.